

RELATÓRIO FINAL

Frente de Urbanização

Residência em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Santa Catarina

Periferia Viva
Ministério das Cidades
Governo Federal

Dezembro de 2024



Periferia
Viva

residência
em arquitetura
e urbanismo
UFSC



frei
damião

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EQUIPE | GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DAS CIDADES

Jader Fontenelle Barbalho Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE PERIFERIAS

Guilherme Simões Pereira

CHEFE DE GABINETE

Vitor Araripe Freire Pacheco

COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO

Rhaiana Bandeira Santana

ASSESSORA DO GABINETE

Simone Gueresi de Mello

ASSESSOR DO GABINETE

Francisco Josue Medeiros de Freitas

DIRETORA DE REGULARIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO INTEGRADA E QUALIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Júlia Lins Bittencourt

COORDENADORA-GERAL DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

Isabele Sbampato Batista Reis de Paula

COORDENADOR-GERAL DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO (ORGANIZADOR)

Flávio Tavares Brasileiro

COORDENADOR-GERAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Samuel da Silva Cardoso

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE RISCO

Rodolfo Baêso Moura

COORDENAÇÃO-GERAL DE OBRAS

Pedro Henrique Lopes Batista

COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO A PLANOS

Leonardo Santos Salles Varallo

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO

Samia Nascimento Sulaiman

EQUIPE TÉCNICA-MINISTÉRIO DAS CIDADES

Adriana Rondon de Vasconcellos Santos

Henrique Soares Rabello Adriano

Isis Bezerra Cavalcanti

Luana Alves de Melo

Luiz Alberto Arend Filho

Marina Amorim Cavalcanti de Oliveira

Ramana Rodrigues

Oliveira Jacques



EQUIPE | PERIFERIA VIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

COORDENADOR

Ricardo Socas Wiese

COORDENADORES DAS FRENTES DE TRABALHO

Adriana Marques Rossetto
Fernando Tavares de Albuquerque
Otávio Augusto Alves da Silveira
Paolo Colosso
Ricardo Socas Wiese
Roberta Krahe Edelweiss
Samuel Steiner dos Santos
Soraya Nór

ARQUITETOS E URBANISTAS SUPERVISORES DAS FRENTES DE TRABALHO

Claudia Elisa Poletto
Eliane Maria Benvegnú
João Paulo Serraglio
Júlia De Fáveri
Sumara Alessandra Silva Lisbôa

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Bárbara Guimarães Fernandes
Guilherme França de Lima
Jéssica Delfino Cunha
Lucas Rodrigo Nora
Mariana Panzera

BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO

Ana Maria da Silva Oliveira
Clara Bragança Boschiglia
Isadora Imthon
Luiz Fernandes da Costa Neto
Maria Eduarda Viana Demos
Pedro Henrique Salzedas Yamamuro
Tiago Mitsuo Nagasaki

VOLUNTÁRIOS

Éliton Renan Kutas
Marindia Ingry Vanzin

RESIDENTES

Artur Hugo da Rosa
Aline Martchely Veloso
Amanda Cristina Pádova
Ana Luiza Fontoura Cartana
Ana Paula Rossato Balke
Ayia Nishimuta Fonseca
Claudia A. Ferreira
Djohodo S. L. P. M. O. Aboh
Dyene Mafioletti
Gabriel Sappino Sala
Giulia Haack Tavares
Hamilton Binato Junior
Icaro Coppio da Costa
Izabelle L. de Godoi
João A. de Camargo Armondi
Juçara Silveira Dutra
Lucas Burigo Bilessimo
Luiz Gonzaga Philippi Filho
Márcio de França Santos
Marília Lima Aguiar
Nathália Sander
Paloma Xavier Pereira
Rita de Cassia Goeldner
Susan Natalí Oliveira Lecuona
Tanise de Góes Maia



EQUIPE | RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

COORDENADOR

Samuel Steiner dos Santos

SUBCOORDENADORA

Soraya Nór

SECRETÁRIA

Mariany Cristine Souza

DOCENTES

Adriana Marques Rossetto
Lino Fernando Bragança Peres
Louise Prado Alfonso
Lucas Sabino Dias
Maíra Longhinotti Felipe
Marcelo Leão
Maria Inês Sugai
Marina Toneli Siqueira
Nirce Saffer Medvedovski
Otávio Augusto Alves da Silveira
Paolo Colosso
Renato Tibiriçá de Saboya
Ricardo Socas Wiese
Roberta Krahe Edelweiss
Samuel Steiner dos Santos
Soraya Nór

RESIDENTES

Artur Hugo da Rosa
Aline Martchely Veloso
Amanda Cristina Pádova
Ana Luiza Fontoura Cartana
Ana Paula Rossato Balke
Ayia Nishimuta Fonseca
Claudia A. Ferreira
Djohodo S. L. P. M. O. Aboh
Dyene Mafioletti
Gabriel Sappino Sala
Giulia Haack Tavares
Hamilton Binato Junior
Icaro Coppio da Costa
Izabelle L. de Godoi
João A. de Camargo Armondi
Juçara Silveira Dutra
Lucas Burigo Bilessimo
Luiz Gonzaga Philippi Filho
Márcio de França Santos
Marília Lima Aguiar
Nathália Sander
Paloma Xavier Pereira
Rita de Cassia Goeldner
Susan Natalí Oliveira Lecuona
Tanise de Góes Maia





Apresentação

O curso de Especialização Residência em Arquitetura e Urbanismo é uma iniciativa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro Tecnológico – CTC, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC financiado pelo Programa Periferia Viva, desenvolvido pelo Governo Federal por meio do Ministério das cidades.

O Periferia Viva nasce da constatação de que a melhoria da qualidade de vida nas periferias requer uma abordagem territorial, ancorada na valorização da organização social e comunitária, e que agregue a retomada de obras de infraestrutura urbana com ações que dialoguem com o conjunto de necessidades identificadas em cada território. Para isso, o programa busca promover a estruturação e integração de uma matriz ampla de políticas públicas, articuladas em torno dos eixos: Infraestrutura Urbana; Equipamentos Sociais; Inovação, Tecnologia e Oportunidades; e Fortalecimento Social e Comunitário.

A proposta é ofertar à sociedade o atendimento às demandas de ensino, extensão e pesquisa em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, por meio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, para profissionais graduados em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária Ambiental e Geografia, voltado para a atuação em assessoria técnica de projetos de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia, assim como para a regularização fundiária e melhorias urbanísticas de assentamentos urbanos de baixa renda, conforme preconiza a Lei Federal 11.888/2008.

O objetivo do Curso Residência em Arquitetura e Urbanismo é qualificar profissionais pela Pós-Graduação Lato Sensu, a partir de uma metodologia participativa e integrada, com enfoque nas demandas sociais relativas ao direito à habitação e à cidade, articulando as dimensões histórica, cultural e simbólica das comunidades, para atuação na Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, compreendida de modo amplo, com a qualificação das moradias associada à provisão e qualificação de infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços livres, que venham trazer melhorias para o lugar de vida das populações de baixa renda, buscando desencadear um efeito sistêmico sobre os territórios de atuação, possibilitando a criação de espaços catalisadores de oportunidades de geração de emprego e renda, para a emancipação comunitária.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casas da Frei Damião.....	15
Figura 2 - Equipe da residência.....	17
Figura 3 - Metodologia do Encontro Comunitário.....	17
Figura 4 - Momento de apresentação Encontro Comunitário.....	18
Figura 5 - Moradores marcando os locais no mapa da Frei Damião.	19
Figura 6 - Participação da comunidade no mapeamento.....	20
Figura 7 - Dinâmica da divisão em grupos.....	21
Figura 8- Mapa referência.....	21
Figura 9 - Dinâmica em grupos.....	22
Figura 10 - Principais pontos positivos.....	22
Figura 11 - Principais pontos negativos.....	23
Figura 12 - Definição dos objetivos juntamente à comunidade.....	31
Figura 13 - Mapa de localização da Frei Damião (área de estudo).....	35
Figura 14 - Área de estudo e entorno imediato.....	36
Figura 15 - Localidades do território Frei Damião.	37
Figura 16 - Divisão das 16 Unidades Territoriais.....	38
Figura 17 - Mosaico de vias em cada UTL da Comunidade Frei Damião.....	39
Figura 18 - Unidades Geomorfológicas.....	41
Figura 19 - Aterro feito na Ocupação Elza Soares.....	41
Figura 20 - Diversidade geológica.....	42
Figura 21 - Declividade.....	43
Figura 22 - Hipsometria.....	43
Figura 23 - Hierarquia das bacias hidrográficas.....	44
Figura 24 - Bacia Hidrográfica e Unidade de Gestão.....	45
Figura 25 - Hidrografia e faixas de proteção.....	46
Figura 26 - Respectivamente Rio Imaruí e Córrego dos Peixes.....	46
Figura 27 - Série histórica da cobertura do solo da área de estudo.....	47
Figura 28 - Cobertura do solo em 1985.....	48
Figura 29 - Cobertura do solo em 2020.....	48
Figura 30 - Área de Preservação Permanente Rio Imaruí - APP 50 metros.....	49
Figura 31 - Área de Preservação Permanente Córrego dos Peixes - APP 30 metros.....	49
Figura 32 - Edificações em Área de Proteção Permanente.....	50
Figura 33 - Vegetação e aterramentos nas margens do Rio Imaruí.....	50
Figura 34 - Suscetibilidade à inundação.....	51
Figura 35 - Inundação ocorrida em 2022 na Comunidade Frei Damião.....	52
Figura 36 - Cartas Geotécnicas de aptidão à urbanização.....	52
Figura 37 - Aspectos gerais de suscetibilidade à inundação local.....	53
Figura 38 - Mapa indicando a situação de regularização.....	55
Figura 39 - Exemplo de residências em diferentes áreas.....	56
Figura 40 - Zoneamento da área de estudo e do entorno de Palhoça.....	57
Figura 41 - Cheios e Vazios.....	60
Figura 42 - Uso e Ocupação do solo.....	61
Figura 43 - Terrenos Públicos livres e Terrenos Públicos cedidos.....	62
Figura 44 - Vias que apresentam Áreas Públicas Potenciais.....	63
Figura 45 - Av. das Universidades, Canteiro entre a Rua Afonso Pena e a Rua José Fernando Weise.	63
Figura 46 - Equipamentos comunitários.....	65
Figura 47 - Áreas potenciais.....	66
Figura 48 - Organizações da Sociedade Civil (OSCs).....	67
Figura 49 - Vias com e sem CEP.....	68
Figura 50 - Exemplo de ligação de água clandestina.....	69
Figura 51 - Acesso à rede de água.....	70
Figura 52 - Despejo de esgoto a céu aberto.....	71
Figura 53 - Acesso à rede de energia elétrica.....	72

Figura 54 - Ligação clandestina de energia elétrica.....	72
Figura 55 - Acesso a iluminação pública - postes de luz.....	73
Figura 56 - Postes de rede elétrica.....	74
Figura 57 - Rota da coleta de resíduos sólidos.....	75
Figura 58 - Pontos de descarte de lixo.....	76
Figura 59 - Hierarquia viária.....	79
Figura 60 - Largura das vias.....	80
Figura 61 - Exemplo de vias na Comunidade.....	80
Figura 62 - Exemplo de vias nas Ocupações Elza Soares e Nova Esperança II.....	81
Figura 63 - Pavimentação das vias.....	82
Figura 64 - Rotas de ônibus que passam pela área de interesse.....	83
Figura 65 - Cronograma tarefas para o endereçamento da Frei Damião.....	87
Figura 66 - Reunião GT Endereçamento na Frei Damião.....	87
Figura 67 - Reunião do endereçamento.....	87
Figura 68 - Reunião com a Associação de Moradores sobre nomes das vias, no Posto Territorial.....	88
Figura 69 - Situação encontrada no cadastro da Prefeitura de Palhoça.....	89
Figura 70 - Numeração da Rua Treze de Maio.....	89
Figura 71 - Numeração de quadras com unidades finais iguais – final 6 e final 9.....	90
Figura 72 - Lotes numerados até o presente momento.....	91
Figura 73 - Prancha A3 com numeração de duas ruas.....	92
Figura 74 - Proposta prévia de numeração da Rua Treze de Maio.....	93
Figura 75 - Numeração definitiva da Rua Treze de Maio.....	93
Figura 76 - Subdivisão da Rua Treze de Maio em 10 trechos, correspondentes aos 10 grupos.....	95
Figura 77 - Material de Endereçamento.....	95
Figura 78 - Processo de corte das placas.....	97
Figura 79 - Placa já cortada e perfurada e modelo de adesivo.....	97
Figura 80 - Preparação e Adesivação das Placas.....	98
Figura 81 - Material disponível no kit.....	98
Figura 82 - Ponto de Apoio da atividade onde ficavam os materiais e a equipe de apoio.....	99
Figura 83 - Exemplo da planilha de Endereçamento preenchida por cada equipe.....	99
Figura 84 - Abordagem dos moradores pelas equipes.....	100
Figura 85 - Aplicação da placa no muro.....	100
Figura 86 - Numeração.....	101
Figura 87 - Excerto da tabela de sistematização das guias de endereçamento.....	102
Figura 88 - Ruas com CEP cadastrados.....	103
Figura 89 - Mapeamento das vias a serem nomeadas pela comunidade.....	103
Figura 90 - Excerto da tabela organizativa das numerações e dos novos nomes.....	104
Figura 91 - Excerto do projeto de lei da Prefeitura Municipal de Palhoça.....	104
Figura 92 - Rotas de ônibus atuais.....	106
Figura 93 - Trajeto da Proposta 1 e relação pontos de interesse.....	106
Figura 94 - Trajeto da Proposta 2 e pontos de interesse.....	107
Figura 95 - Distância a pé ao ponto de ônibus mais próximo.....	107
Figura 96 - Proposta para binário na Frei Damião.....	108
Figura 97 - UBS existentes no território.....	109
Figura 98 - UBS existente em vermelho e as propostas possíveis em amarelo.....	109
Figura 99 - Propostas para implementação de UBS.....	110
Figura 100 - Apresentação do trabalho de endereçamento em Brasília.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pontos positivos descritos nas fichas gerais.....	24
Quadro 2 - Síntese dos pontos positivos	25
Quadro 3 - Aspectos positivos prioritários	26
Quadro 4 - Pontos negativos descritos nas fichas gerais.....	27
Quadro 5 - Síntese dos pontos negativos	29
Quadro 6 - Aspectos negativos prioritários	30
Quadro 7 - Objetivos definidos.....	31
Quadro 8 - Dados gerais de Palhoça (SC)	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. LEITURA COMUNITÁRIA.....	14
2.1. METODOLOGIA.....	15
2.2. DIVULGAÇÃO DO ENCONTRO COMUNITÁRIO.....	16
2.3. APRESENTAÇÃO	16
2.4. SENSIBILIZAÇÃO.....	18
2.5. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS	20
2.5.1. <i>Divisão em grupos</i>	20
2.5.2. <i>Aspectos positivos</i>	21
2.5.3. <i>Aspectos negativos</i>	26
2.6. OBJETIVOS GERAIS DEFINIDOS	30
2.7. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO.....	32
3. LEITURA TÉCNICA	32
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO E LIMITES URBANOS.....	33
3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DOS LEVANTAMENTOS.....	37
3.3. ASPECTOS AMBIENTAIS.....	40
3.3.1. <i>Geomorfologia</i>	40
3.3.2. <i>Hidrografia</i>	44
3.3.3. <i>Vegetação e mancha urbana</i>	47
3.3.4. <i>Áreas naturais protegidas</i>	49
3.3.5. <i>Áreas de suscetibilidades</i>	51
3.4. ASPECTOS URBANÍSTICOS.....	53
3.4.1. <i>Caracterização fundiária</i>	53
3.4.2. <i>Zoneamento</i>	57
3.4.3. <i>Cheios e vazios</i>	59
3.4.4. <i>Uso e ocupação do solo</i>	60
3.4.5. <i>Terrenos públicos</i>	62
3.4.6. <i>Equipamentos comunitários</i>	64
3.4.7. <i>Áreas potenciais para projetos</i>	65
3.4.8. <i>Organizações da Sociedade Civil (OSCs)</i>	66
3.4.9. <i>Código de Endereçamento Postal - CEP</i>	68
3.4.10. <i>Infraestrutura urbana</i>	68
3.4.11. <i>Sistema viário</i>	77
3.5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEITURA TÉCNICA	84
4. PRODUTOS E PROPOSTAS	84
4.1. ENDEREÇAMENTO	85
4.1.1. <i>Articulação entre entidades</i>	86
4.1.2. <i>Numeração dos lotes</i>	88
4.1.3. <i>Estudo piloto na Rua Treze de Maio</i>	92
4.1.4. <i>Projeto de Lei dos nomes das ruas</i>	102
4.2. PROPOSTAS DE ROTAS DE TRANSPORTE COLETIVO	105
4.3. ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	108
4.4. DIVULGAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS.....	110
4.5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROJETOS ELABORADOS.....	111
4.6. EXERCÍCIOS ACADÊMICOS	112

REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A - PRESENÇA ENCONTRO COMUNITÁRIO.....	137
APÊNDICE B - CARTA DE ENDEREÇAMENTO	139
APÊNDICE C - RELATOS DOS GRUPOS	140
APÊNDICE D - SISTEMATIZAÇÃO DOS RELATOS DOS GRUPOS.....	141
ANEXO A - MAPAS.....	143
ANEXO B - FOLDER RESIDÊNCIA ATHIS-UFSC.....	144

RESUMO

O presente relatório apresenta os estudos e os projetos desenvolvidos pela Frente de Urbanização, no âmbito da Residência em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e do Projeto Periferia Viva. O território de atuação é a Comunidade Frei Damião, no município de Palhoça, a maior favela do Estado de Santa Catarina. O conteúdo apresentado refere-se aos trabalhos realizados pela equipe ao longo do ano de 2024, é composto por três partes: a Leitura Comunitária a partir do processo participativo; a Leitura Técnica, com levantamentos, análises e cartogramas acerca do território; e os Projetos, produtos e propostas desenvolvidos pela equipe para e na comunidade.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório, relativo à Frente Urbanização¹, visa apresentar os trabalhos desenvolvidos no ano de 2024 e encontra-se estruturado em três partes: leitura comunitária, leitura técnica; e projetos, produtos e propostas. A leitura comunitária foi realizada por meio do Encontro Comunitário operacionalizado pela Residência em Arquitetura e Urbanismo - UFSC e o Projeto Periferia Viva, com protagonismo da própria comunidade, por meio do processo participativo, uma ferramenta essencial para o envolvimento dos moradores, levantamento de suas percepções e demandas, e como guia para estruturação dos projetos e atividades no território. O Encontro Comunitário foi uma das primeiras atividades realizadas no território, organizada pela Frente Urbanização, a qual continuou interagindo com a comunidade em muitas reuniões e atividades participativas.

A leitura técnica refere-se aos levantamentos, estudos e cartografias que concernem à área de atuação e, juntamente com a leitura comunitária, embasam e justificam escolhas e decisões de projeto e de atividades. Somadas a esses aspectos houve também inúmeras reuniões institucionais das quais a Frente Urbanização participou tanto com o poder público, no Comitê Permanente da Frei Damião. Foram momentos fundamentais para o alinhamento dos trabalhos entre todos os envolvidos no território.

Estão contemplados neste documento os projetos, produtos e propostas desenvolvidos para e na comunidade, dentre eles o projeto de endereçamento que visa regularizar os nomes das ruas e a numeração dos lotes na Frei Damião; a proposta de alternativas para implantação de rotas de ônibus, uma vez que o transporte público não adentra grande parte da comunidade; e o estudo para implantação de uma nova Unidade Básica de Saúde - UBS na área, dada a crescente demanda por seus serviços.

¹ A Frente Urbanização é composta pelos residentes bolsistas: Amanda Cristina Pádova, Izabelle L. de Godoi, Lucas Burigo Bilessimo e Marcio de França Santos, estudantes do PósArq Larissa Siqueira Chaves e Marindia Ingrid Vanzin, bolsista da graduação Maria Eduarda Viana Demos, sob a supervisão da arquiteta Eliane Maria Benvegnu, com coordenação das professoras Adriana Marques Rossetto (subcoordenadora) e Soraya Nor (coordenadora).

2. LEITURA COMUNITÁRIA

A leitura comunitária tem por objetivo ouvir a comunidade para que sejam avaliadas demandas de atuação, levando em consideração as necessidades e prioridades identificadas pelos próprios moradores. A participação social e colaborativa é fundamental para garantir que as soluções a serem propostas sejam realmente eficazes e atendam às demandas reais da comunidade Frei Damião.

O Encontro Comunitário, realizado pela UFSC, ocorreu no dia 04 de maio de 2024, na Associação Laura dos Santos, e representou um importante passo em direção ao fortalecimento dos laços com a comunidade. Este evento foi concebido com o objetivo de abordar questões fundamentais relacionadas ao desenvolvimento urbano inclusivo e à melhoria da qualidade de vida na comunidade Frei Damião, contou com a participação de cinquenta e três pessoas da comunidade, sendo majoritário o público feminino (80%).

Em paralelo à oficina com os adultos, ocorreu a oficina para as crianças, com setenta e um participantes da comunidade. Este encontro voltado ao público infantil, garantiu a participação das mães, pais e familiares das crianças, e foi uma importante aproximação da UFSC por meio de diversas atividades recreativas, relacionadas também ao contexto da arquitetura e urbanismo, que resultou em informações relevantes para a leitura comunitária.

Foi feita uma lista de presença (Apêndice A) no início das atividades, para identificar os nomes e os contatos dos participantes, para estabelecer uma rede de troca de informações.

Figura 1- Casas da Frei Damião



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

2.1. Metodologia

O Encontro Comunitário foi concebido com o objetivo de abordar questões advindas dos moradores e relacionadas às moradias e ao desenvolvimento urbano, visando a melhoria das condições de vida na comunidade Frei Damião.

A metodologia foi dividida em três partes: sensibilização; aspectos positivos e negativos; e definição dos objetivos. Após a apresentação feita pelo corpo docente da UFSC, a equipe técnica explicou a dinâmica e conduziu os moradores para a etapa de sensibilização. Em seguida, foram direcionados aos debates em grupos de discussão e dinâmicas interativas, nas quais os participantes foram incentivados a compartilhar suas experiências, identificar desafios em comum, elencando pontos positivos e negativos dos locais, serviços, equipamentos, dentre outros e finalizando com a definição de objetivos da atuação participativa entre a UFSC e a comunidade.

2.2. Divulgação do Encontro Comunitário

A divulgação do Encontro Comunitário na Comunidade Frei Damião iniciou-se duas semanas antes de sua realização, por meio de diferentes estratégias: postagem no Instagram; arte e texto para Whatsapp; áudio de Whatsapp gravado por uma liderança da comunidade; convite para os representantes do Comitê Permanente da Frei Damião; cartazes e banners colocados em locais públicos de serviços na comunidade e locais de alta circulação (escolas, igrejas e postos de saúde, mercado, padaria, instituições); panfletagem como forma de divulgação direta para os moradores; panfletagem para as crianças nas escolas e em suas agendas escolares; chamada de participantes por meio de *live* da associação de moradores e moto de som; interlocução com as responsáveis pela operacionalização nos centros de ensino, interlocução com atores e OSCs da comunidade e Ofício encaminhado à Prefeitura Municipal.

A comunicação feita foi avaliada como positiva, considerando o público presente. Ademais, as chamadas do Encontro Comunitário foram efetivas em conduzir os participantes para construir o objetivo do levantamento necessário.

2.3. Apresentação

A fim de introduzir o encontro foi realizada uma apresentação em que foram expostas as relações institucionais da Residência em Arquitetura e Urbanismo da UFSC e a equipe da extensão universitária. Foram explicitadas as relações entre o financiamento do Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades e o Programa Periferia Viva. Em seguida, foi realizada a exposição da metodologia que seria aplicada no encontro. As Figuras 02 e 03 são imagens do documento de apresentação.

Figura 2 - Equipe da residência

O QUE É A RESIDÊNCIA COM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

- 26** residentes (graduados em arquitetura e urbanismo e geografia)
- 17** professores universitários
- 5** profissionais da arquitetura
- 5** pós-graduandos
- 6** graduandos
- 2** técnicos

mais voluntários da pós-graduação



foto memória do primeiro dia de aula 08.03.2024

RESIDÊNCIA EM
ARQUITETURA E
URBANISMO

Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 3 - Metodologia do Encontro Comunitário

METODOLOGIA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO

1ª PARTE

- **DINÂMICA DE SENSIBILIZAÇÃO**

ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS

2ª PARTE

- **PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS**

3ª PARTE

- **DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS**

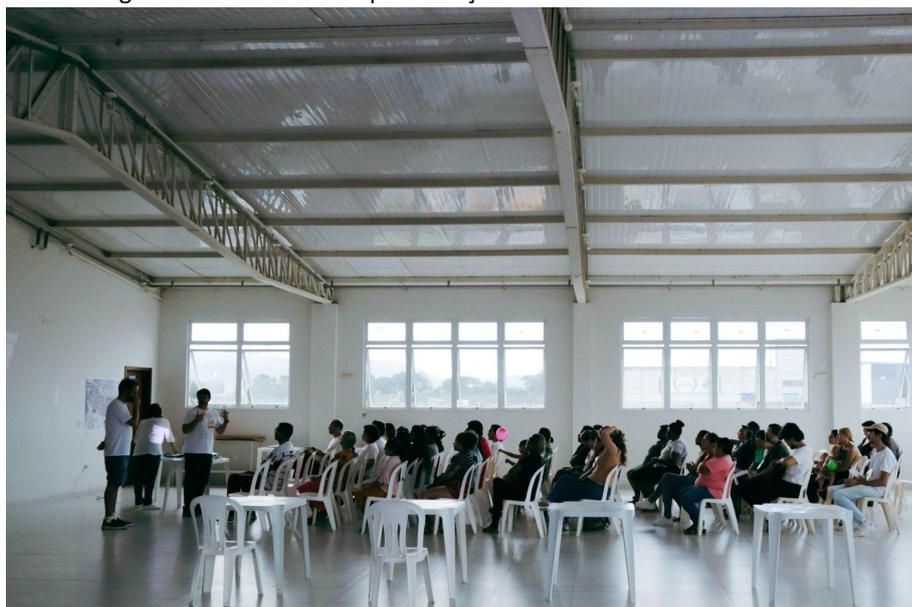
PARA AS CRIANÇAS!



RESIDÊNCIA EM
ARQUITETURA E
URBANISMO

Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 4 - Momento de apresentação Encontro Comunitário.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Ainda, durante o encontro foram identificadas as localizações das casas dos participantes que estavam presentes por meio de um mapa exposto na parede, em que foi possível analisar a presença de diferentes partes do território da Frei Damião.

Foi servido um lanche durante toda a duração do evento e, em paralelo, parte da equipe da UFSC estava em atividade com as crianças da comunidade, numa Oficina específica.

2.4. Sensibilização

A sensibilização foi feita no início do encontro, após a apresentação, por meio de um mapa da área da Frei Damião exposto na parede, com pontos de referências, indicados por meio de fotografias, marcados para a orientação da comunidade. A dinâmica foi realizada com a colagem de adesivos em locais os quais as pessoas “gostam” e “não gostam” (Figura 05).

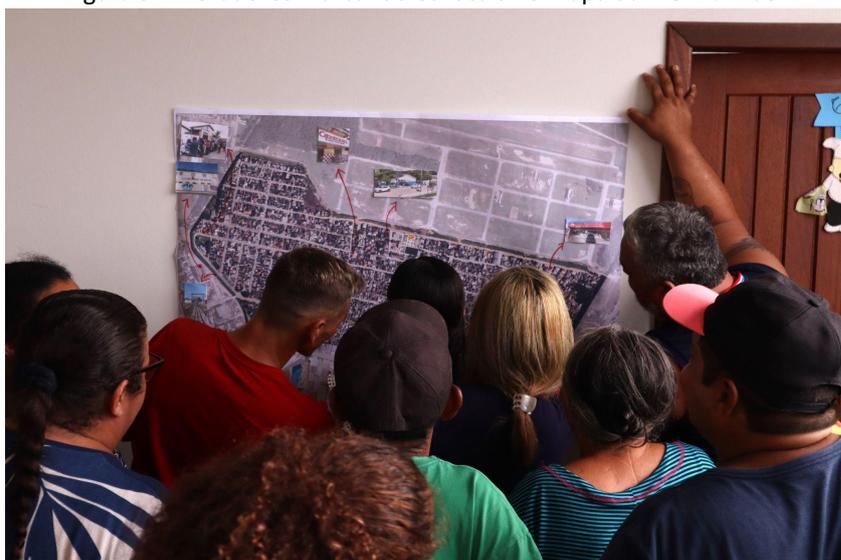
Nesta etapa a comunidade foi convidada a marcar no mapa exposto os locais com a utilização de adesivos com “rostos felizes” e com “rostos tristes” para identificar os respectivos locais.

Formou-se uma fila de pessoas em frente ao mapa a fim de cumprir a atividade. A comunidade marcou os locais e, posteriormente, abriu-se o diálogo de interpretação explicando os motivos pelo qual estava contente ou descontente e o que gostariam de melhorar.

As áreas demarcadas como as que a comunidade mais aprecia foram a Praça, que é denominada Parque Olalia Gonçalves de Melo², explicando que possui espaço para as crianças brincarem e bancos, no entanto faltam itens como banheiros e espaço para bicicletas. Outra área bem avaliada foi o espaço da Associação Laura dos Santos, pois atende à comunidade com cursos técnicos de costura e outros cursos de qualificação profissional, inclusive para crianças e para jovens no contra turno escolar. Com menos representação foi mencionado o novo calçamento feito em algumas vias da comunidade e o tratamento com pinturas de grafites no muro limite com o setor industrial.

Foi considerado com maior descontentamento o Posto de Saúde, destacando o atendimento dos funcionários, e o Centro de Atendimento e Desenvolvimento Integral (CADI), solicitando melhorar o número de atendimentos e as atividades prestadas.

Figura 5 - Moradores marcando os locais no mapa da Frei Damião.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

² O Parque Olalia Gonçalves de Melo será chamado ao longo deste relatório como Praça, considerando que é como os moradores reconhecem o maior espaço de lazer da comunidade, que não se caracteriza como Parque propriamente.

Figura 6 - Participação da comunidade no mapeamento.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Esta atividade proporcionou um espaço de troca e integração entre os acadêmicos e os membros da comunidade Frei Damião. A Comunidade participou ativamente debatendo os pontos que levantaram (Figura 06).

2.5. Aspectos positivos e negativos

2.5.1. Divisão em grupos

Os presentes foram divididos em cinco grupos, que contaram com uma média de dez pessoas em cada, auxiliados pela equipe técnica da UFSC, como facilitadores e mediadores. Nos grupos foram distribuídos papéis verdes, papéis vermelhos e papéis pardos, e contou com o apoio de mapas da Frei Damião para melhor orientação dos participantes.

Figura 7 - Dinâmica da divisão em grupos



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 8- Mapa referência



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

2.5.2. Aspectos positivos

A comunidade foi convidada a descrever os pontos positivos e os pontos negativos de todo o território da Frei Damião, relacionados à área de atuação da Residência. Ao fim do ciclo de pontos positivos e do ciclo de pontos negativos, foram escolhidos três principais pontos entre os elencados, em concordância por todos os participantes de cada grupo.

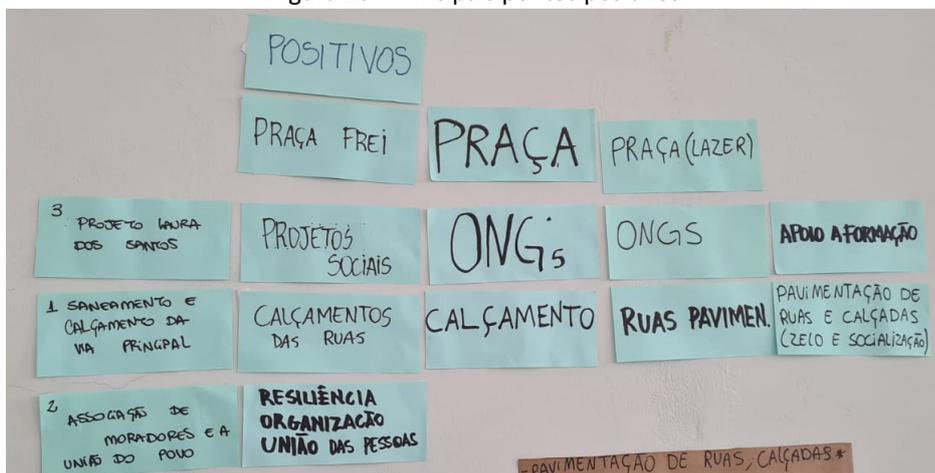
Após a discussão feita nos grupos, o material foi exposto na parede e foram analisados, primeiramente, os potenciais na área de intervenção e, posteriormente, os problemas.

Figura 9 - Dinâmica em grupos



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 10 - Principais pontos positivos



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 11 - Principais pontos negativos



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Na dinâmica em grupo dos pontos positivos, foram expostos principalmente a satisfação com: projetos Sociais (Associação Laura dos Santos; Dorcas; AEBAS; e demais ONGs); praça utilizada para as crianças brincarem e para lazer; pavimentação de ruas e calçadas em algumas vias; união e organizações das pessoas nas Ocupações, como senso comunitário; educação: EJA; Creche, Escola Básica Frei Damião e Escola Básica Prof. Benonivio João Martins, com o comércio e serviços próximos, com a segurança na comunidade, com os espaços de convivência (em especial, o uso das calçadas para socialização).

O quadro 01 apresenta os aspectos positivos elencados por grupo e a síntese da dimensão/tema de cada um.

Quadro 1 - Pontos positivos descritos nas fichas gerais

PONTOS POSITIVOS DESCRITOS NAS FICHAS GERAIS					
GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03	GRUPO 04	GRUPO 05	DIMENSÃO/TEMA
TÓPICOS COMUNS					
Projeto Laura dos Santos	Projetos Sociais	Projetos Sociais (Associação Laura dos Santos; Dorcas; AEBAS) e atuação das ONGs	ONGs	Projetos (Associação Laura dos Santos; Dorcas; AEBAS)	Entidades de Apoio
Praça	Praça (lugar de lazer)	Praça Frei	Praça (lazer)	Praça como espaço para brincar	Praça
Calçamento	Ruas pavimentadas	Calçamento de algumas ruas	Pavimentação de ruas e calçadas	Calçamento	Calçamento/pavimentação
Senso comunitário (união dos moradores)	União e organizações das pessoas nas Ocupações	União da comunidade	Proximidade da comunidade	-	Senso Comunitário
Associação de moradores (os atendimentos)	Resiliência das pessoas	Comitê permanente			
Reforma da escola do Frei	EJA - recomeço para jovens e adultos	Escola Frei Damião; Creche e EJA	-	Colégio Beno Reforço escolar	Educação / Equipamentos Escolares
-		Farmácia	Comércio	Serviços próximos	Comércio e Serviços
-	Espaços seguros	-		Segurança	Segurança
-	-	-	Uso das calçadas para socialização	Espaços de convivência	Espaços de convivência
TÓPICOS ISOLADOS DE CADA FRENTE					
Espaço verde da Elza Soares	Igrejas (espiritualidade)	Bebedouro	Arte urbana (muro)	Cuidado com as crianças	-

Renda dos catadores	Apoio à formação profissional (costura)	Projeto Castração Animal	Zelo com a fachada após pavimentação	Centro de Capoeira	-
Saneamento na via principal - Rua Pascoal Mazzilli	-	-	Terreno plano	Espaço silencioso	-
-	-	-	Localização próxima aos Rios	-	-

Fonte: Residência UFSC, 2024.

O quadro 02 apresenta a síntese com a quantidade de grupos que mencionaram os aspectos.

Quadro 2 - Síntese dos pontos positivos

PONTOS POSITIVOS ELENCADOS NOS GRUPOS	QNT. GRUPOS EM QUE OS PONTOS FORAM CITADOS
Projetos Sociais (Associação Laura dos Santos; Dorcas; AEBAS; ONGs)	5 grupos
Praça utilizada para as crianças brincarem e para lazer	5 grupos
Pavimentação de ruas e calçadas em algumas vias	5 grupos
União e organizações das pessoas nas Ocupações como senso comunitário	4 grupos
Educação: EJA; Escola Frei Damião; Creche e Colégio Beno	4 grupos
Comércio e serviços próximos	3 grupos
Segurança na comunidade	2 grupos
Espaços de convivência (uso das calçadas para socialização)	2 grupos

Fonte: Residência UFSC, 2024.

O quadro 03 demonstra a síntese dos aspectos positivos principais elencados e a quantidade de grupos que corroboram tais aspectos, evidenciando as prioridades.

Quadro 3 - Aspectos positivos prioritários

POSITIVOS					QNT. GRUPOS EM QUE OS PONTOS FORAM CITADOS
Projeto Laura dos Santos	Projetos Sociais	ONGS	ONGS	Apoio à formação	5 grupos
Saneamento e calçamento da via principal	Calçamentos das Ruas	Calçamento	Ruas pavimentadas	Pavimentação de ruas e calçadas (zelo e socialização)	5 grupos
Praça	Praça (lazer)	Praça (Frei)			3 grupos
Associação de moradores e união do povo	Resiliência, organização e união das pessoas				2 grupos

Fonte: Residência UFSC, 2024.

2.5.3. Aspectos negativos

Na dinâmica em grupo sobre os pontos negativos, foram expostos principalmente problemas relacionados ao atendimento à saúde, à falta de coleta de resíduos, à falta de estrutura nas escolas e creches, com falta de vagas, à falta de saneamento, à falta de transporte público, à escassez de espaços de lazer, à ausência de endereçamento das vias, falta de CEP, à ausência de pavimentação, à falta de planejamento, à dificuldade de mobilidade, aos problemas de ligação de água e de energia elétrica vinculados à irregularidade fundiária e à ausência de CREAS, CRAS e CAPS na comunidade.

Outro pontos foram também mencionados pela comunidade, como pontos de alagamento apontando a falta de drenagem próximo ao campo futebol, ausência de lixeiras, caminhão de coleta de resíduos passando somente na rua principal, descontentamento quanto à forma de coleta e na creche.

O quadro 04 reúne os aspectos negativos gerais elencados por grupo e a síntese da dimensão/tema de cada um.

Quadro 4 - Pontos negativos descritos nas fichas gerais

PONTOS NEGATIVOS DESCRITOS NAS FICHAS GERAIS					
GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03	GRUPO 04	GRUPO 05	DIMENSÃO/TEMA
TÓPICOS COMUNS					
Atendimento de saúde (agendamento)	Saúde (remédio, médico, dentista)	UBS: precisa ser ampliada, faltam vagas, especialidades médicas e cordialidade	Poucos profissionais no posto de saúde Má gestão do posto de saúde	Falta de profissionais e horário atendimento saúde	Atendimento de Saúde e Equipamento de Saúde
Coleta de lixo (ausência de container nas vielas)	Falta de coleta de lixo geral	Faltam lixeiras e coleta de lixo	Falta de lixeira	Coleta de lixo deficitária (poucas vias de coleta, rota insuficiente acúmulo nos pontos) Sem coleta seletiva	Saneamento / Coleta de Lixo
Estrutura da creche / falta vagas na creche	Educação (creche, escola municipal)	Falta Escola e creche integral	Falta de vaga na creche	Falta de vagas escolas e creches (estrutura não comporta)	Atendimento Escolar e Equipamento Escolar
Estrutura da escola			Falta de vaga na escola	Sem contraturno (integral) creches (estrutura não comporta) Apoio escola (contraturno) não suficiente (estrutura não comporta)	
Ausência de saneamento das vielas	-	Saneamento - falta rede de esgoto Problemas de drenagem	-	Falta de saneamento e abastecimento	Saneamento / Esgoto e Drenagem
Falta de água (ligações clandestinas)	Saneamento (água, esgoto, drenagem)	Falta de água	Falta de água	Falta de regularização da energia e água	Saneamento básico / Água

Falta de ônibus / transporte público	Transporte coletivo inexistente	Falta ônibus e ponto de ônibus Falta linha de ônibus	Falta de transporte público	Falta de transporte público	Transporte Público
Ausência de CEP (só tem nas 3 vias gerais)	Falta de endereçamento	Falta CEP - sem atendimento correios	-	-	Endereçamento (CEP)
Poderia melhorar o espaço verde da Elza Soares	Ausência de espaços de lazer	Falta banheiro na praça	Falta de área de convivência para idosos	-	Infraestrutura Áreas de Lazer
Falta de assistência para idosos (atividades)		A falta de academia comunitária			
Iluminação pública e nas moradias (queda de energia)	Irregularidade e falta de energia	-	-	Falta de regularização da energia e água	Infraestrutura / Energia Pública e Particular
-	-	Ruas internas sem calçamento	Rua sem calçamento (lama)	Pavimentação sem planejamento futuro (infraestrutura)	Pavimentação das Vias
		Ponte de acesso precária	Dificuldade de mobilidade		
-	Ausência de CRAS e CREAS	Falta CRAS e CAPS	-	-	Equipamento de Assistência Social
TÓPICOS ISOLADOS DE CADA FRENTE					
Impossibilidade de usar o CADI quando já é atendido por outro projeto social	-	Infestação de ratos	-	Barulho (bailes)	-
Ausência de espaço para Associação de Moradores	-	Muita fumaça	-	-	-
Visão de que é um lugar	-	-	-	-	-

perigoso					
Falta de atendimento a crianças com necessidades especiais	-	-	-	-	-

Fonte: Residência UFSC, 2024.

O quadro 05 sintetiza a quantidade de grupos que mencionaram os aspectos negativos.

Quadro 5 - Síntese dos pontos negativos

PONTOS NEGATIVOS ELENCADOS NOS GRUPOS	QNT. GRUPOS EM QUE OS PONTOS FORAM CITADOS
Insuficiência no atendimento a Saúde	5 grupos
Falta de coleta de lixo, ausência de lixeiras e/ou containers para depósito do lixo, acúmulo de lixo nos pontos de coleta	5 grupos
Falta de estrutura nas escolas e creches, falta de vagas, a estrutura não comporta	5 grupos
Falta de saneamento básico relativo a água	5 grupos
Falta de transporte público, linhas de ônibus próximas e pontos de ônibus	5 grupos
Ausência e espaços de lazer, infraestrutura de banheiro nos espaços de praça, e espaços de convivência para idosos	4 grupos
Falta de saneamento básico relativo ao esgoto e drenagem	3 grupos
Ausência de endereçamento das vias, falta de CEP	3 grupos
Ausência de pavimentação, falta de planejamento da inserção da pavimentação, dificuldade de mobilidade, precariedade da ponte de acesso	3 grupos
Problemas de ligação de energia pública e nas casas - Irregularidade fundiária vinculada	2 grupos
Ausência de CREA, CRAS, CAPS	2 grupos

Fonte: Residência UFSC, 2024.

O quadro 06 sintetiza os aspectos negativos principais elencados e a quantidade de grupos que mencionaram tais aspectos.

Quadro 6 - Aspectos negativos prioritários

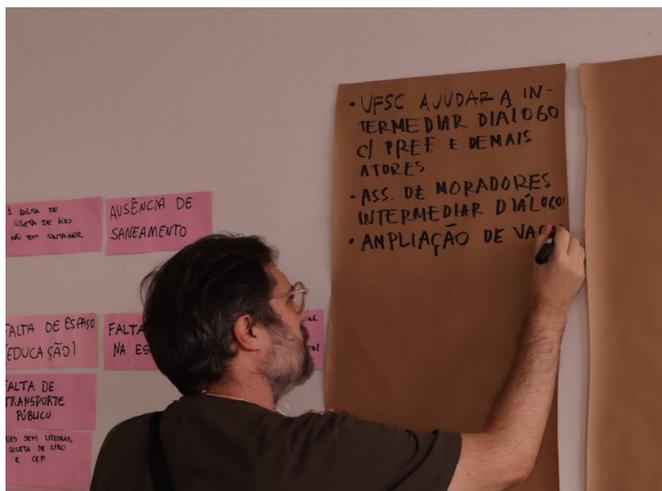
NEGATIVOS				QNT. GRUPOS EM QUE OS PONTOS FORAM CITADOS
Falta de vagas, escolas e creches	Falta de espaço (educação)	Falta de vagas na escola	Falta escola integral e creche integral	4 grupos
Falta saneamento	Falta de coleta de lixo (não tem container)	Ausência de saneamento		3 grupos
Insuficiência na saúde (espaço)	Dificuldade de acesso ao atendimento de saúde	UBS com infraestrutura e atendimento insuficientes (sem CAPS)		3 grupos
Falta de CEP/Endereços das ruas	Ruas sem lixeiras, coleta de lixo e CEP			2 grupos
Falta de transporte público	Falta de transporte público			2 grupos
Falta de iluminação pública, energia nas casas e água				1 grupo

Fonte: Oficina comunitária, adaptado pelos autores, 2024.

2.6. Objetivos gerais definidos

A última parte da oficina envolveu o debate pela busca por soluções para os desafios enfrentados pela comunidade, e por meio da análise dos pontos positivos e dos pontos negativos, foram construídos os objetivos a serem trabalhados pela comunidade e equipe da UFSC.

Figura 12 - Definição dos objetivos juntamente à comunidade



Acervo Residência UFSC, 2024.

O quadro 07 descreve os objetivos definidos pelos participantes do Encontro Comunitário, moradores da Frei Damião.

Quadro 7 - Objetivos definidos

OBJETIVOS
UFSC ajudar a intermediar o diálogo com a prefeitura e demais atores
Intermediar diálogo com Associações de moradores
Ampliação de vagas na creche e escola e possibilidade de tempo integral
Ampliação e melhorias na UBS
Estudar trajeto do ônibus e projeto dos abrigos (Jotur e Santa Terezinha)
Regularização do nome das ruas e CEP, legalização das vias e do bairro
Melhorar a coleta, implantar coleta seletiva, contêineres, pontos de coleta
A partir da regularização das ruas, regularizar infraestrutura (água, luz, saneamento), ampliar a rede
Mais praças, espaços públicos, áreas de lazer
Espaço de um centro comunitário para Associação de Moradores

Arborização nas ruas
Área esportiva coberta e academia ao ar livre
Bicicletário e ciclofaixa

Fonte: Oficina comunitária, adaptado pelos autores, 2024.

Assim, a definição coletiva de objetivos subsidiou o escopo de trabalho da equipe técnica da UFSC, contribuindo para o Plano de Ações do projeto Periferia Viva UFSC.

2.7. Considerações acerca do Encontro Comunitário.

Pode-se concluir que o primeiro Encontro Comunitário realizado na Frei Damião teve seu objetivo alcançado, considerando a participação dos moradores e o debate sobre a realidade vivida na comunidade. Ademais, a definição dos pontos positivos e negativos e dos objetivos serviu como norteadora para o trabalho desenvolvido pela equipe técnica da UFSC, vinculada ao projeto de extensão do Periferia Viva e do Curso Residência em Arquitetura e Urbanismo.

Considera-se que o processo de divulgação foi eficaz para o atrair a participação da comunidade, considerando o público presente de diversas partes do território da Frei Damião. Os participantes foram ativos ao longo das atividades e trouxeram informações importantes ao escopo de atuação do profissional arquiteto e urbanista.

Por fim, o Encontro Comunitário foi considerado positivo devido à aproximação da população residente na Frei Damião com a UFSC. Os participantes, ao se despedirem, perguntaram quando ocorreria o próximo. A comunidade participou ativamente até o encerramento da oficina, que ocorreu por volta das 16h30.

3. LEITURA TÉCNICA

A comunidade Frei Damião apresenta-se como uma das áreas de maior vulnerabilidade social do Estado de Santa Catarina, com problemas de acesso à renda, à segurança alimentar, à educação formal, entre outros. Segundo o ICOM (2022), 42% dos moradores estão na faixa de

extrema pobreza, sendo que 91% têm renda familiar de até dois salários mínimos, tendo como principal atividade a reciclagem de resíduos sólidos, trabalho que consiste em fonte de renda de cerca de 80% das famílias. Além disso, destaca-se a própria condição de moradia, caracterizada por precariedades diversas, como a falta de banheiros, coabitação, adensamento excessivo de lotes ocupados, uso de materiais e técnicas construtivas inadequados, soluções insalubres de ventilação, de insolação e carência de espaços públicos.

A leitura técnica consiste no conjunto de levantamentos que conduzem ao diagnóstico da realidade da área, no qual serão apresentados os resultados das análises sobre os aspectos geoambientais e urbanísticos. Em conjunto com a leitura comunitária, objetiva, portanto, dar subsídios às próximas etapas do Plano da Ação Periferia Viva, da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades.

A estrutura da leitura técnica buscou transcender a simples justaposição temática, promovendo uma abordagem transversal que problematize as questões do território, analisando-o de maneira integrada e holística. A leitura técnica desempenha um papel crucial não apenas na tomada de decisões pela equipe envolvida na Residência UFSC, mas também como ferramenta de suporte para atividades participativas previstas no processo, além de subsidiar futuras intervenções e melhorias locais.

3.1. Caracterização do entorno e limites urbanos

A área de estudo é o território Frei Damião, localizado no Bairro Brejaru, no município de Palhoça, Santa Catarina. A comunidade Frei Damião já esteve inserida no município de São José (SC), mas posteriormente essas terras foram transferidas para Palhoça (SC). O município de Palhoça é brevemente apresentado no quadro de dados gerais de Palhoça (Quadro 08).

Quadro 8 - Dados gerais de Palhoça (SC)

Informação	Descrição
Nome do Município	Palhoça
Estado	Santa Catarina
Região	Sul
Data de Fundação	31 de julho de 1793
Bioma(s)	Mata Atlântica
Porte Populacional	Médio Porte (população estimada em 2024: ~180 mil habitantes)
Extensão Territorial	395,205 km ²
Hierarquia Urbana	Sub-regional
Região de Influência	Florianópolis (Grande Florianópolis)
Mesorregião	Grande Florianópolis
Microrregião	Florianópolis
Municípios Vizinhos	São José, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Paulo Lopes, São Pedro de Alcântara, e Florianópolis (por mar)
Rodovias Estaduais	SC-281, SC-407
Rodovias Federais	BR-101, BR-282

Fonte: IBGE. Panorama - Palhoça, SC (2024).

O município de Palhoça está localizado na porção central do litoral catarinense, pertencente à região metropolitana de Florianópolis, distante 16km do centro da capital do Estado. Possui uma população estimada em 245.477 habitantes em 2024, faz divisa com São José, São Pedro de Alcântara, Paulo Lopes e Santo Amaro da Imperatriz (IBGE, 2024).

Figura 13 - Mapa de localização da Frei Damião (área de estudo).

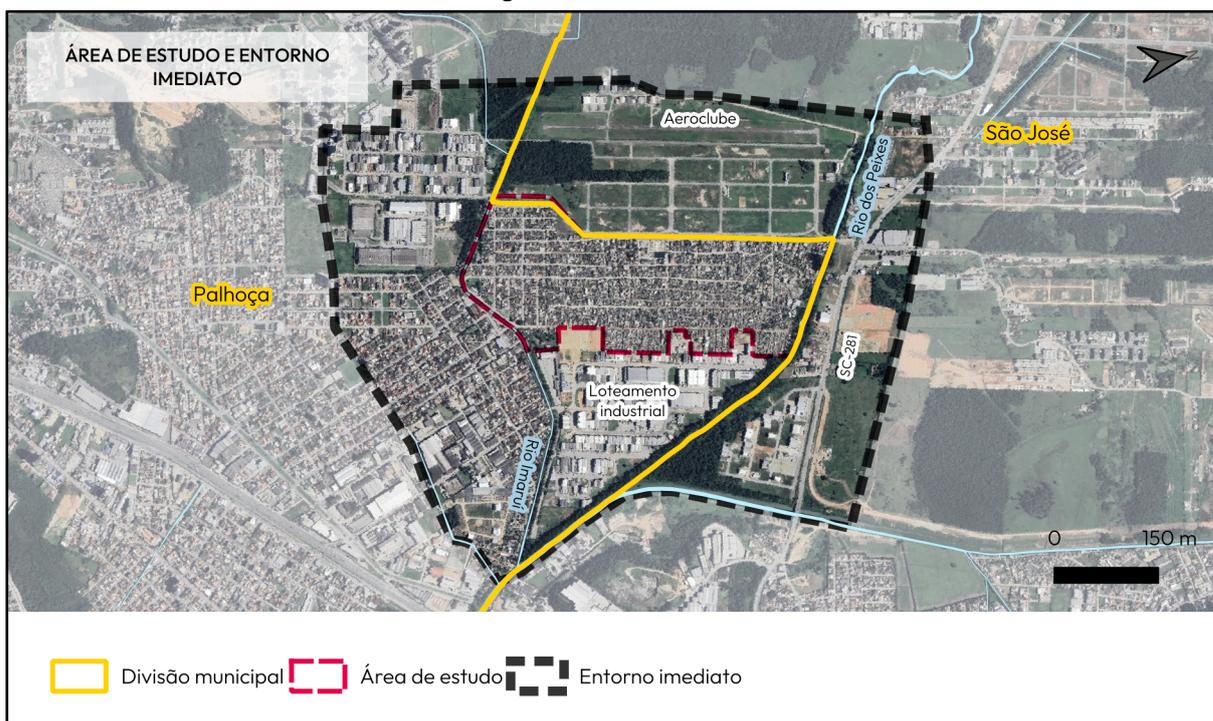


Fonte: Limites Municipais de Santa Catarina (SDE/SC, 2022) .

A Frei Damião ocupa uma área de 0,75 km² e possui, em 2024, uma população estimada em 14.000 habitantes, com cerca de 3.250 domicílios. Faz divisa com o município de São José ao norte (delimitado pelo Rio Imaruí), com o loteamento Brejaru, ao sul (delimitado pelo Córrego dos Peixes), com a área industrial a leste (não possuindo conexão viária com a mesma) e com o loteamento direcionado à população alta renda Aero Park (Aeroclube) a oeste, o qual é vinculado ao empreendimento Pedra Branca, delimitado pela Avenida das Universidades.

Próximo à comunidade está o contrastante bairro Pedra Branca, um dos mais valorizados da cidade, o setor industrial de Palhoça e São José, e o maior shopping da região (Continente Shopping). Além disso, a continuidade com a capital Florianópolis evidencia dinâmicas socioespaciais entre as localidades, principalmente os deslocamentos para acessar empregos e serviços.

Figura 14 - Área de estudo e entorno imediato



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

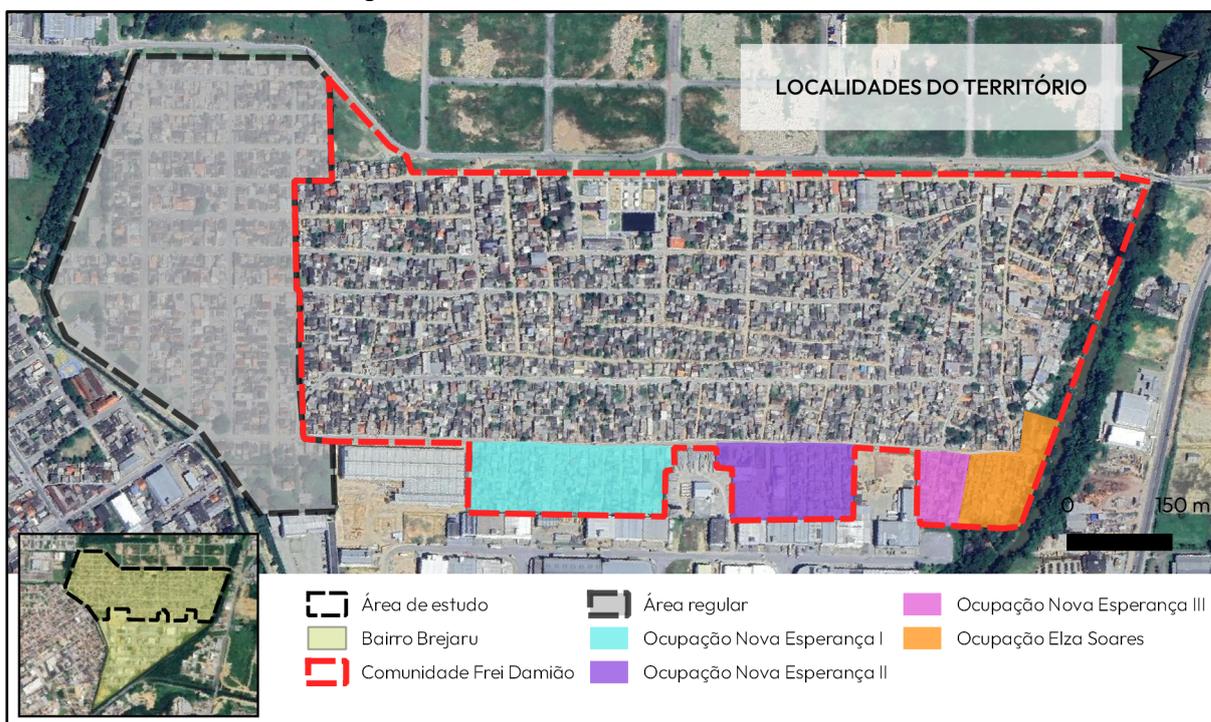
A formação social da Comunidade Frei Damião teve início no final da década de 1980, em área vizinha ao loteamento regular denominado Jardim Eldorado. A área foi conformada por duas grandes áreas, uma de origem privada, que pertencia à COHAB (Cia. de Habitação) e outra pertencente à Prefeitura de Palhoça.

No início da ocupação, o território dividia-se em áreas alagáveis (o que justifica o baixo custo dos lotes e a ausência de interesse por parte do mercado imobiliário), outras porções de terras relativamente com maior alicive, que serviam para plantação de feijão, e outra parcela surgiu em decorrência do processo de drenagem e aterros realizados no Rio Imaruí, portanto, composto de areia e detritos aluvionais (Oliveira, 2011).

Com o passar dos anos, a COHAB abandonou o projeto de loteamento no local, o traçado viário inicial foi sendo ampliado e, gradativamente, os lotes, as áreas inundáveis e as áreas de agricultura foram sendo ocupados por moradias.

Mais recentemente, a partir de 2018, a área privada localizada na parte leste (limite com a área industrial), que se encontra em litígio judicial, foi também sendo dividida e ocupada de forma irregular, onde se localizam as Ocupações Nova Esperança I, II e III e a Elza Soares, locais com maior vulnerabilidade social (Figura 15).

Figura 15 - Localidades do território Frei Damião.



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Muitos dos moradores da comunidade Frei Damião são oriundos de outros estados do Brasil e migraram para a região da Grande Florianópolis com o intuito de buscar melhores condições de trabalho e de vida na região.

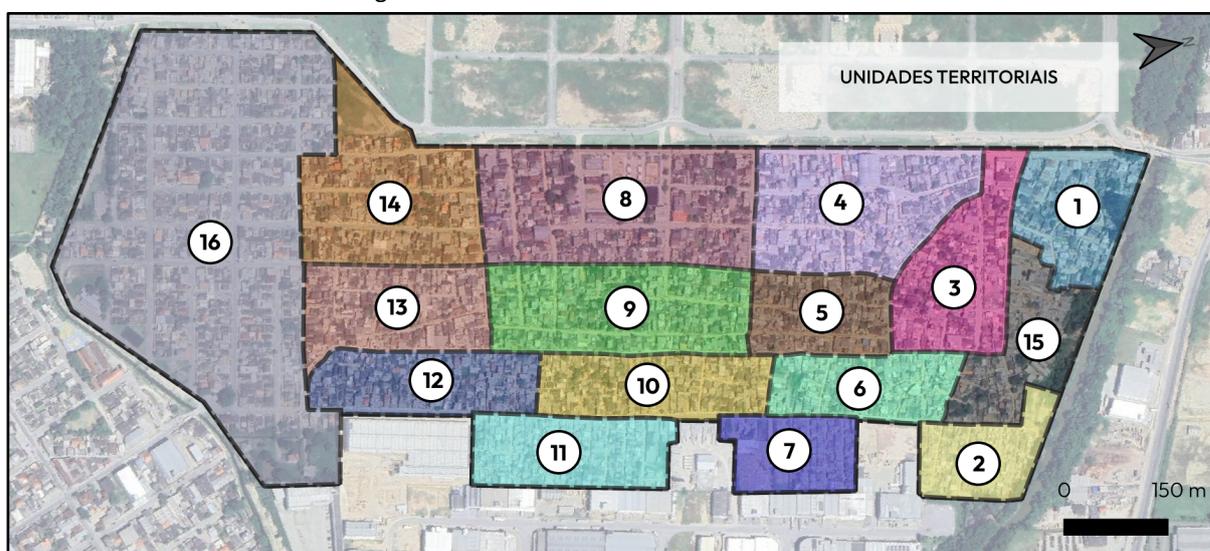
3.2. Procedimentos metodológicos dos levantamentos

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa técnica acerca do território envolveu um levantamento extenso e detalhado de dados quantitativos e qualitativos, obtidos de fontes primárias e secundárias. Esses dados foram extraídos de diversas instâncias públicas e privadas, em níveis municipal, estadual e federal, bem como de pesquisas publicadas em periódicos acadêmicos e instituições de ensino superior brasileiras. A partir das análises realizadas, foram elaborados textos interpretativos e cartografias temáticas, que espacializaram os dados levantados, facilitando a compreensão de suas manifestações no território.

Dessa forma, grande parte dos mapeamentos e registros fotográficos apresentados neste documento foram resultantes de levantamentos *in loco* realizados pela Frente de Urbanização, que contribuíram para a compreensão mais abrangente da realidade local. No que se refere às informações que não foram possíveis coletar pela observação no local, tais como aqueles de rede de água e de coleta de resíduos sólidos, estes foram realizados baseados em informações concedidas pelo presidente da Associação de Moradores da Frei Damião, Vladimir Ribeiro.

Uma etapa relevante e inicial foi a divisão da área de estudo em 16 unidades territoriais, o que possibilitou um levantamento sistemático de todas as informações consideradas importantes (Figura 16). Os critérios utilizados para tal divisão foram: a delimitação das vias; a morfologia; o histórico da ocupação; as dificuldades de acesso entre as vias; o padrão das edificações; o auto reconhecimento da população; a dinâmica da relação entre os moradores e a situação fundiária.

Figura 16 - Divisão das 16 Unidades Territoriais



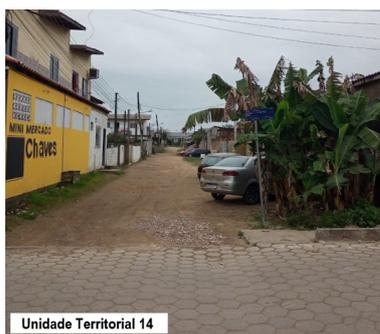
Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Conforme os levantamentos *in loco*, foi possível analisar que existem diferenças significativas entre as unidades territoriais em estudo. As principais diferenças são relativas à organização da malha urbana, parcelamento de lotes, uso e ocupação e mobilidade. A Unidade Territorial 1 corresponde a ligação mais direta com o entorno da parte norte do município, justamente por possuir uma das pontes que possibilita o acesso ao território. As Unidades Territoriais 2, 7 e 11 correspondem, respectivamente, às Ocupações Elza Soares e Nova Esperança III, Nova

Esperança II e Nova Esperança I, sequencialmente. Nestas Unidades há ausência de infraestrutura e maior predominância de habitações precárias. As Unidades 6, 10 e 12 representam uma transição entre as áreas de ocupação irregular e a parte mais central, caracterizada por concentrar equipamentos urbanos e serviços. O parcelamento do solo é desordenado e as quadras são mais compridas, diferente do restante do território. Quanto às Unidades 3 e 15, são predominantes o uso residencial e industrial, com empresas de reciclagem, como a CR Polímeros (maior da área em estudo). As Unidades 8 e 9 apresentam semelhanças, principalmente quanto à forma dos lotes e disposição das quadras, além de estarem mais bem estruturada, com acesso a serviços urbanos, como rede de água e energia. As Unidades Territoriais 13 e 14 evidenciam a transição entre a parte correspondente ao setor conhecido como loteamento Brejarú (a UT 16) e o restante do território. É nítido que a partir destas unidades, a malha urbana não é mais tão uniforme, os lotes apresentam-se de várias formas e tamanhos, assim como as vias começam a ser menos regulares e com mais servidões e vielas (Figura 17).

Figura 17 - Mosaico de vias em cada UTI da Comunidade Frei Damião





Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

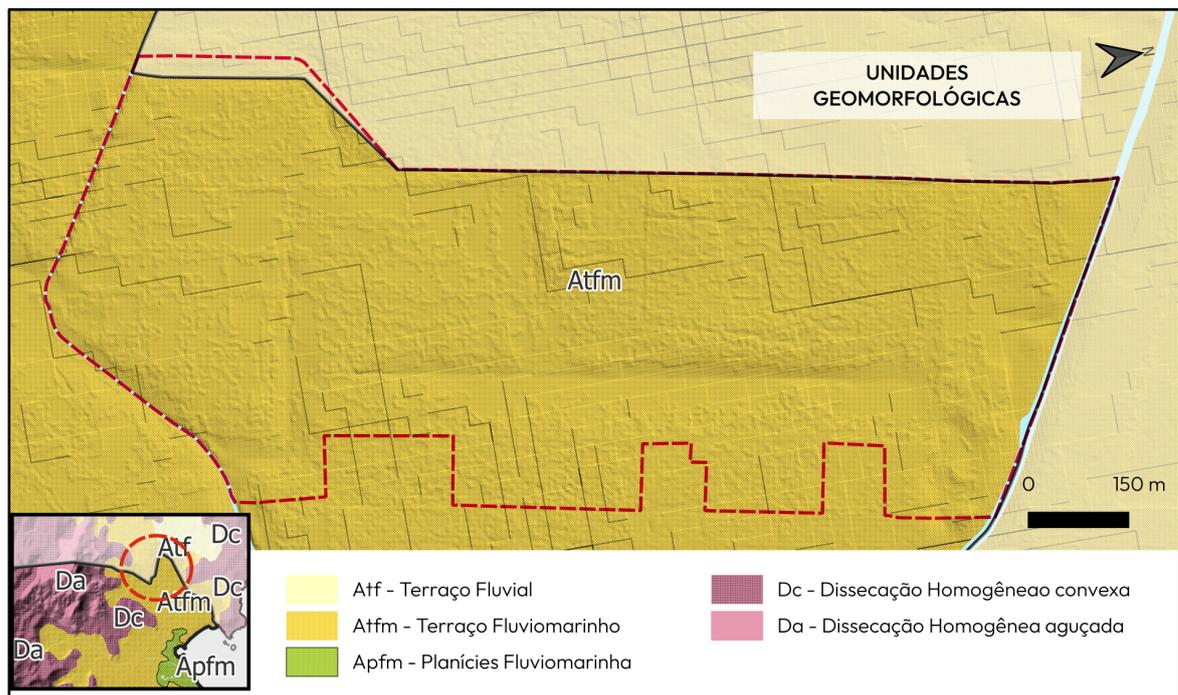
3.3. Aspectos ambientais

Esta seção apresenta os aspectos ambientais acerca da área de estudo, tais como geomorfologia, declividade, hidrografia, vegetação e mancha urbana, áreas de preservação permanente entre outros aspectos relevantes para a análise do território.

3.3.1. Geomorfologia

A geomorfologia da área de estudo é caracterizada por um relevo plano e composto por aterros realizados sobre a unidade geomorfológica da planície litorânea (Figura 18).

Figura 18 - Unidades Geomorfológicas



Fonte: Banco de Dados e Informações Ambientais (IBGE, 2021).

Apesar do estudo geomorfológico disponível ser generalizado, ainda é possível ressaltar como toda a área de estudo encontra-se inserida em um ambiente de acumulação e, uma transição entre ambientes fluviais e costeiros. Ambientes de acumulação de sedimento são caracterizados por terem uma drenagem mais lenta.

Os aterros realizados na área de estudo são de origens diversas, seja de restos de material terroso de outra região, construção civil e resíduos sólidos descartados por empresas de reciclagem, como exemplificado na Figura 19.

Figura 19 - Aterro feito na Ocupação Elza Soares

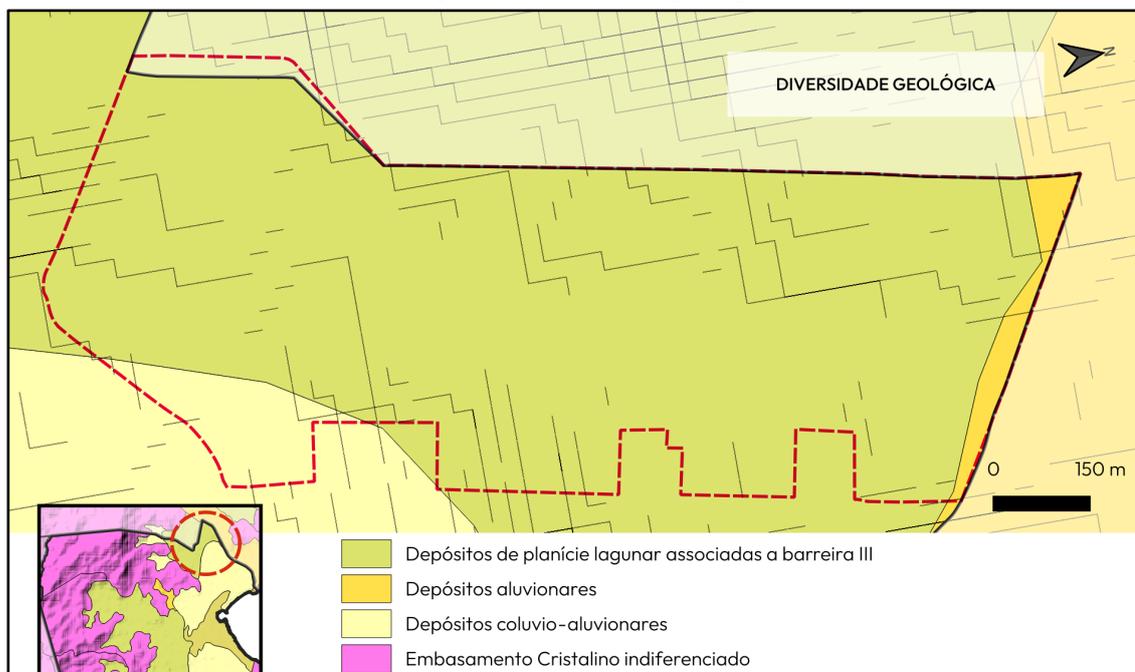


Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

A composição original do substrato que compõem o solo era caracterizado por uma formação da planície de depósitos sedimentares (Figura 20), são eles:

- Depósito de planície lagunar associado a barreira III: sedimentos originalmente relacionados com período de nível médio do mar mais elevado e com deposição de sedimentos em fundos lagunares ou área constantemente inundada.
- Depósito Colúvio-aluvionares: sedimentos de processos geomorfológicos de deterioração de vertentes (morros) e da ação de cursos d'água.
- Depósito Aluvionar: sedimentos de ações de erosão, transporte e deposição de materiais relacionados a atividades fluviais (IBGE, 2021).

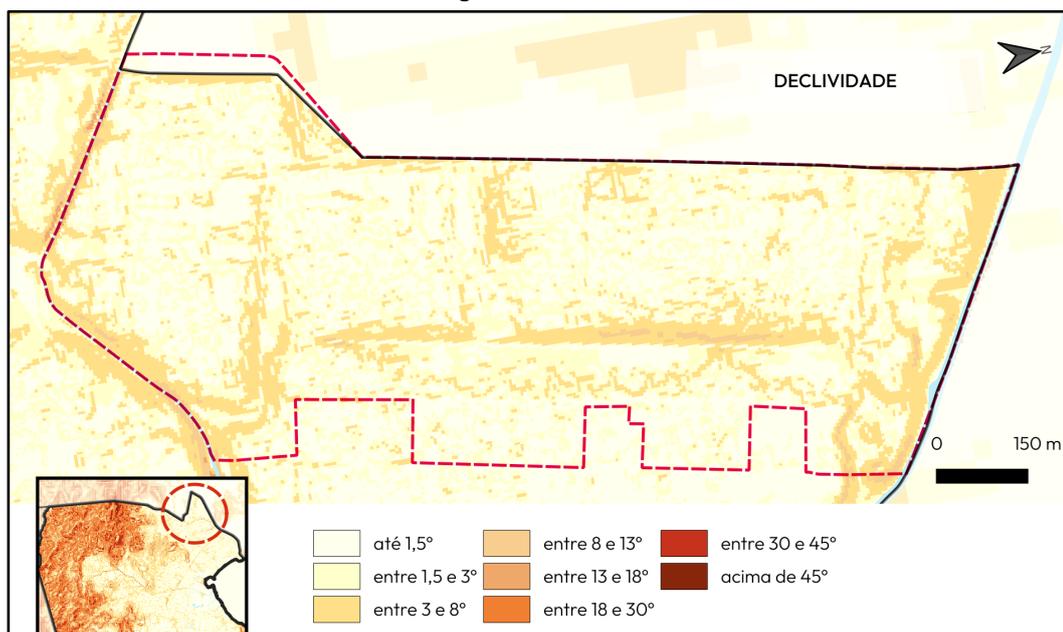
Figura 20 - Diversidade geológica



Fonte: Mapa de diversidade geológica de Santa Catarina (SGB, 2012)

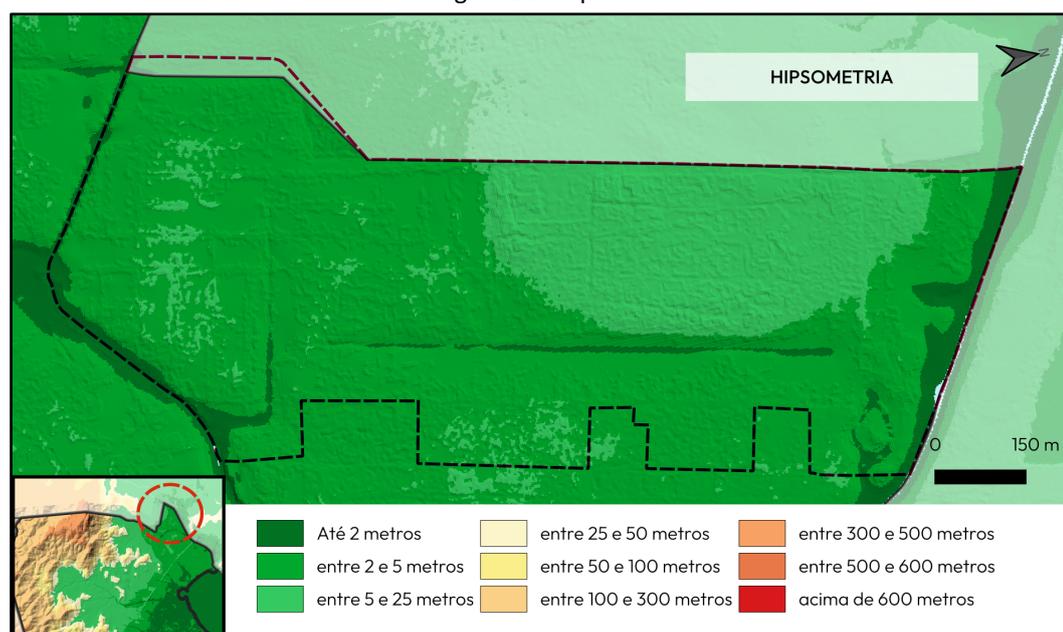
Além disso, a morfologia aplainada do terreno, com baixa declividade (Figura 21), típico de uma planície em baixa altitude e próxima à foz em baía (Figura 22) de um curso d'água, consolida essa região como um local suscetível aos eventos de excesso hídrico, como enchentes e inundações.

Figura 21 - Declividade



Fonte: Modelo digital do terreno, resolução 2,5m (SGB, 2016).

Figura 22 - Hipsometria



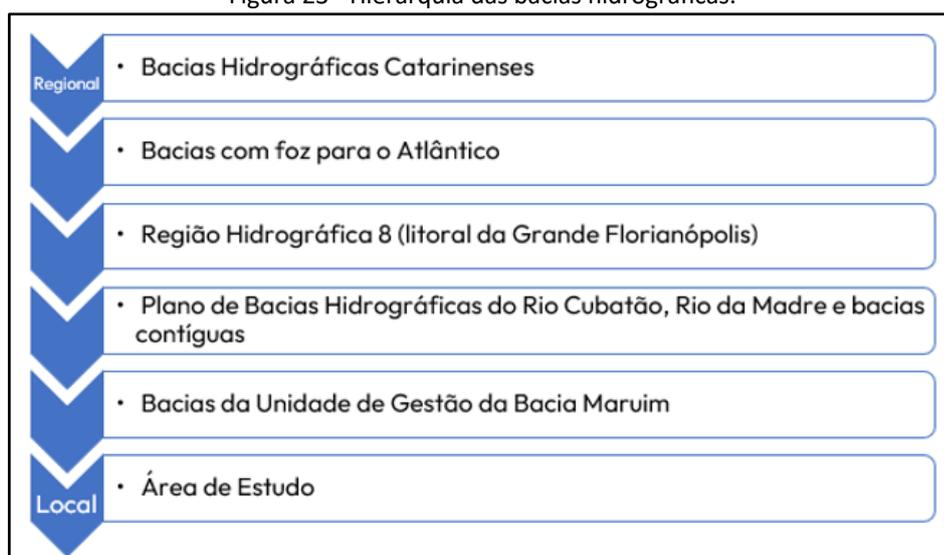
Fonte: Modelo digital do terreno, resolução 2,5m (SGB, 2016).

Em resumo, o solo originário dessa região já não tem características adequadas para drenagem e absorção de água e o aterro realizado com materiais inadequados para tal finalidade reforçam essas características de baixa aptidão à drenagem.

3.3.2. Hidrografia

A área de estudo situa-se na Unidade de Gestão de Bacia Hidrográfica Maruim e está contemplada pelo Plano de Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão, Rio da Madre e bacias contíguas (SDE; UFSC, 2018). A hierarquia das bacias mencionadas está listada a seguir na Figura 23.

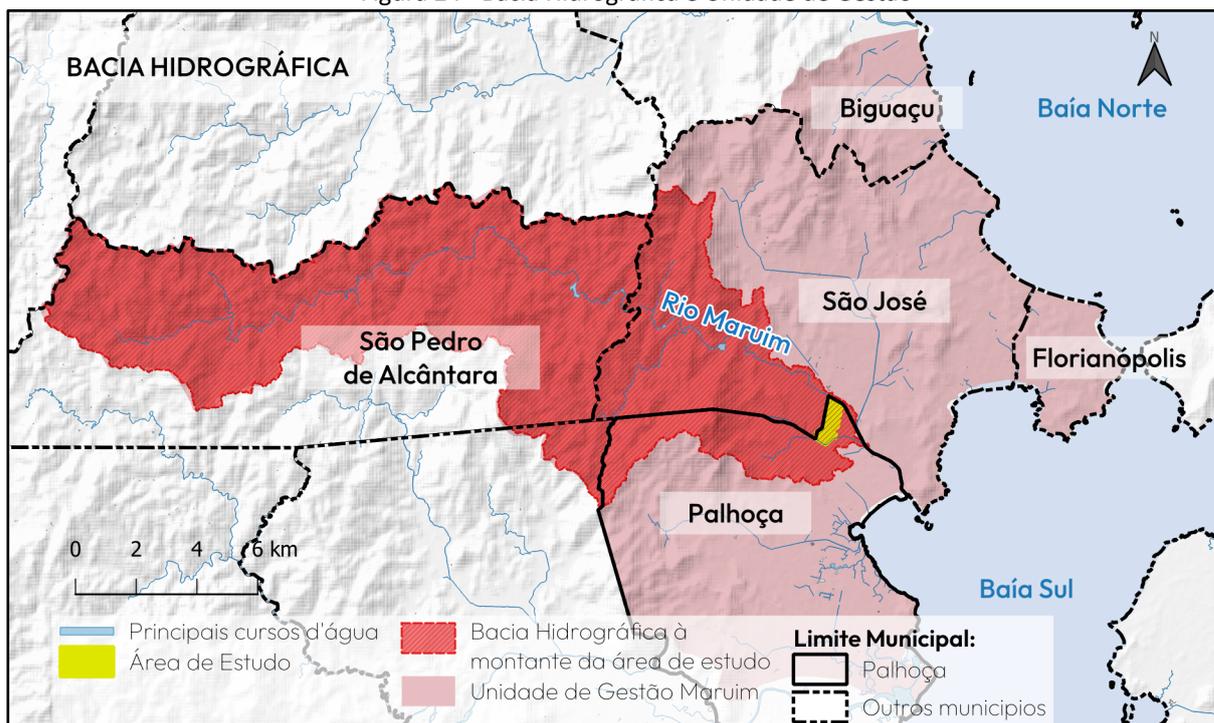
Figura 23 - Hierarquia das bacias hidrográficas.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Plano de Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão, Rio da Madre e bacias contíguas (SDE; UFSC, 2018).

A área de estudo está localizada em uma região de convergência de diversas bacias, assim, à montante, as sub-bacias são responsáveis pela drenagem de uma área de mais de 13.700 de hectares (Figura 24). Nesse sentido, o escoamento é naturalmente dificultado pois se trata de área de planície próxima ao nível médio do mar. Da mesma forma, a ação antrópica soma-se ao fator natural e os aterros de construção civil dispersos pelo bairro e resíduos sólidos minam sua capacidade de absorção das águas.

Figura 24 - Bacia Hidrográfica e Unidade de Gestão

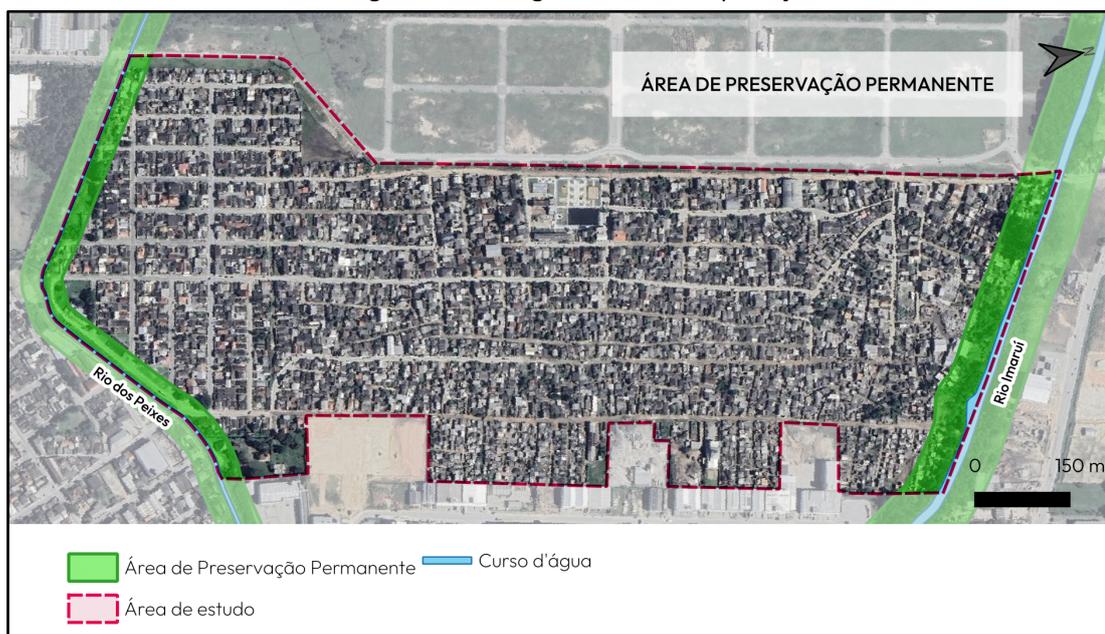


Fonte: Elaborado com base no Plano de Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão, Rio da Madre e bacias contíguas (SDE; UFSC, 2018).

Evidenciam-se, portanto, fragilidades na macro e microdrenagem. Na macrodrenagem, o território está localizado em uma área crítica para inundação (Figura 24) e recebe águas de rios, córregos ou canais retificados. Assim, apesar de a água chegar rapidamente, não há uma resposta de vazão na mesma proporção. Na microdrenagem, nota-se que diversas ruas não apresentam conexão com a rede de drenagem das águas das chuvas e, em alguns casos, não há valas ou valetas nas vias. Há casos em que a própria via se encontra em um nível mais baixo, favorecendo o acúmulo de água.

Nas ocupações Nova Esperança I, Nova Esperança II, Nova Esperança III e Elza Soares é comum encontrar residências que estão abaixo do nível da rua, o que impede a drenagem, compromete a estrutura das casas e, principalmente, representa risco para as pessoas, que ocupam as faixas de vegetação ciliar – as áreas de preservação permanente (APPs) (Figura 25).

Figura 25 - Hidrografia e faixas de proteção



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Historicamente, a área de estudo é conhecida por ser um banhado ou brejo, uma vez que se encontra entre dois cursos d'água retificados: o Rio Imaruí e o Córrego dos Peixes. As margens dos cursos d'água apresentam vegetação remanescente e ocupações de atividades humanas bem próximas ao rio, tais como moradias, acúmulo de resíduos sólidos ou cercamento de imóveis, com supressão da vegetação ciliar.

Figura 26 - Respectivamente Rio Imaruí e Córrego dos Peixes



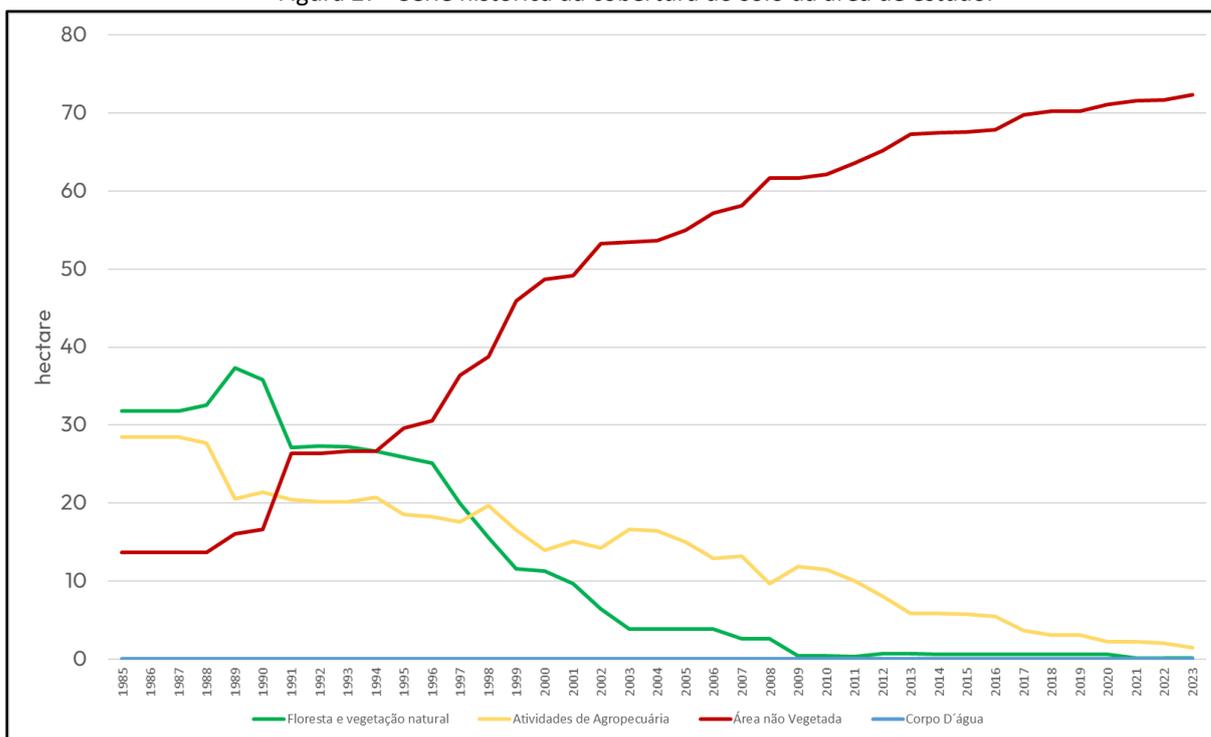
Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

3.3.3. Vegetação e mancha urbana

A vegetação originária da região é a Floresta Ombrófila Densa de Mata Atlântica, um dos biomas que mais foi explorado ao longo dos anos de colonização do território brasileiro. A vegetação originária da área foi desmatada para plantio de espécies de pinheiros, para fins de silvicultura, intercalado com remanescentes florestais de floresta nativa e área de pastagem.

A área de estudo situa-se em área de expansão urbana limítrofe entre Palhoça e São José, sendo estes os municípios da Grande Florianópolis que apresentaram o maior crescimento urbano entre os anos de 1990 e 2000. O gráfico (Figura 27) mostra como o avanço da mancha urbana ocorre em diferentes formas de ocupação do solo, como a vegetação nativa e as atividades agropecuárias retraem ao longo dos anos (MAPBIOMAS, 2024).

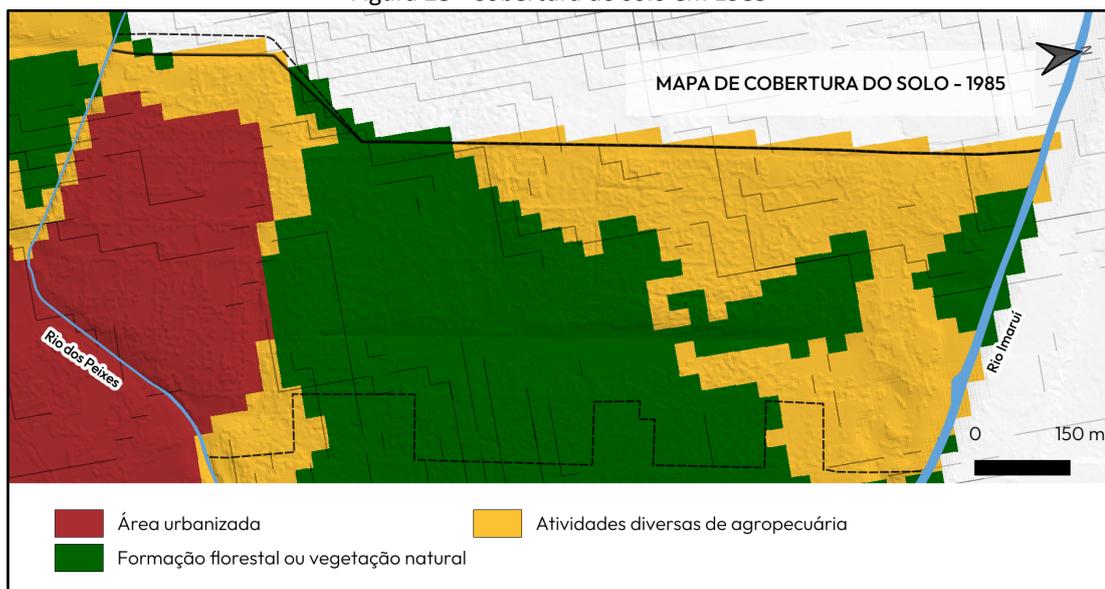
Figura 27 - Série histórica da cobertura do solo da área de estudo.



Fonte: Elaborado com base na Plataforma Mapbiomas de Cobertura do Solo, série histórica de 1985-2023 (MAPBIOMAS, 2024).

Ainda em 1985 (Figura 28), a ocupação da mancha urbana estava restrita ao loteamento ao sul que dá nome ao bairro, o Brejarú, de forma que garantia uma ampla área com solo permeável para as águas das chuvas.

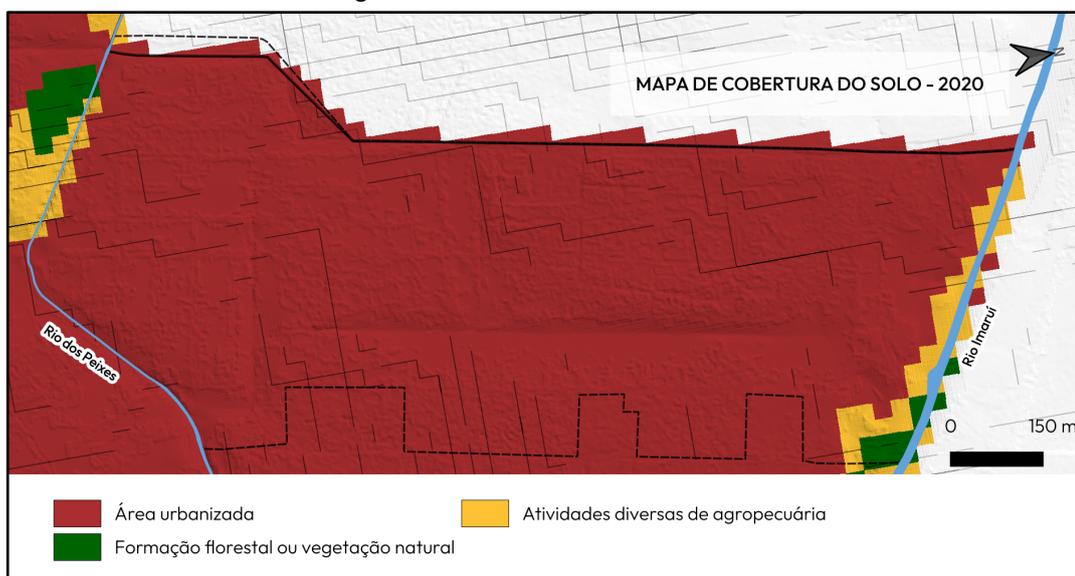
Figura 28 - Cobertura do solo em 1985



Fonte: Elaborado com base na Plataforma Mapbiomas Uso e Cobertura do Solo (MAPBIOMAS, 2024).

Após 25 anos de ocupação do território, sem planejamento urbano adequado, a comunidade expandiu sua área de ocupação, suprimindo grandes áreas de permeabilidade do solo (Figura 29).

Figura 29 - Cobertura do solo em 2020

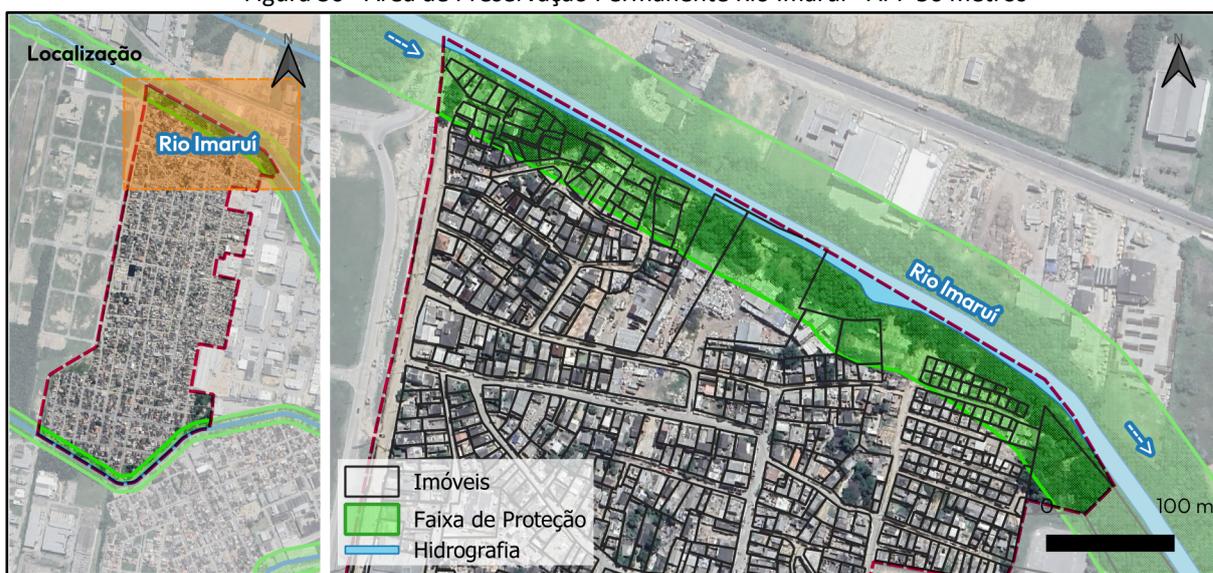


Fonte: Elaborado com base em Plataforma Mapbiomas Uso e Cobertura do Solo (MAPBIOMAS, 2024)

3.3.4. Áreas naturais protegidas

A legislação ambiental reconhece que os cursos de águas permanentes e intermitentes têm uma faixa de proteção vegetal, na qual não pode haver edificações. A extensão da largura das faixas são proporcionais à largura do curso d'água. Nas figuras 30 e 31 está o enquadramento dos cursos d'água segundo o Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012) e suas respectivas faixas de proteção, as chamadas Áreas de Preservação Permanente – APP.

Figura 30 - Área de Preservação Permanente Rio Imaruí - APP 50 metros



Fonte: Hidrografia (SDS/SC, 2012) modificada pelos autores, 2024.

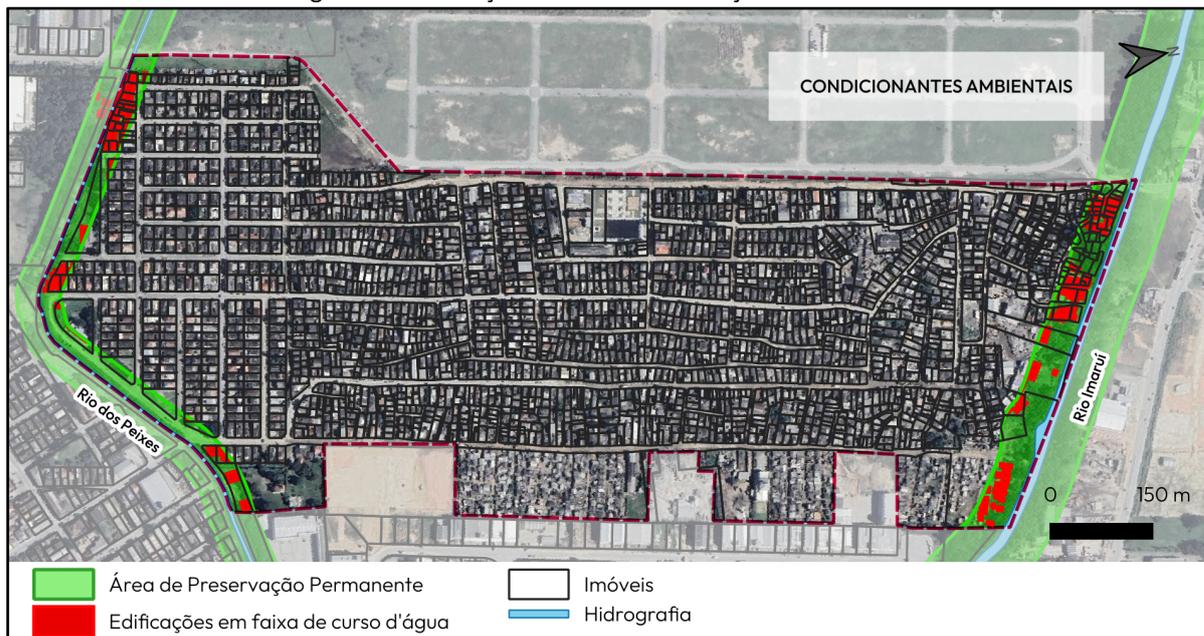
Figura 31 - Área de Preservação Permanente Córrego dos Peixes - APP 30 metros



Fonte: Hidrografia (SDS/SC, 2012), modificado pelos autores, 2024.

Há um conjunto de edificações no interior da demarcação da faixa de proteção, tendo como base o levantamento de edificações e de espacialização dos critérios de área de preservação permanente da Lei Federal 12.651/2012. Atualmente, os locais menos críticos a desastres naturais como inundações estão relacionados aos terrenos públicos com usos de espaços de lazer e educação ao sul do território e em áreas ainda preservadas nas margens do Rio Imaruí (Figura 32).

Figura 32 - Edificações em Área de Proteção Permanente.



Fonte: Edificações - Open Building (Google Researching, 2023), modificado pelos autores, 2024.

Figura 33 - Vegetação e aterramentos nas margens do Rio Imaruí



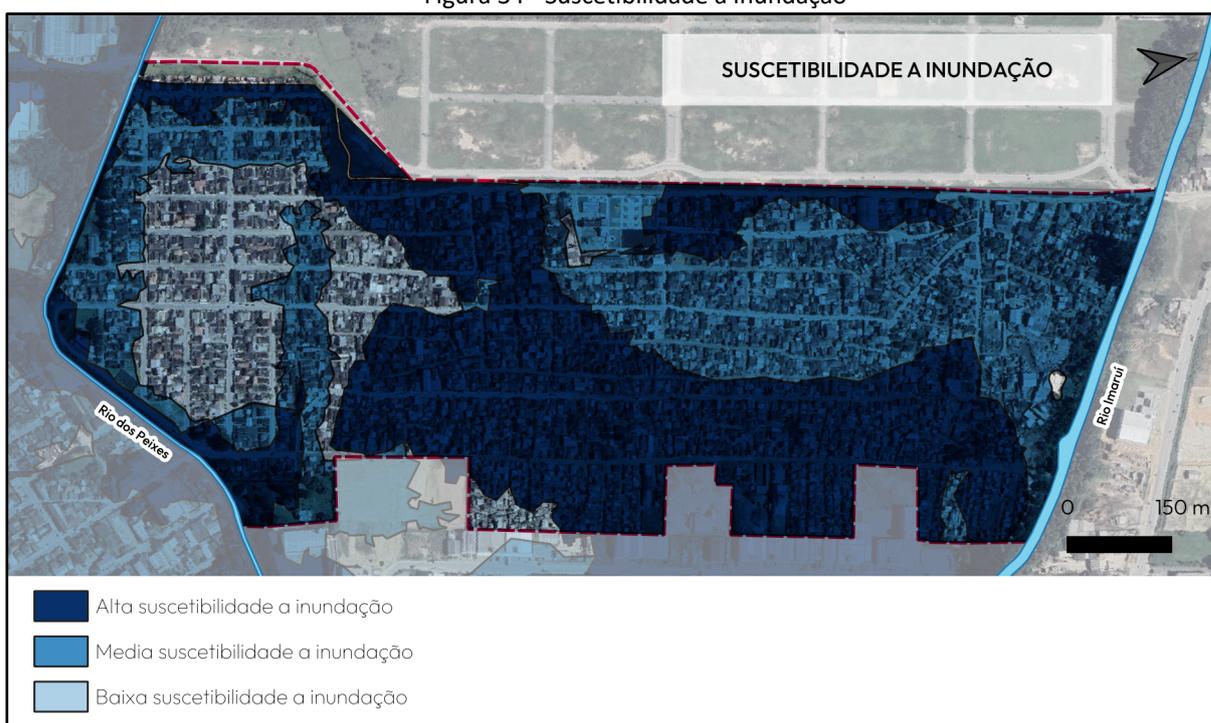
Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

3.3.5. Áreas de suscetibilidades

Com base nos estudos do Serviço Geológico do Brasil (SGB, 2013) e dos trabalhos das cartas geotécnicas desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2014 e UFSC, 2016), podemos verificar que a baixa declividade da área, somada com o encontro das águas das bacias do Imaruí com a foz em baía, fazem com que a inundação (Figura 34) seja uma das maiores preocupações no que se refere a desastres naturais, ou melhor, desastres socionaturais, uma vez que estes são potencializados em suas consequências quando acometem áreas em contexto de vulnerabilidade social, como o que ocorreu em 2022 (Figura 35).

O mapa de aptidão à urbanização (Figura 36), que considera somente áreas ainda não ocupadas, evidencia a vulnerabilidade da área.

Figura 34 - Suscetibilidade à inundação



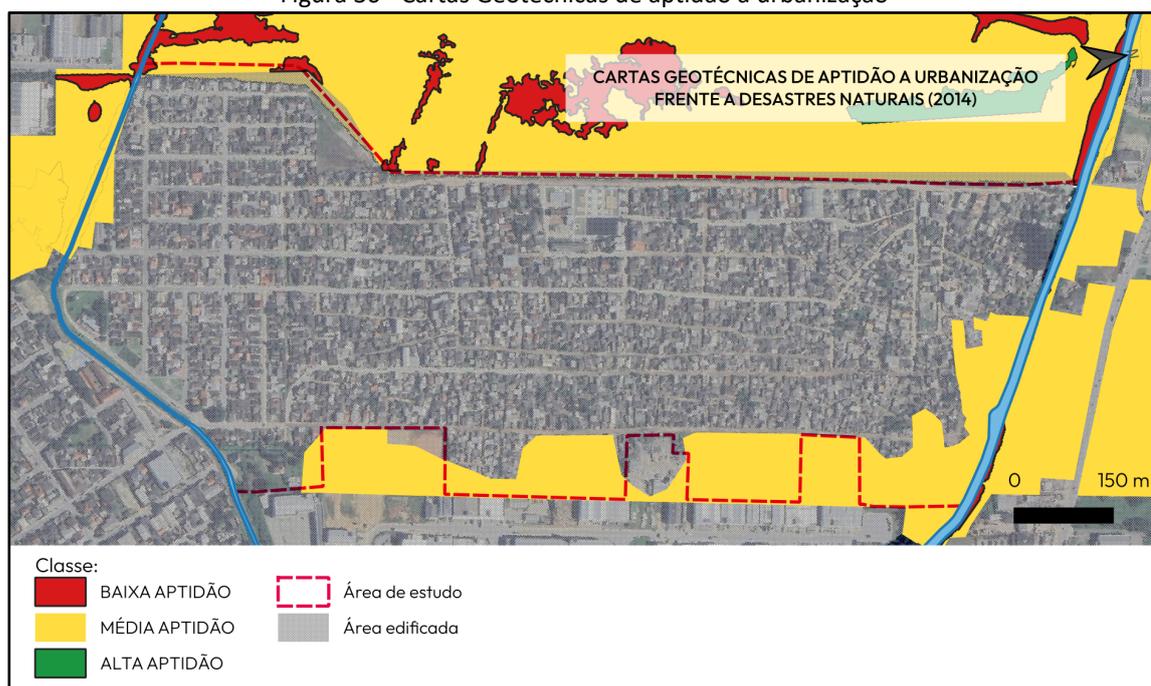
Fonte: Mapa de Suscetibilidade à Inundação do Município de Palhoça (SGB, 2016).

Figura 35 - Inundação ocorrida em 2022 na Comunidade Frei Damião



Fonte: Vakinha, 2022.

Figura 36 - Cartas Geotécnicas de aptidão à urbanização



Fonte: Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização Frente a desastres Naturais de Palhoça (UFSC, 2014) e São José (UFSC, 2016).

O conjunto de aspectos ambientais, sociais, econômicos e de infraestrutura fazem da comunidade Frei Damião e entorno serem regiões com suscetibilidade a eventos de excedentes hídricos como cheias, enchentes e inundações (Figura 37).

Figura 37 - Aspectos gerais de suscetibilidade à inundação local



Fonte: elaborado pelos autores.

3.4. Aspectos urbanísticos

A leitura territorial incorpora uma análise minuciosa dos aspectos urbanísticos do território, com o objetivo de compreender a área em profundidade, visando um acervo informativo para possíveis intervenções futuras. Tal abordagem possibilita, às equipes técnicas, a identificação dos principais desafios e potencialidades da Comunidade Frei Damião, fornecendo subsídios essenciais para o planejamento e a execução de ações estratégicas. Dentre os temas estudados nesta etapa, destacam-se: histórico da área e limites urbanos; caracterização fundiária: conflitos de ocupação, irregularidade e regularização fundiária (Lar Legal); zoneamento; cheios e vazios; uso do solo; terrenos públicos; equipamentos comunitários; áreas em potencial para projetos urbanos ou habitacionais; Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Código de Endereçamento Postal; infraestrutura urbana e sistema viário.

3.4.1. Caracterização fundiária

A Comunidade foi paulatinamente expandindo-se ao longo do tempo, adentrando terrenos do entorno. No decorrer dos anos, projetos urbanísticos foram elaborados, inclusive atrelados à doação de parte da área pela COHAB à Prefeitura de Palhoça e a aquisição de terreno particular pela Prefeitura, porém tais projetos não foram executados.

Por se tratar de assentamento informal, com parcelas que ainda estão em processo de regularização, a questão fundiária é delicada. Não há um processo de regularização plena. Há apenas um processo de titulação dos lotes (em andamento por meio do programa Lar Legal,

do TJSC). Esse programa é um processo de intervenção pública consubstanciado na gestão de ações sistemáticas, contínuas e planejadas com o objetivo central de facilitar a outorga de títulos de propriedade especialmente para famílias de baixa renda. Os imóveis devem estar localizados em área urbana consolidada integrada à cidade, oriundos de loteamento ou desmembramento (fracionamento ou desdobro) e em desconformidade com a legislação vigente. Nesse sentido, estão excluídas as áreas de preservação permanente e as áreas de risco ambiental, que não se enquadrem na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

Com efeito, constata-se que o Lar Legal não está em conformidade com a regularização fundiária proporcionada pela Lei n. 13.465/2017, conhecida como Lei da Regularização Fundiária Urbana (REURB). A REURB consiste em um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam integrar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial e regularizar a titulação de seus ocupantes. Esses núcleos informais incluem áreas clandestinas, irregulares ou onde não foi possível efetuar a titulação, mesmo quando atendidas as normas vigentes à época de sua criação ou tentativa de regularização (Brasil, 2018). O procedimento da REURB é mais amplo, porque não inclui somente a regularização registral, mas sim um conjunto de ações e medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para regularizar áreas urbanas ocupadas de forma irregular.

Em Palhoça³, legalmente, para a caracterização do núcleo urbano, para fins de REURB, dispensa-se a presença de equipamentos públicos, itens de infraestrutura urbana, comércio e serviços no local. O núcleo urbano pode ser constituído de unidades imobiliárias com usos residenciais e não residenciais, sob a forma de assentamentos, parcelamentos do solo, conjuntos habitacionais ou condomínios, seja em área considerada formalmente como urbana ou rural, tituladas ou não;

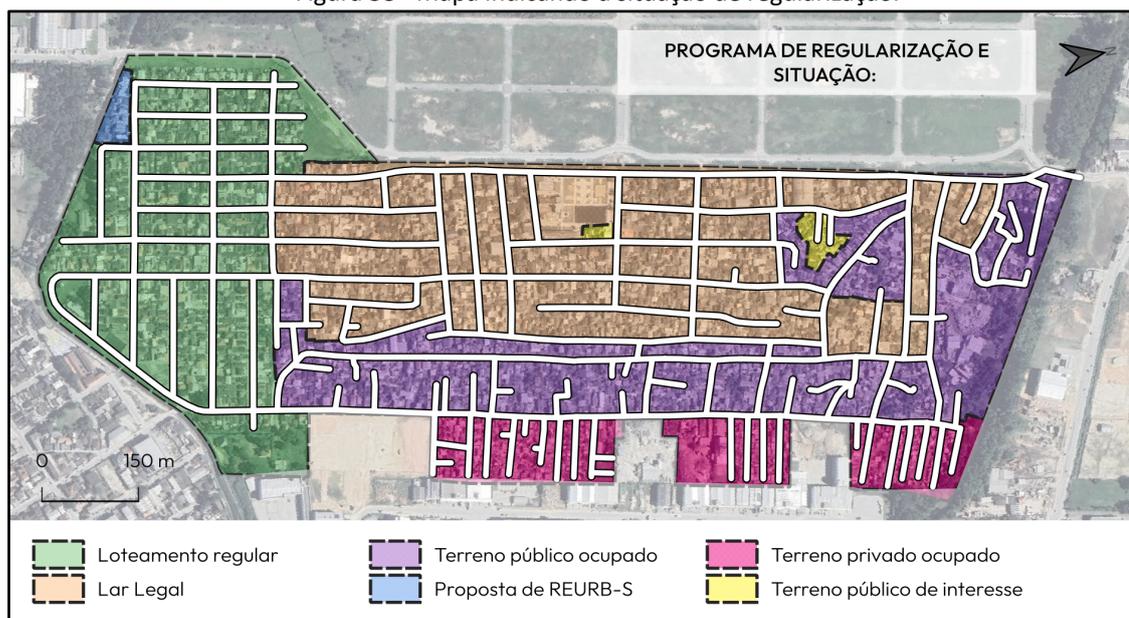
³ Em Palhoça a Lei nº 4.982/2021 estabelece o procedimento administrativo para instauração, tramitação, análise, aprovação e execução de processos de Regularização Fundiária Urbana - REURB no município. Assim, considera-se "núcleo urbano" no Município de Palhoça, para fins de REURB, em complementação ao artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, todo imóvel ou assentamento com uso e ocupação humana e com características urbanas, constituído ou que tenha sido fracionado em 02 (duas) ou mais unidades imobiliárias autônomas.

Já o Lar Legal, apenas outorga os títulos de propriedade, não legalizando eventual parcelamento irregular do solo. A finalidade primordial desse programa é tão somente a outorga de títulos de propriedade (matrícula do imóvel) para as famílias que ocupam áreas consolidadas e dependem da mencionada titulação para granjear direitos básicos de cidadania. O loteamento não deixa de ser ilegal em razão de as famílias lá residentes terem acesso aos títulos de propriedade pelo Lar Legal; a ilegalidade do loteamento prossegue, podendo depois ser o loteador responsabilizado por possíveis infrações atreladas à lei ou até mesmo o município, de forma subsidiária. Os objetivos traçados pela Lei da REURB, sendo assim, podem ser obtidos posteriormente à titulação das propriedades.

Atualmente, cerca de 600 lotes na Frei Damião foram titulados em uma primeira etapa do programa, mas a maioria dos lotes ocupados na comunidade ainda não foi regularizada. Aventa-se que uma área (em roxo na Figura 38) de propriedade pública da Prefeitura, esteja em processo de titulação também por meio do programa Lar Legal, mas ainda sem prazo de finalização do processo.

As áreas mais recentemente ocupadas representam o caso mais delicado, pois se encontram em litígio. Trata-se de terrenos privados ocupados (Figura 15: Ocupações Nova Esperança I, Nova Esperança II, Nova Esperança III e Elza Soares).

Figura 38 - Mapa indicando a situação de regularização.



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Em levantamento realizado pelo ICOM, das 1.481 famílias (4.953 pessoas) cadastradas no CadÚnico, até março de 2022, cerca de 399 (27%) pagavam aluguel, com valores médios de R\$ 476,00, mas que atingiam, em alguns casos, R\$ 1.200,00. Em pesquisa com todos os moradores que, em 2005, realizaram transações de compra, venda ou aluguel no bairro (78 moradores), notou-se que há predominância de compra/venda em detrimento do aluguel; apenas metade das transações foram realizadas mediante algum tipo de contrato. Ainda apontou que o aluguel compromete cerca de 20% da renda familiar. Daqueles proprietários que alugam seus imóveis na Frei Damião, 80% deles vivem em outras localidades (ICOM, 2023). Nota-se ainda, que a valorização do solo é diferente em muitos pontos, mesmo a comunidade sendo caracterizada como periférica, não há um padrão em relação aos valores de terrenos, residências e outras dinâmicas imobiliárias. A Figura 39 demonstra as diferenças entre as residências (nas localidades em verde, rosa e roxo, da Figura 38, respectivamente).

Figura 39 - Exemplo de residências em diferentes áreas



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

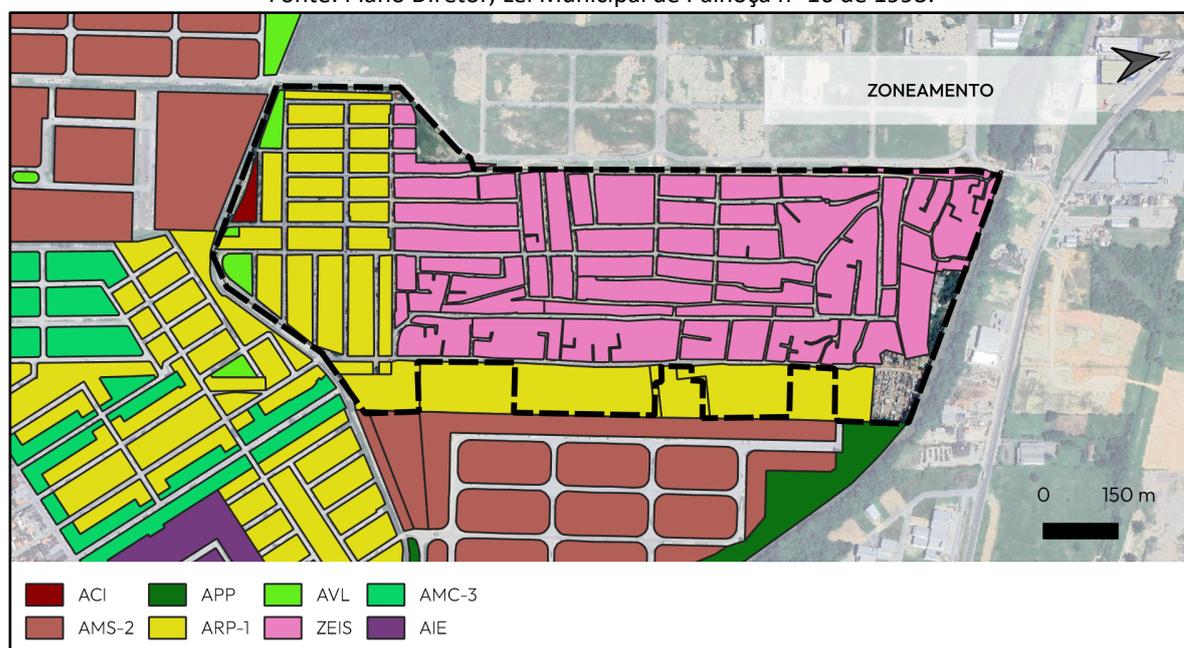
3.4.2. Zoneamento

A Lei nº 16/1993 do município de Palhoça-SC, dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do território e sofreu algumas alterações⁴. Desde o momento em que a lei foi outorgada, a cidade passou por muitas transformações, os dados entre os censos do IBGE de 2010 e 2022, demonstram que foi a cidade catarinense em que houve maior crescimento populacional.

O zoneamento de 1993 não delimitou áreas de interesse social ou similares, havendo essa preocupação somente após o Estatuto da Cidade (2001, resultando na Lei nº 3565/2011 que dispôs sobre a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Entretanto, o zoneamento ainda é fortemente baseado naquele criado na década de 90, ficando evidente sua obsolescência e a necessidade de atualização.

Figura 40 - Zoneamento da área de estudo e do entorno de Palhoça
Fonte: Plano Diretor, Lei Municipal de Palhoça nº 16 de 1993.



Analisando o zoneamento tanto da área de estudo quanto do seu entorno imediato pertencente ao município de Palhoça, há presença de oito diferentes zonas: Zona Especial de

⁴ Alterações tais como: 4846/2020, 5002/2021, 5095/2022, 5113/2022 e 5181/2022 que provocaram mudanças no Anexo A desta Lei, efetivando-se em alterações pontuais de zoneamentos em áreas específicas.

Interesse Social (ZEIS), Área Residencial Predominante - 1 (ARP-1), Área Mista de Serviço - 2 (AMS-2), Área Industrial Exclusiva (AIE), Área Mista Central - 3 (AMC-3), Área Verde de Lazer (AVL), Área Comunitária ou Institucional (ACI) e Área de Preservação Permanente (APP). Quanto à Comunidade Frei Damião, há o predomínio de ZEIS, além de ARP - 1.

Na faixa relativa à ARP-1, é evidente que o zoneamento não corresponde adequadamente à realidade urbana consolidada na localidade, pois na porção oeste da área (Figura 15), caracterizada por ser uma extensão mais recente da comunidade onde existem ocupações informais com grande precariedade de infraestrutura, como também há uma extensão das instalações industriais localizadas fora do limite, a oeste, que não estão de acordo com o zoneamento específico para tal uso e ocupação.

É destacado que as condições da área de estudo são menos precárias ao sul, o que corresponde diretamente às zonas que não são ZEIS. As Áreas Verdes de Lazer - AVLS, tanto no entorno como no território, são escassas e utilizadas de maneira inadequada. A primeira AVL, localizada na extremidade sudoeste da Frei Damião, foi inteiramente ocupada por moradias. Na segunda, uma escola ocupa aproximadamente metade da área, enquanto o restante permanece como terreno não utilizado (Figura 46). A Área Comunitária Institucional (ACI) abriga uma escola, que ocupa cerca de um terço da área, deixando o restante ocioso.

Há dois locais na Comunidade que não apresentam zoneamento, o primeiro ponto, ao norte, na margem do Rio Imaruí, na divisa com São José, está ocupado em grande parte. O segundo, com área triangular, é localizado a sudoeste, próximo ao Aeroclube, e também faz divisa com São José.

Ao analisar o zoneamento da área adjacente à Comunidade, identifica-se uma significativa presença de zonas que permitem ocupação industrial (AIE) e áreas destinadas a usos comerciais e residenciais (AMS-2 e AMC-3). As áreas mistas são caracterizadas pela coexistência de residências e atividades complementares às funções urbanas, promovendo a integração comunitária e o desenvolvimento produtivo. Essas áreas mistas abrigam comércio e serviços, lazer, recreação e serviços públicos, organizando-se de acordo com os usos permitidos. Em contraste, as áreas industriais exclusivas são destinadas a atividades do setor

secundário, abrangendo setores como a construção civil, indústrias têxteis, de componentes eletrônicos, eletrodomésticos, automóveis, metalurgia, siderurgia, entre outros.

Ainda no entorno, ao sul do território, entre os bairros Brejaru e Jardim Eldorado, há ARP-1 e AMC-3. Quanto às AVIs no entorno, seus usos previstos também não se concretizam por apresentar ocupação indevida de construções ou subutilização das áreas. As áreas zoneadas como APP ficam às margens do Rio Imaruí e do Córrego dos Peixes. Entretanto, não estão localizadas em toda a extensão do rio, havendo muitas áreas de ARP-1 nesses locais ou até mesmo a ausência de zoneamento, como na localidade da Ocupação Elza Soares.

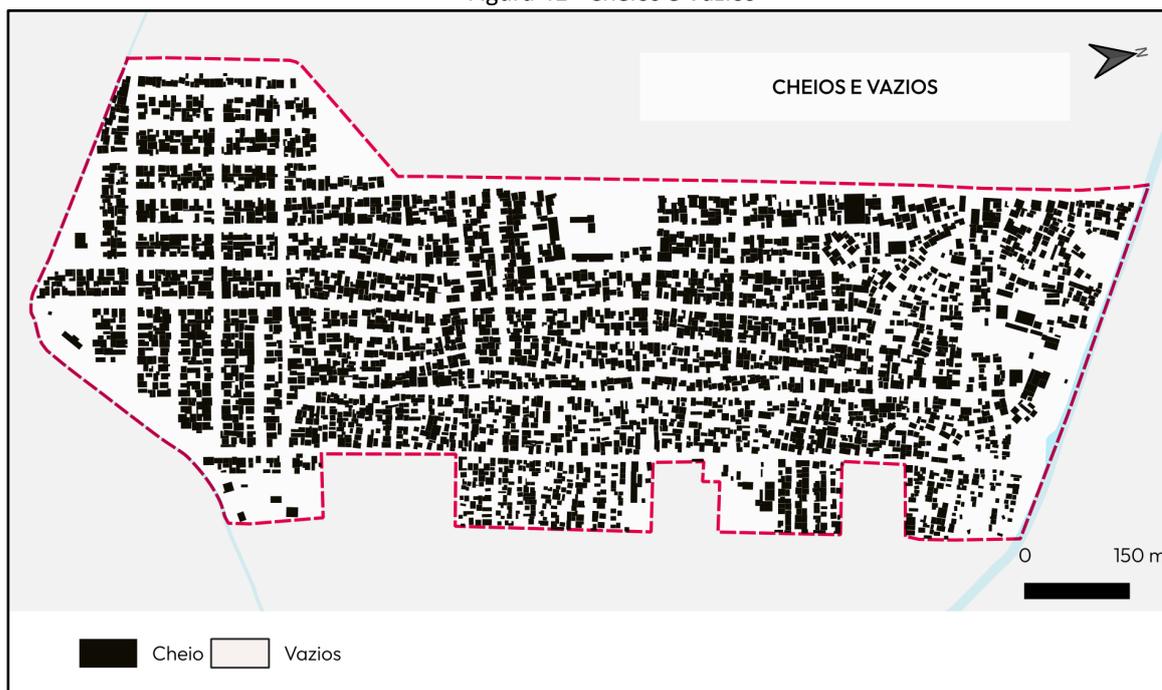
Evidencia-se, portanto, a carência de Áreas Verdes de Lazer que cumpram efetivamente suas funções. Ademais, a configuração das Áreas de Preservação Permanente (APP) não acompanha integralmente o *buffer* do rio ao longo de sua extensão, como preconiza a legislação ambiental, o que resulta na insuficiência de áreas vegetadas e permeáveis no contexto urbano. A ocupação nas proximidades do rio expõe a população local a riscos de inundações sazonais, além de potencializar problemáticas relacionadas ao meio ambiente como o aterramento das margens do rio com lixo e resíduos da construção civil.

Além disso, a faixa de ARP-1 que separa a Comunidade Frei Damião, a leste, das instalações industriais, não reflete a realidade urbana da área e parece evidenciar um conflito de usos entre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e as Áreas de Mista de Serviço - 2 (AMS-2). No âmbito das ZEIS, observa-se a expansão irregular da Comunidade, enquanto nas AMS-2, houve a ampliação das instalações industriais.

3.4.3. Cheios e vazios

A partir da relação entre cheios e vazios (Figura 41), é possível observar a proporção entre os espaços ocupados e não ocupados pelas edificações. Segundo Leitões (2016), o predomínio de áreas construídas configura os espaços públicos como elementos de destaque na paisagem urbana. Quando prevalecem os vazios, as edificações destacam-se como volumes autônomos.

Figura 41 - Cheios e Vazios



Fonte: Os autores, 2024.

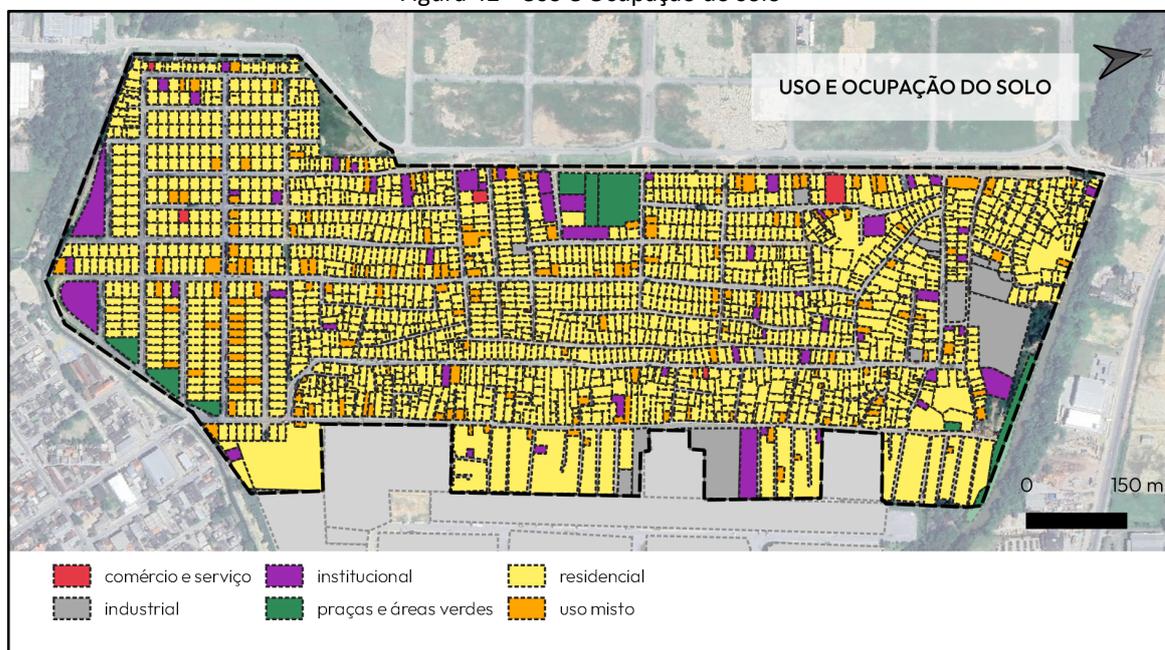
A concentração de áreas edificadas reforça a coesão estrutural do tecido urbano, intensificando os fluxos de circulação e o uso dos espaços públicos. Em contrapartida, a predominância de vazios amplia as distâncias entre os elementos urbanos, fragmenta as interações sociais e dispersa os fluxos de circulação. Na comunidade Frei Damião, é perceptível a disposição de áreas mais adensadas, caracterizando o predomínio de cheios no território. Os vazios são concentrados principalmente no entorno da comunidade, relacionados aos espaços verdes ou de lazer como as margens do Rio Imaruí, a praça e outros terrenos ociosos.

3.4.4. Uso e ocupação do solo

O Mapa da Figura 42 foi construído com base nos dados do IBGE 2022, atualizado conforme os levantamentos técnicos no local realizados pela Frente de Urbanização. Na Comunidade Frei Damião, é evidente as diferentes funções e ocupações no território. É perceptível que a maior parte da área está destinada ao uso residencial (em amarelo), com áreas menores de comércio e serviços (em vermelho), além de institucional (em roxo) com grande quantidade de instituições religiosas, que são em maioria da religião evangélica, e uso misto (área

combinada para residências e serviços, em laranja). Nota-se ainda a escassez de praças e áreas verdes (em verde).

Figura 42 - Uso e Ocupação do solo



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

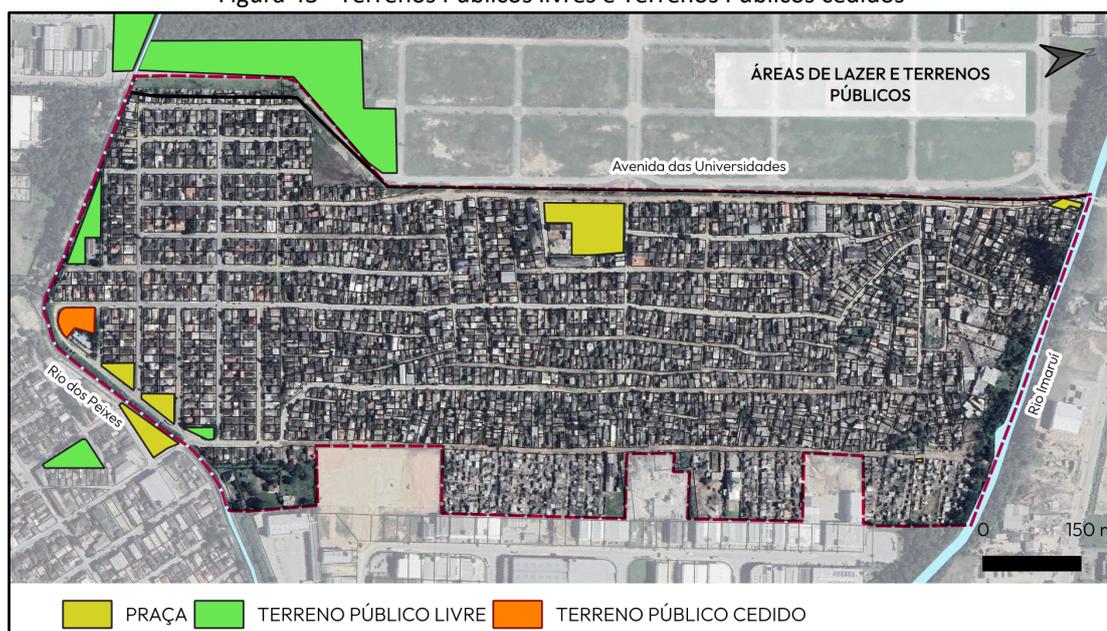
No desenvolvimento urbano, o uso do solo define como os espaços são organizados, influenciando a circulação, acessibilidade e qualidade de vida. Neste caso, o predomínio do uso residencial, implica na necessidade de articulação e desenvolvimento de mais espaços destinados a comércio e serviço, ou de uso misto, potencializando as vivências e o comércio local, além de praças e áreas verdes, visto que são nestes espaços onde a comunidade pode se reunir e manifestar a própria urbanidade local.

A área industrial situa-se principalmente na porção norte do território, com atividades relativas a empresas de reciclagem de maior e menor escala. O uso institucional refere-se à destinação de áreas para atividades que atendem a necessidades coletivas, geralmente vinculadas a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Essas áreas abrigam serviços essenciais voltados à educação, saúde, segurança, e administração pública. Percebe-se que na Comunidade, esse uso está mais localizado nas bordas do território, dificultando muitas vezes o acesso aos serviços prestados, além de evidenciar a carência de instituições na parte mais central.

3.4.5. Terrenos públicos

A área de estudo é carente de terrenos públicos, havendo alguns deles disponíveis e sem uso na parte sul (loteamento regular). Os terrenos públicos do entorno também estão situados junto à parte oeste da área de estudo, sendo o maior deles no município de São José (Figura 43).

Figura 43 - Terrenos Públicos livres e Terrenos Públicos cedidos



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

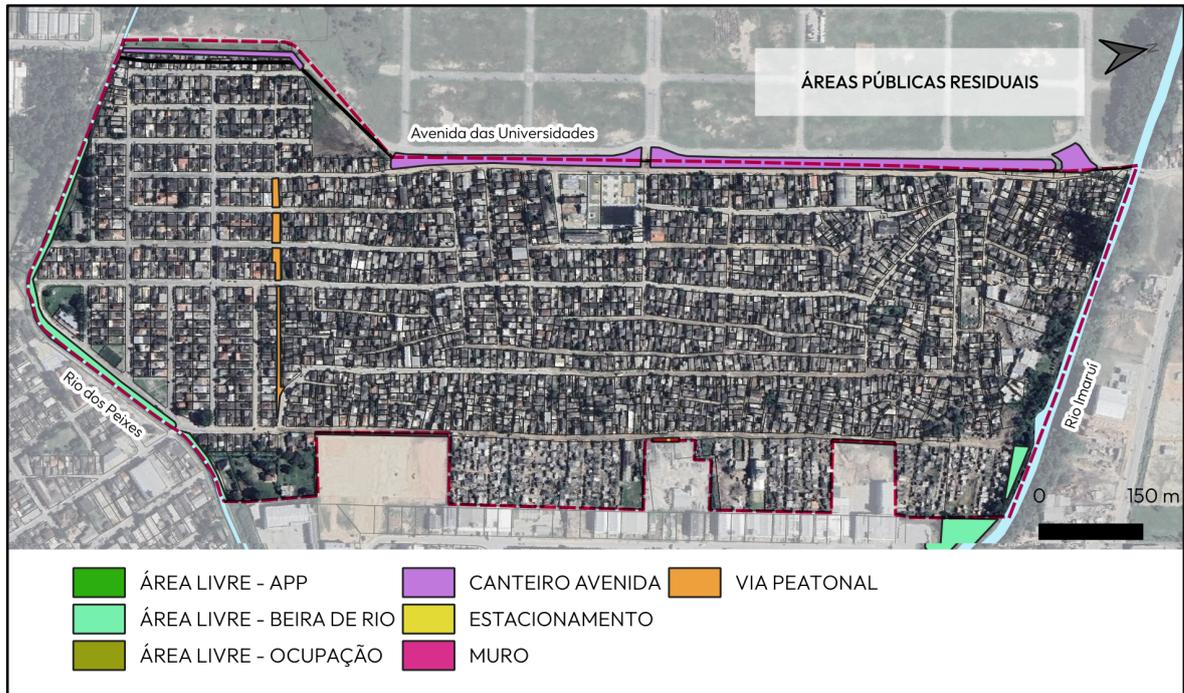
A falta de espaços públicos de lazer geralmente ocorre quando há um crescimento urbano irregular. Na ausência de uma regulação pública, a prioridade das ocupações está centrada na construção de moradias, em detrimento de áreas verdes e áreas de lazer.

A área de estudo carece de espaços públicos de lazer e, nesse caso, as crianças e adultos utilizam a rua como espaço de lazer. Na comunidade Frei Damião, há apenas três locais: a Praça Frei Damião (a oeste), a Praça Cidades Invisíveis (no limite noroeste da área de estudo) e uma pequena área de lazer infantil na ocupação Elza Soares. Por outro lado, na parte sul, existem três praças próximas ao rio.

Considerando que há uma limitação de terrenos públicos livres e que as ruas já são utilizadas pela população local como local de lazer, foram mapeadas aquelas que possuem potencialidade como áreas públicas (Figura 44), ou seja, vias de interesse para futuras

propostas de intervenção urbana. Como exemplo, uma extensa área de canteiro central na Avenida das Universidades (Figura 45), um trecho de via peatonal na Rua Santo Antônio (via peatonal existente) e porções muradas da rua Pascoal Mazzilli, onde se localizam indústrias. Além das vias, outros locais de grande potencial para áreas de lazer são as bordas dos rios, tanto na parte sul, quanto na parte norte.

Figura 44 - Vias que apresentam Áreas Públicas Potenciais



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 45 - Av. das Universidades, Canteiro entre a Rua Afonso Pena e a Rua José Fernando Weise.



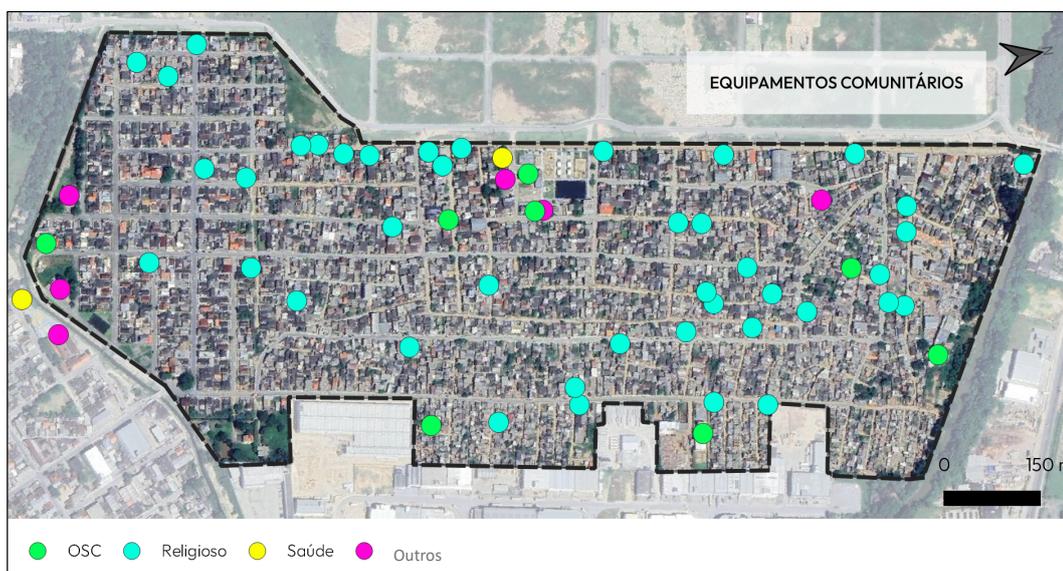
Fonte: Google Maps, 2024.

3.4.6. Equipamentos comunitários

Os equipamentos comunitários são instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. Tratam-se de elementos fundamentais para o desenvolvimento urbano e comunitário, pois se caracterizam por espaços, instalações ou serviços que atendem às necessidades coletivas de uma comunidade, promovendo o bem-estar em diversos âmbitos e melhores condições de qualidade de vida para a população. Segundo Schäfer e Oliveira (2012, p.13), a conceituação de equipamento comunitário estaria diretamente vinculada a “instalações de uso da comunidade”. Portanto, a localização e mapeamento desses equipamentos em um território permite a análise de disposição de serviços variados e a dificuldade ou facilidade de acesso a eles.

Na área estudada, nota-se uma maior ocorrência de equipamentos comunitários de caráter religioso, principalmente de Igrejas Evangélicas. Tal fator pode ter relação com a necessidade de serviços assistenciais, visto que a Comunidade é uma das mais vulneráveis do Estado. Também é perceptível a escassez de equipamentos institucionais na área, o que tem acarretado problemas referentes à falta de vagas nas creches e escolas para crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade de atividades contra turno. Diante dessa demanda, algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) têm realizado trabalhos na Comunidade. Um exemplo é a Associação Laura dos Santos (ALS) e o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral (CADI), que são vistos como importantes para amenizar as dificuldades enfrentadas pelas famílias quanto à formação socioeducativa das crianças.

Figura 46 - Equipamentos comunitários



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

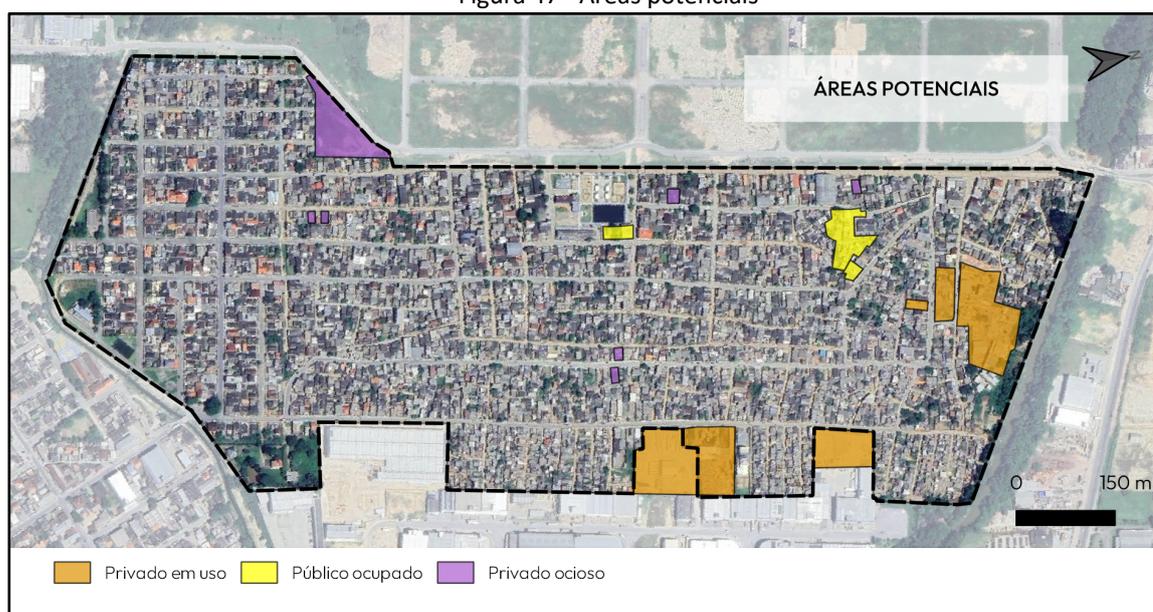
Há também grandes problemas relacionados à prestação de serviços de saúde, visto que na área só existe uma Unidade Básica Saúde - UBS. Há, no entanto, outros equipamentos de saúde no entorno da comunidade, porém se encontram pouco acessíveis aos moradores da Frei Damião devido à distância considerável, esse fator se agrava em decorrência da ausência de transporte público na área.

3.4.7. Áreas potenciais para projetos

As áreas identificadas como potenciais para projetos urbanos ou habitacionais são áreas livres, sem construções, que poderiam ser consideradas para propostas de melhoria para a comunidade, como a inserção de espaços destinados aos serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, entre outros.

O levantamento foi realizado sem considerar a propriedade do terreno, portanto, foram levantados lotes em áreas privadas, como as propriedades industriais.

Figura 47 - Áreas potenciais



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

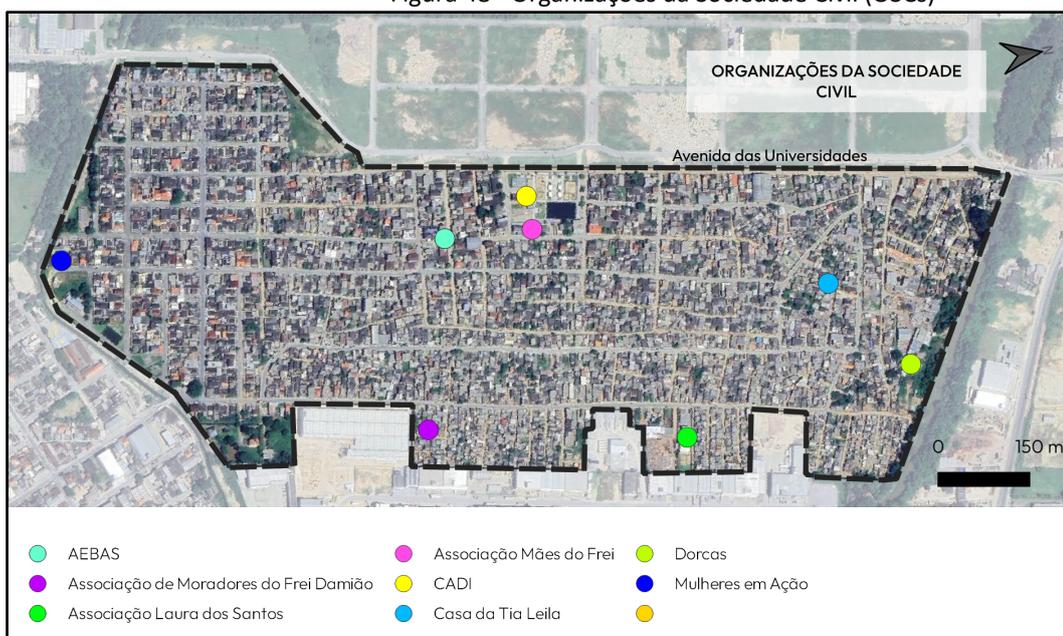
O lote grande na porção norte do mapa, próximo ao Rio Imaruim, já possui uma construção, caracterizada como empresa de reciclagem, havendo inclusive produção industrial com o material reciclado pela população local. Este terreno foi considerado como área potencial pois há um grande contraste entre a vizinhança e a empresa, tanto pela escala quanto pelo uso. A atividade não se enquadra no uso permitido pelo zoneamento (Figura 47). Dessa forma, questiona-se a existência de tal empresa nesta localidade. Além disso, entre os motivos já elencados, encontra-se também o grande impacto ambiental, tais como o despejo de resíduos tanto no leito quanto nas margens do Rio Imaruí.

3.4.8. Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Essas organizações desempenham um papel importante atuando diretamente nas áreas de educação, saúde e proteção social (Brasil, 2024), ocupando lacunas na ausência do Estado. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) mobilizam recursos, saberes e voluntariado para causas sociais, atuando na construção territorial e permitem a compreensão das necessidades locais, facilitando intervenções mais eficazes para resolver questões sociais. Por meio dessas organizações e seus representantes, é possível acessar conhecimentos sobre aspectos comunitários e informações específicas que emergem das vivências locais, como reuniões, debates, práticas e serviços prestados diretamente aos moradores.

Na Comunidade Frei Damião foram identificadas nove Organizações da Sociedade Civil (OSCs) voltadas à prestação de serviços assistenciais. Essas entidades atendem diferentes públicos, incluindo crianças e adolescentes, com destaque para o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI, a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), a Casa da Tia Leila, Projeto DORCAS e Associação Laura dos Santos - ALS, que promovem atividades lúdicas, esportivas e recreativas no contraturno escolar. Além disso, outras organizações, como Mulheres em Ação, a Associação de Moradores Frei Damião e a Associação Mães do Frei, abrangem a participação de homens e mulheres, fortalecendo o acolhimento comunitário e estimulando o desenvolvimento coletivo na tomada de decisões relacionadas ao território.

Figura 48 - Organizações da Sociedade Civil (OSCs)



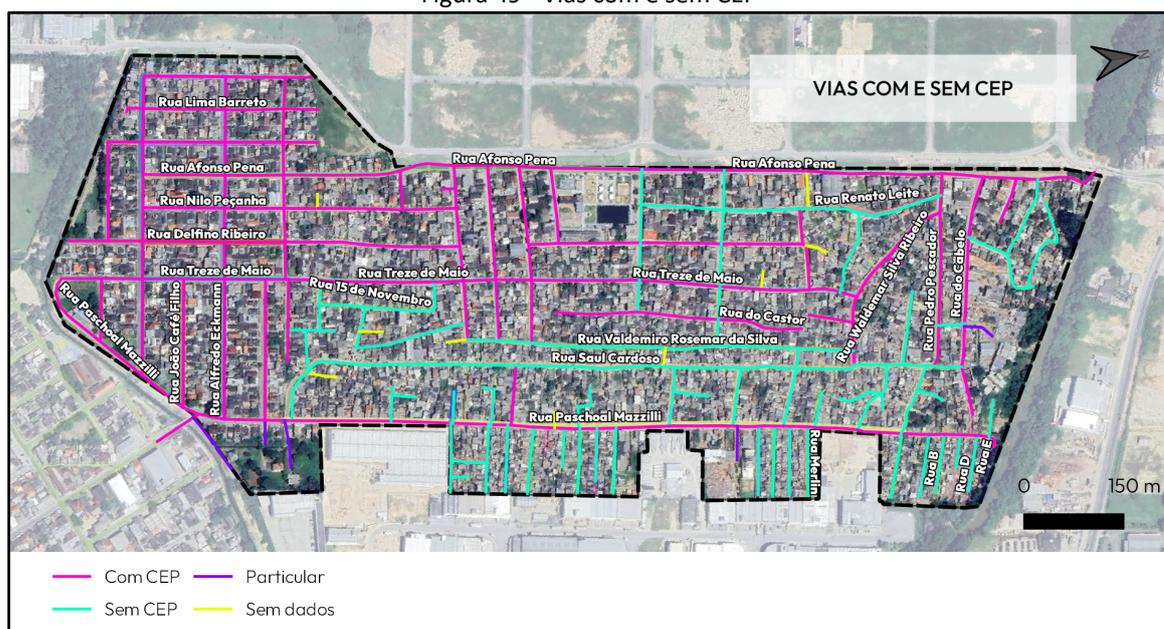
Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

A articulação entre o Posto Territorial e as OSCs é extremamente proveitosa, pois estas têm aproximado os envolvidos na Residência com as necessidades da comunidade, além de oferecer dados, informações e possíveis soluções que, muitas vezes, o poder público não consegue abordar de forma abrangente ou imediata.

3.4.9. Código de Endereçamento Postal - CEP

O código de endereçamento postal - CEP consiste no sistema utilizado no Brasil que torna eficiente o processo de localização e entrega de correspondências. Muitas das vias da Frei Damião não possuem CEP cadastrados (Figura 49), uma vez que se trata de um território oriundo de ocupação informal.

Figura 49 - Vias com e sem CEP



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

A ausência do endereçamento gera transtornos na vida dos moradores, tornando-se assim uma reivindicação importante da comunidade manifestada no Encontro Comunitário. Por esse motivo, foi elaborado pela UFSC um projeto de endereçamento, apresentado no item 4.1 deste Relatório.

3.4.10. Infraestrutura urbana

Lefebvre (2006) destaca a importância da infraestrutura urbana na configuração do espaço e nas dinâmicas sociais, enfatizando que as decisões sobre infraestrutura afetam diretamente a qualidade de vida, assim como as relações sociais. Esta parte da Leitura Técnica foi desenvolvida por meio de levantamentos *in loco* realizados na Comunidade, os quais possibilitaram a atualização de mapas concedidos pelo líder comunitário, Vladimir Ribeiro (Anexo A), cujas informações foram de suma importância, pois permitiram à equipe técnica

uma visão mais abrangente acerca dos levantamentos existentes e como estes refletem a realidade da comunidade.

a) Rede de água

O acesso a água é um dos maiores e mais urgentes problemas na comunidade Frei Damião. A maioria das vias tem acesso à rede de água, mas mesmo com acesso há falhas no abastecimento, sendo frequentes os períodos em que falta água. Além disso, há muitos casos de ligações clandestinas de forma precária.

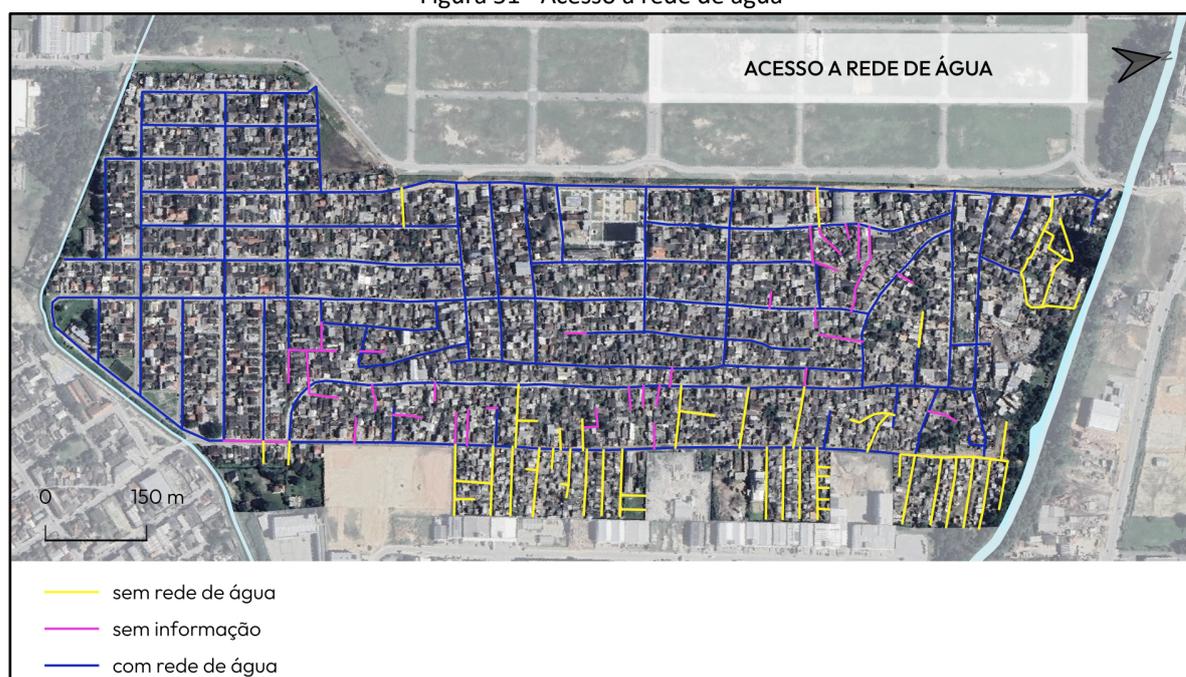
Figura 50 - Exemplo de ligação de água clandestina



Fonte: Rofeal, 2012.

Percebe-se que as ocupações mais recentes, aquelas a leste no mapa, são as áreas mais carentes em infraestrutura, inclusive quanto ao acesso à rede de água. Por esse e outros motivos os moradores destas áreas estão mais propensos a uma série de problemas de saúde como uma maior incidência de doenças relacionadas à exposição a condições sanitárias inadequadas.

Figura 51 - Acesso à rede de água



Fonte: Associação dos Moradores da Frei Damião, adaptado pelos autores, 2024.

b) Rede de esgoto

Não há rede de esgoto na comunidade Frei Damião. As soluções utilizadas são fossa e sumidouro; ligação direta na rede pluvial nas vias pavimentadas onde há tubulação; e despejo a céu aberto nos pátios das residências ou nas ruas. Em alguns pontos da beira do Rio Imaruí é possível visualizar o esgoto doméstico sendo despejado diretamente no corpo d'água a partir da tubulação de drenagem.

Figura 52 - Despejo de esgoto a céu aberto



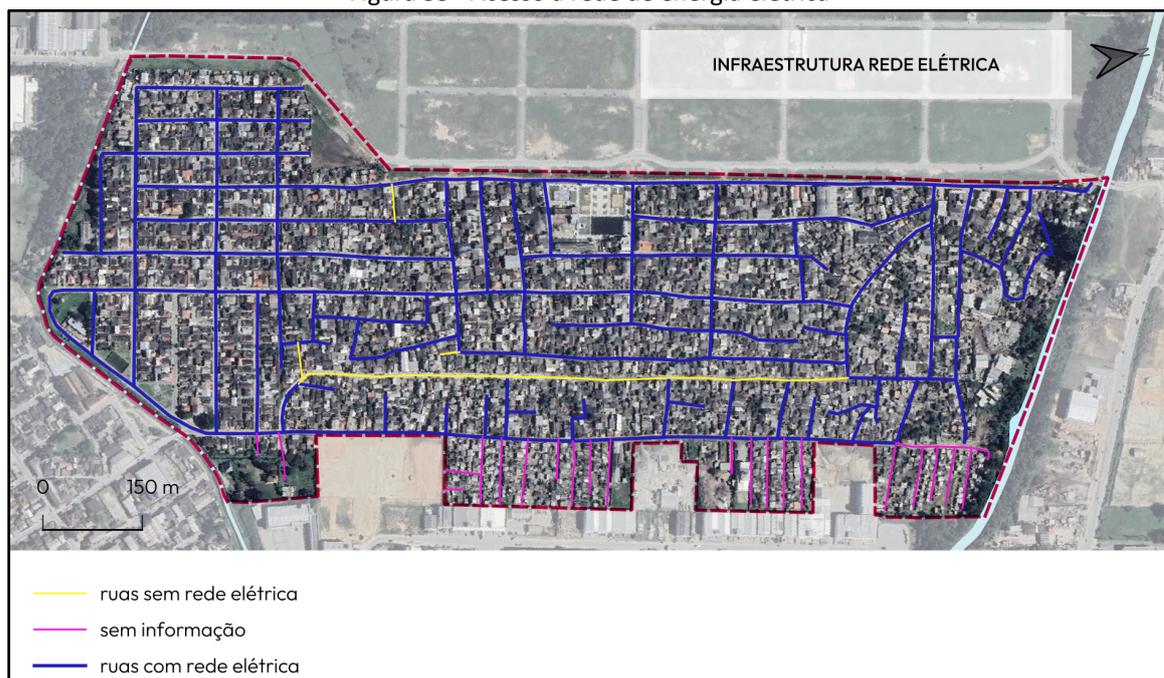
Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

A falta de uma rede coletora é mais crítica nas ocupações mais recentes, onde o esgoto é comumente despejado a céu aberto, estando a população exposta ao risco de doenças.

c) Rede de energia elétrica

A maioria dos lotes apresenta acesso à rede de energia elétrica, porém ainda existem áreas onde há o predomínio de ligações irregulares, principalmente nas ocupações existentes no território.

Figura 53 - Acesso à rede de energia elétrica



Fonte: Associação dos Moradores da Frei Damião, adaptado pelos autores, 2024.

É perceptível que as áreas sem informação (localizadas nas ocupações, a leste) também possuem acesso à rede de energia, mas de forma irregular, popularmente conhecido como “gatos” (Figura 54).

Figura 54 - Ligação clandestina de energia elétrica



Fonte: Acervo Residência em ATHIS UFSC, 2024.

As ligações clandestinas de energia são extremamente perigosas por diversos motivos, tanto para a segurança pública quanto para a infraestrutura elétrica, pois podem ocasionar além de acidentes elétrico como curtos-circuitos, choques elétricos e incêndios, também contribuem para que a rede de energia sofra sobrecarga, perda de eficiência e aumento nos custos das redes regulares.

d) Iluminação Pública

A instalação de iluminação pública é recente e atende a maioria das vias, com exceção às ocupações mais recentes (Figura 55).

Observa-se que não há um planejamento na instalação, a Rua Saul Cardoso, por exemplo, ainda não foi contemplada e trata-se de uma via relativamente longa. Da mesma forma, há pequenas servidões que já contam com postes de iluminação. Além disso, em algumas vias recentemente pavimentadas, há casos em que os postes se encontram no meio da rua.

Figura 55 - Acesso a iluminação pública - postes de luz



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 56 - Postes de rede elétrica



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Mesmo em vias com postes de iluminação pública regular, estes apresentam diversos pontos de ligações clandestinas, acarretando na poluição da paisagem e sobrecarga da rede elétrica.

e) Resíduos sólidos

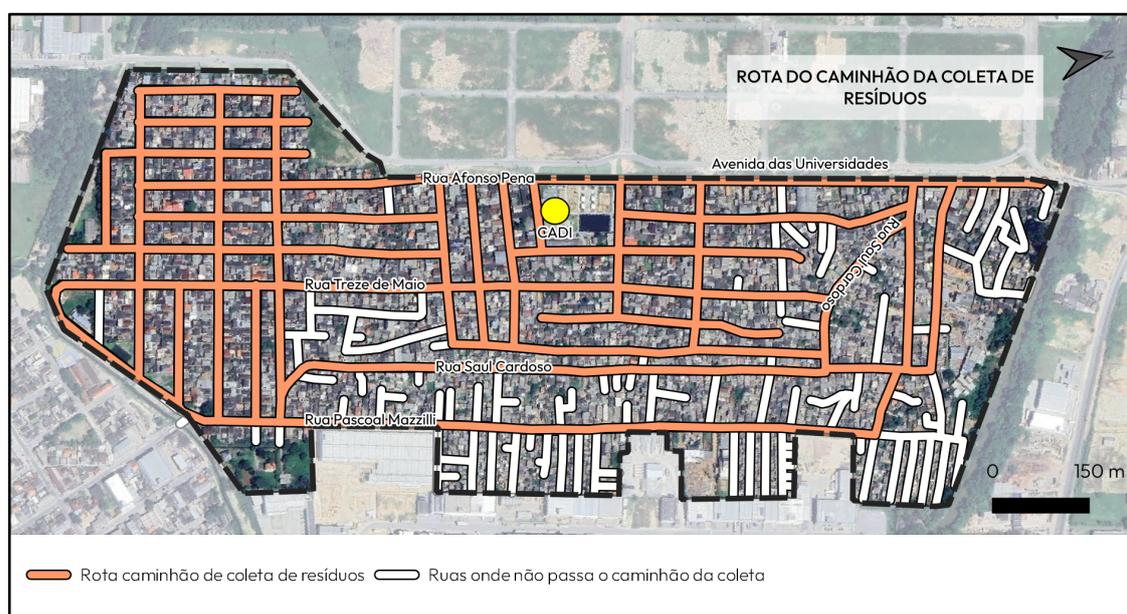
A rota do caminhão de coleta de resíduos apresentada na Figura 57 foi fornecida pelo líder comunitário da Frei Damião. Apesar de atender às vias principais, a coleta não adentra em vielas e ruas sem saída. Diversos pontos nas vias principais como a Rua Pascoal Mazzilli, Rua Saul Cardoso, Rua Afonso Pena, Rua Valdemar da Silva Ribeiro, entre outras, tornaram-se pontos de descarte, onde as pessoas depositam os resíduos para serem recolhidos. Porém, como a coleta é realizada apenas nas segundas, quartas e sextas, às 7 horas da manhã, o lixo se acumula, podendo ser disperso por animais⁵.

⁵ A empresa terceirizada responsável pela coleta de resíduos é a Veolia, responsável pelo serviço após problemas envolvendo as outras que atuavam no município anteriormente.

Para mitigar os problemas relacionados à coleta de resíduos é necessário que sejam disponibilizados, além de mais horários de coleta, mais caminhões, principalmente para coletar os resíduos descartados pelas empresas de reciclagem.

É perceptível que as áreas que mais sofrem pela falta de coleta de resíduos são as ocupações Nova Esperança I, Nova Esperança II, Nova Esperança III e Elza Soares (Figura 57), onde os moradores precisam depositar seus resíduos em pontos na Rua Pascoal Mazzilli.

Figura 57 - Rota da coleta de resíduos sólidos



Fonte: Associação dos Moradores da Frei Damião, adaptado pelos autores, 2024.

A área do entorno do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral (CADI) possui diversos pontos de descarte e acúmulo de resíduos devido a relação com as empresas de reciclagem ali localizadas e também por ser um local com frequência de uso, próximo a vias principais como a Rua Afonso Pena e Rua Treze de Maio (Figura 58).

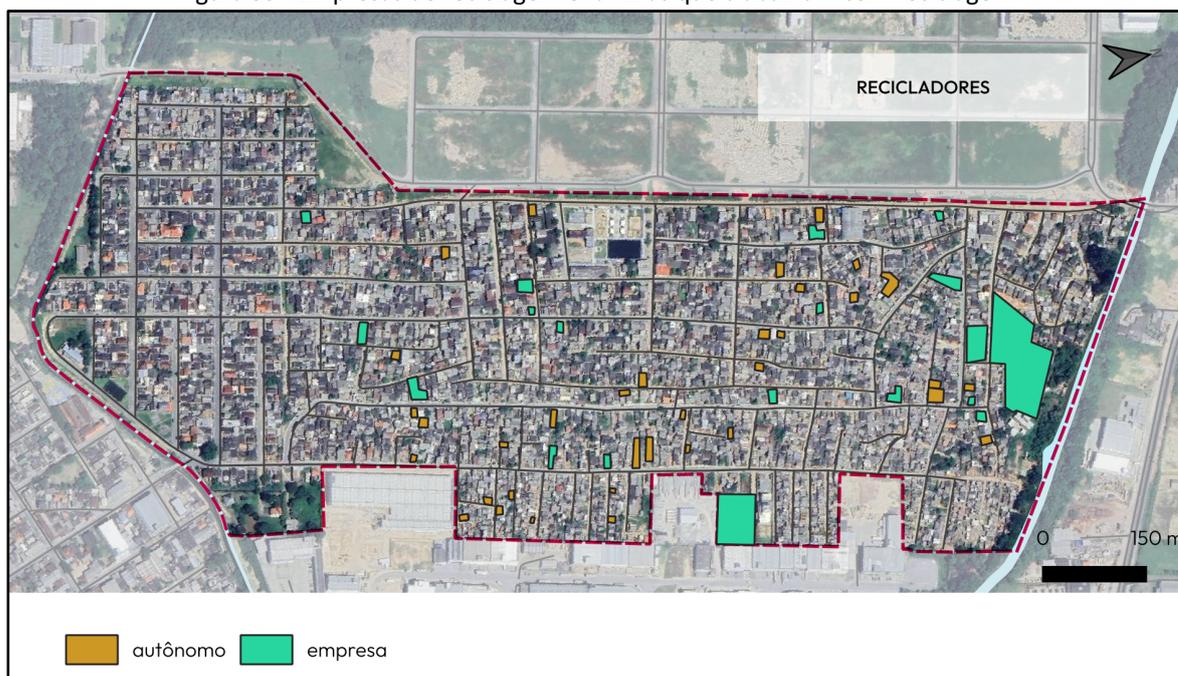
Figura 58 - Pontos de descarte de lixo



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

O território é marcado por muitas empresas de reciclagem, vinculadas também a famílias que trabalham recolhendo materiais que é posteriormente destinando a essas empresas (Figura 59). Tais empresas fomentam a economia local, algumas delas exportando sua produção para outros municípios e países. Apesar de proporcionar trabalho e renda, existe também um grande impacto paisagístico e ambiental, principalmente relacionado a Empresa CR Polímeros, que é a maior da área e se localiza na borda do Rio Imaruí. Os resíduos descartados pelas empresas não são integralmente recolhidos, devido a falta de rotatividade dos caminhões coletores, o que implica em pontos de acúmulo de lixo, gerando problemas para saúde da população.

Figura 59 - Empresas de reciclagem e famílias que trabalham com reciclagem



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Observa-se, na Figura 59, que foram localizadas 18 empresas de reciclagem, distribuídas em vários pontos do território, mas com maior concentração na parte norte. Foram identificadas 36 famílias que trabalham com reciclagem de maneira autônoma, esses trabalhadores acabam ocupando muitas vezes grandes parcelas de seus terrenos e residências com os resíduos, que posteriormente são separados e levados para as empresas. Algumas dessas famílias possuem cavalos e pequenas carroças para realizar o transporte dos resíduos.

3.4.11. Sistema viário

O sistema viário local torna visível a desconexão que a comunidade possui em relação ao restante da cidade. A área está cercada por dois cursos d'água, pelos muros do setor industrial e pela Avenida das Universidades, que interferem em sua integração com o tecido urbano do entorno.

Para iniciar a análise do sistema viário, considerando esse relativo isolamento, deve-se levar em conta os vizinhos da comunidade. Ao norte, a área de estudo faz divisa com o município de São José, sendo o Rio Imaruí o elemento que delimita essa fronteira. A SC-281, via de trânsito rápido de importância para a região, passa ao norte do rio. A interligação entre a rodovia e a comunidade se dá por uma ponte, na Rua Afonso Pena.

Voltando-se para oeste, persiste a divisa dos municípios Palhoça e São José. Atualmente, a Avenida das Universidades está em processo de duplicação, com a junção da Rua Afonso Pena e a via paralela em território do município de São José, separadas por um grande canteiro central que delimita a área destinada ao loteamento Aero Park, de alto padrão de renda, pertencente ao Grupo Pedra Branca. Há entre a comunidade e o loteamento um trecho de vias com cerca de 20 metros de largura, com dificultando a integração e mantendo a segregação socioespacial.

A fronteira ao sul da Frei Damião se dá no trecho adjacente do loteamento Brejaru e o canal denominado Córrego dos Peixes. Há apenas uma única ponte para veículos que cruza o canal, com calçadas estreitas. Há ainda uma ponte peatonal, a aproximadamente a 100 metros da passagem viária. Ambas ligações estão na Rua Pascoal Mazzilli.

Por fim, a leste está localizada a área industrial, com grandes extensões muradas que não permitem nem mesmo a permeabilidade visual da Frei Damião.

a) Caracterização Viária

A análise das vias da área de estudo evidencia uma grande diferença entre a parte sul (loteamento regular Brejaru) e a parte norte (assentamento informal Frei Damião), ambas pertencentes ao bairro Brejaru.

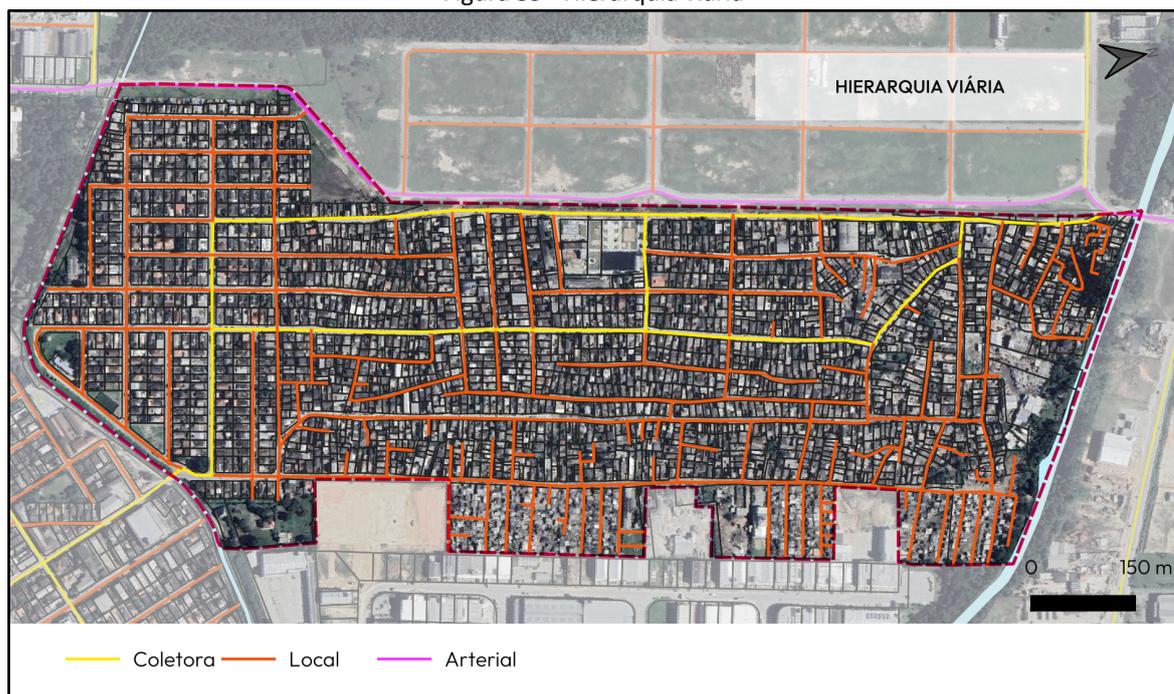
A parte sul do bairro apresenta uma malha viária regular, com infraestrutura menos precarizada, apresentando vias com pavimentação e drenagem e presença de transporte público.

Na Frei Damião, as partes centro e norte, têm algumas vias mais regulares. As vias de maior importância seguem o eixo longitudinal norte-sul como continuação das vias do loteamento regular. Com relação às vias transversais, não há continuação viária, dificultando a conexão entre nas partes leste e oeste do assentamento informal.

b) Hierarquia viária

No interior da área de estudo há vias coletoras e locais. Delimitando a Frei Damião, a oeste, há uma via arterial que está em processo de reurbanização (Avenida das Universidades), com duplicação e modificação dos acessos (Figura 60). Ao norte há uma rodovia estadual, a SC-281, que está situada no município de São José, mas se configura como um dos principais acessos ao território.

Figura 59 - Hierarquia viária

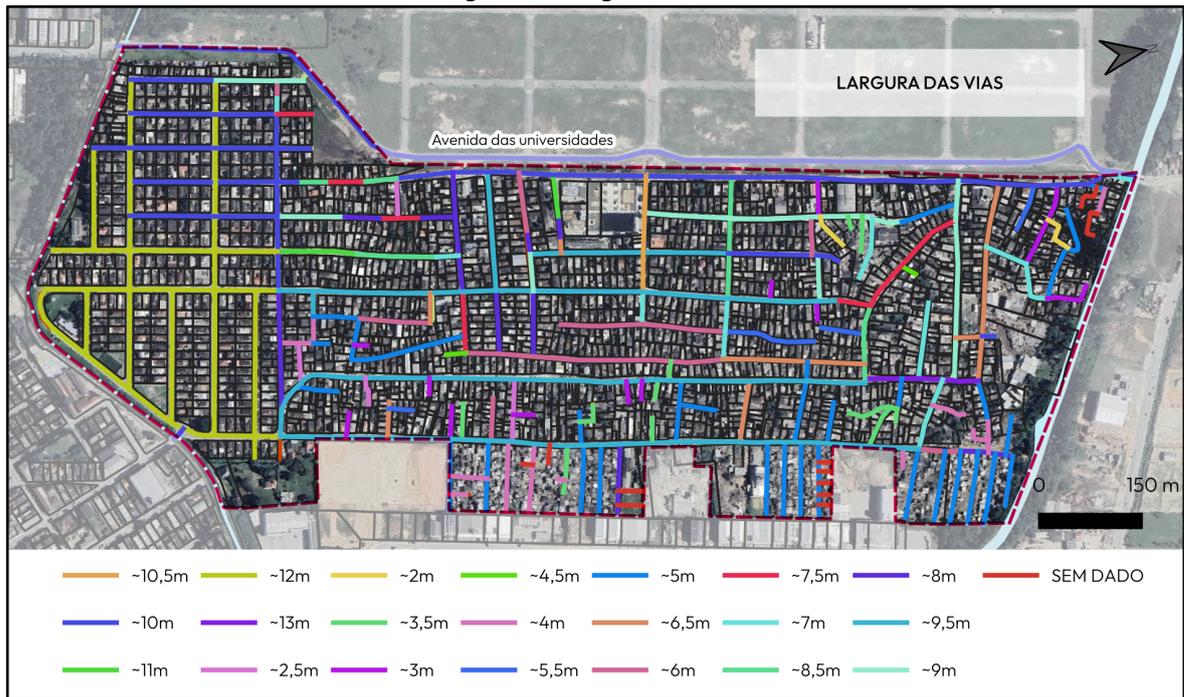


Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

c) Dimensionamento das vias e passeios

Como característico de loteamentos informais, as vias da Frei Damião não seguem um padrão de largura, havendo diferentes dimensões entre vias e inclusive variação ao longo de uma mesma via. Na maior parte dos casos, as vias longitudinais que seguiram o loteamento regular apresentaram uma largura maior. Já as vias transversais são em geral mais estreitas, havendo por exemplo, casos de vielas com apenas 2,5 metros de largura (Figura 60).

Figura 60 - Largura das vias



Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

A Figura 61 ilustra que, além da variação na largura das vias, há diferenças na forma e no tipo de material utilizado para a pavimentação, bem como a ausência desta em determinadas áreas. Observa-se que nas ocupações, a carência de infraestrutura urbana é mais significativa.

Figura 61 - Exemplo de vias na Comunidade



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

d) Pavimentação de vias

Grande parte das vias não possuem pavimentação e drenagem. A análise do Mapa de Pavimentação (Figura 63) confirma a diferença de infraestrutura existente entre a parte sul (loteamento regular) e o restante da área. A parte sul apresenta uma predominância de vias pavimentadas, não sendo a totalidade, pois há um trecho de aproximadamente 70 metros no final da Rua Pascoal Mazzilli que ainda não foi pavimentado.

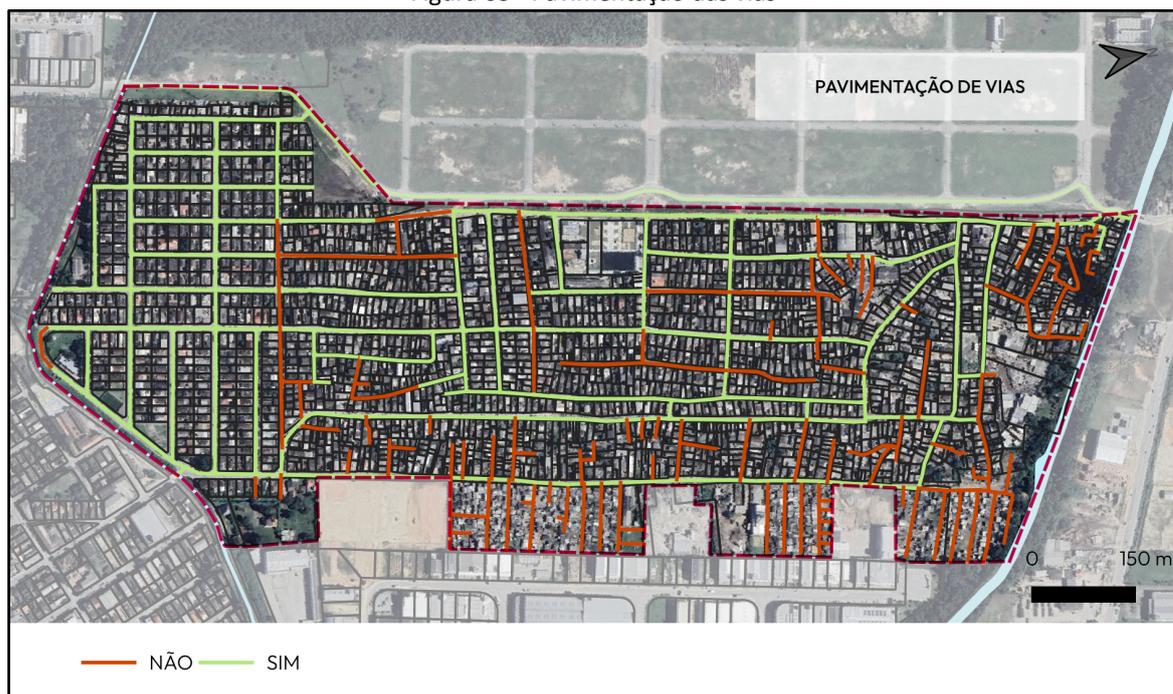
Figura 62 - Exemplo de vias nas Ocupações Elza Soares e Nova Esperança II



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Nas vias sem pavimentação é comum a presença de acúmulo de água e também de esgoto, e os moradores tentam amenizar a situação com a colocação de entulho de obra nas partes mais baixas. A situação é mais crítica nas ocupações mais recentes, onde são mais visíveis os casos de poças de água, pois além das chuvas, as ligações clandestinas na rede de água são frequentemente rompidas e ocasionam vazamentos. A presença de esgoto a céu aberto também é mais comum nessas localidades, causando doenças.

Figura 63 - Pavimentação das vias



Fonte: Google Earth modificado, pelos autores, 2024.

Atualmente, está em curso a pavimentação e drenagem de algumas vias. Os recursos para as obras são oriundos de: Governo do Estado de Santa Catarina, com repasses do Plano 1000; Prefeitura, com recursos próprios, de financiamento obtido no Banco de Desenvolvimento FONPLATA e de contrapartida do Grupo Pedra Branca⁶.

Apesar do financiamento ser oriundo de fontes distintas, a pavimentação dessas vias está sendo realizada seguindo uma mesma lógica projetual, com calçamento do leito carroçável em lajota, drenagem subterrânea, passeio em concreto e sinalização viária. Infelizmente, não foi contemplada no projeto a previsão de rede coletora de esgoto e de nova rede de abastecimento de água, em substituição à rede atual que é subdimensionada.

Em relação ao projeto de desenho da via, a lógica utilizada foi a de destinar ao leito carroçável a medida máxima disponível no local, ficando o que sobra para o passeio, geralmente com

⁶ Com relação à pavimentação realizada pelo Grupo Pedra Branca, trata-se de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 2020, como contrapartida à prorrogação da autorização para que a incorporadora preste os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no bairro Pedra Branca por mais 20 anos. Por meio desse acordo, o Grupo Pedra Branca comprometeu-se a arcar com outorga social de R\$10 milhões a ser investida em melhorias na comunidade. Dentre as melhorias está a pavimentação de nove vias da comunidade Frei Damião, já finalizada (ICOM, 2023).

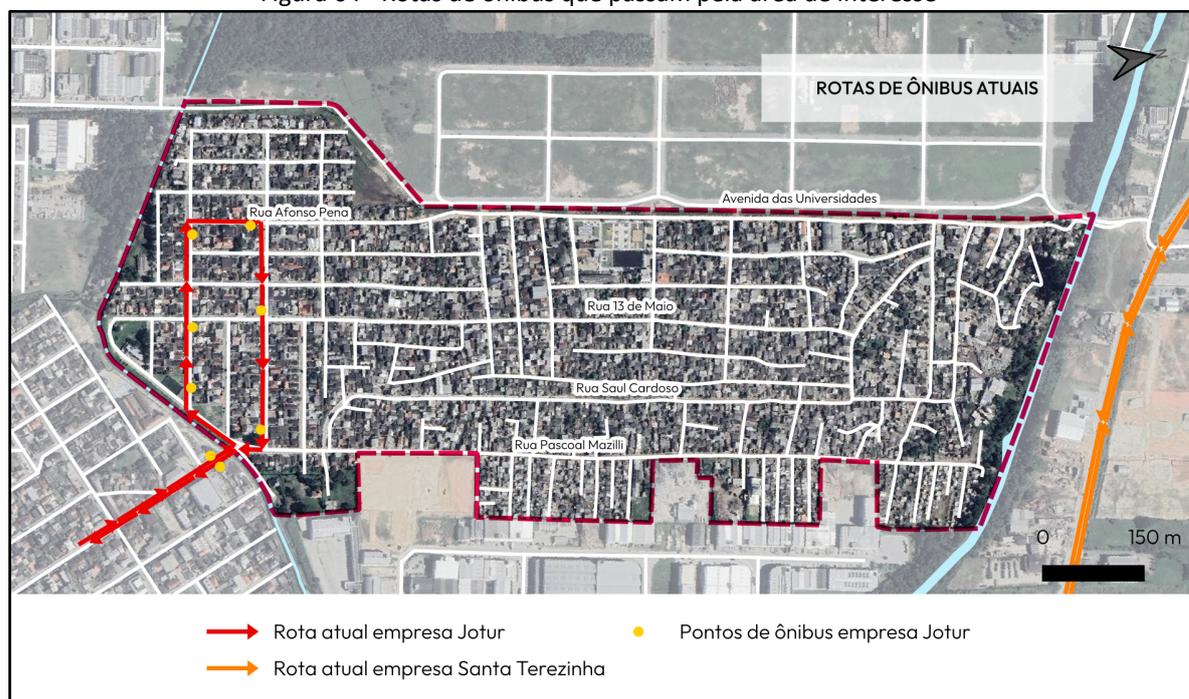
largura insuficiente ao deslocamento de pedestres e sem acessibilidade. Os projetos executados também não incluíram arborização, travessias de pedestres, nem mobiliário urbano.

e) Rota do transporte coletivo

Atualmente, a Empresa Jotur, responsável pelo transporte coletivo nas cidades de Palhoça/SC e São José/SC, atende somente parte do loteamento Brejaru, não adentrando no território da Frei Damião, carente de transporte coletivo. Nesse sentido, a rota da Jotur (cor vermelha na Figura 64) acaba não atendendo as demandas da comunidade que sofre com os problemas de mobilidade urbana.

Há também uma outra empresa, de caráter intermunicipal, chamada Santa Terezinha (cor laranja na Figura 65), que percorre a SC-281 nas proximidades da Frei Damião, porém ficando mais acessível à população que mora ao norte.

Figura 64 - Rotas de ônibus que passam pela área de interesse



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

3.5. Considerações acerca da Leitura Técnica

A concentração de fragilidades socioambientais, a crescente densidade demográfica e as precárias condições sanitárias evidenciam a necessidade de desenvolver uma proposta de melhorias habitacionais e urbanísticas para a comunidade Frei Damião, de acordo com as condicionantes locais (topografia, áreas de risco, aspectos ambientais e culturais, formas de organização comunitária, entre outras) e as demandas dos moradores.

O processo rápido de transformação do entorno, o crescimento populacional e as iniciativas fragmentadas que a Prefeitura e os agentes privados têm realizado no interior da comunidade também justificam a necessidade de elaboração de um plano urbanístico que ofereça maior integração das iniciativas. Propostas que abarquem as demandas e as necessidades dos moradores, como melhoria do sistema viário, acesso ao transporte público, presença de equipamentos de saúde e educação e áreas de lazer, infraestrutura (drenagem, coleta de resíduos sólidos, esgoto, água, iluminação pública, arborização etc.).

A questão fundiária também enseja preocupações, uma vez que as intervenções podem ser indutoras de processos de diferenciação socioespacial, com valorização de determinadas áreas, promovendo dinâmicas de segregação, especulação imobiliária, fragmentação, ou mesmo a possibilidade de remoção e relocação de famílias, especialmente nas áreas de risco de inundação.

Diante das questões levantadas, evidencia-se a importância e necessidade de um plano urbanístico comunitário, para o qual, esperamos que os estudos e levantamentos apresentados neste relatório possam contribuir e alavancar ações e projetos de emancipação cidadã para a comunidade Frei Damião.

4. PRODUTOS E PROPOSTAS

Este relatório apresenta os produtos do trabalho da Frente de Urbanização ao longo do ano 2024. O principal trabalho realizado foi o de endereçamento, prioridade da equipe. A seguir também são apresentados os estudos da implantação de uma nova UBS para o território,

assim como novas possibilidades de rotas de transporte coletivo, todos essenciais para a comunidade.

4.1. Endereçamento

No Brasil são 36,2 milhões de pessoas em favelas brasileiras que não têm acesso à Cidadania Postal, ou seja, não possuem um endereço oficialmente regulamentado (Data Favelas; Instituto Locomotiva, 2020). Nesse sentido, a Cidadania Postal é uma reivindicação de comunidades periféricas que sinaliza para o acesso ao direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Nas primeiras iniciativas de atuação da Frente Urbanização no território, como estudos para ampliação e regularização das redes de abastecimento de água e de energia, foram recorrentes as barreiras que a falta do endereçamento representava, não há como instalar hidrômetros e medidores de energia sem nome do logradouro e número do imóvel. Desse modo, compreendeu-se a regularização do endereçamento como prioritária e condicionante para o avanço das demais intervenções de desenvolvimento urbano e infraestrutura, no âmbito do plano urbanístico do Projeto Periferia Viva.

A questão do endereçamento foi uma demanda que se destacou no Encontro Comunitário do dia 04 de maio de 2024, e é também uma questão considerada como fundamental pelo Comitê Permanente da Frei Damião.

Na Frei Damião, a irregularidade do endereçamento expressa-se em ruas sem nomeações, vias sem código de endereçamento postal - CEP e em numerações que são colocadas aleatoriamente pelos moradores, ou seja, não há uma padronização de sequenciamento. Ainda, mesmo as ruas que possuem CEP algumas não se encontram regularizadas perante a Prefeitura de Palhoça. Esses fatores dificultam a entrega de correspondências pelos Correios e de encomendas por diversas plataformas de serviços, podendo comprometer o acesso aos direitos básicos de saúde, educação, abastecimento de água e luz, acesso a crédito e registro de CNPJ, por exemplo.

Assim, numa deliberação no Comitê Permanente da Frei Damião, criou-se um grupo de trabalho (GT) para organizar o endereçamento pleno da comunidade composto por

representantes da Prefeitura Municipal, Instituto Comunitário - ICOM, Associação de Moradores, Correios e UFSC, por meio da Frente de Urbanização.

Neste relatório apresenta-se o processo de trabalho realizado pelo GT, assim como as atividades *in loco* desenvolvidas pela Frente de Urbanização e pela Residência ATHIS UFSC.

4.1.1. Articulação entre entidades

No dia 18 de julho ocorreu a primeira reunião do GT de Endereçamento, na Prefeitura, e definido o cronograma de atividades (Figura 65). No dia 14 de agosto foi realizada a segunda reunião, na qual foi escolhida a Rua Treze de Maio como estudo piloto de numeração (139 lotes) para, posteriormente, ser efetivado o endereçamento das demais vias e residências da comunidade Frei Damião (1.138 lotes).

Da mesma forma, a Associação de Moradores ficou responsável pela organização e escolha dos nomes das vias a serem incluídas no Projeto de Lei a ser organizado pela Prefeitura, sendo que para tanto foi elaborado um mapeamento dessas vias. A Frente de Urbanização ficou responsável por contribuir com os levantamentos e mapeamentos necessários.

No dia 15 de agosto ocorreu uma reunião no Posto Territorial com o representante da Associação de Moradores para a conferência e apresentação dos novos nomes das vias (Figura 66).

No que se refere ao endereçamento, a Frente de Urbanização trabalhou em duas atividades distintas: a própria numeração das vias associada ao estudo piloto na Rua Treze de Maio e o Projeto Lei das vias de toda a área de estudo.

Figura 65 - Cronograma tarefas para o endereçamento da Frei Damião.

Objetivo geral	Objetivos específicos	Atividades	quem	quando
Regularizar endereçamento de 100% da Frei Damião	Aprovar projeto de lei com nomeação de todas as ruas da Frei	Mapear situação atual das ruas legendado	UFSC	20 dias
		Nomear ruas sem nome	AMFD	60 dias
		Finalizar projeto de lei de nomeação	Prefeitura	70 dias
		Aprovar na Câmara	Prefeitura	-
	Emitir cep para 100% das ruas da Frei	Tratar com correios para emissão de cep	Prefeitura	-
		Realizar piloto de mapeamento para numeração de casas na Rua Treze de Maio	UFSC	60 dias
	Regularizar numeração de todas as casas da Frei	Validar piloto com prefeitura	Prefeitura	75 dias
		Finalizar mapeamento da numeração	UFSC	150 dias
		Emitir certidões de numeração	Prefeitura	170 dias

Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 66 - Reunião GT Endereçamento na Frei Damião.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 67 - Reunião do endereçamento.

a) momento de discussão dos trabalhos. b) participantes da reunião.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 68 - Reunião com a Associação de Moradores sobre nomes das vias, no Posto Territorial.

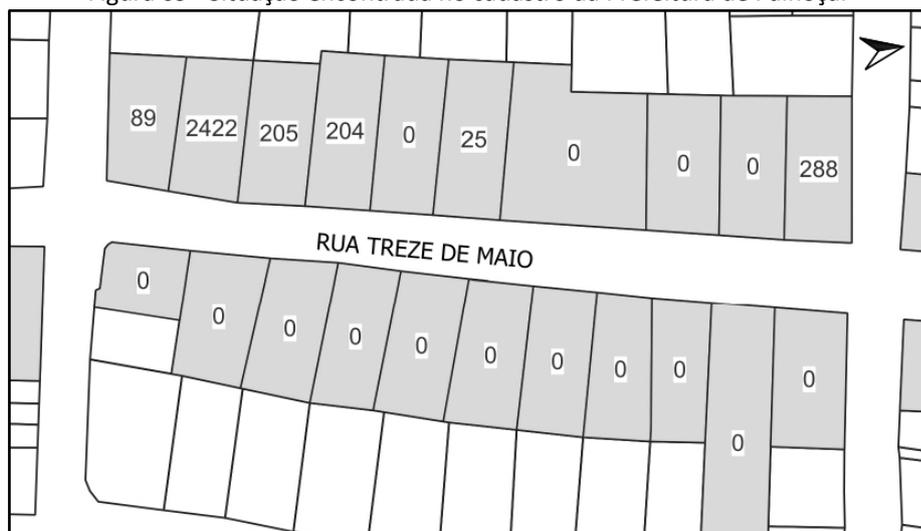


Fonte: Acervo Residência em ATHIS UFSC, 2024.

4.1.2. Numeração dos lotes

A regularização da numeração seguiu determinados processos e escolhas de forma a minimizar grandes alterações nas numerações já existentes e consolidadas. Assim, tal metodologia foi usada para a numeração tanto da Rua Treze de Maio, projeto piloto do endereçamento, quanto nas demais vias da área de estudo, ainda em elaboração. No início dos trabalhos, no geoprocessamento da Prefeitura, alguns lotes constam com numeração e outros apresentam o número zero, estes sem numeração (Figura 69).

Figura 69 - Situação encontrada no cadastro da Prefeitura de Palhoça.

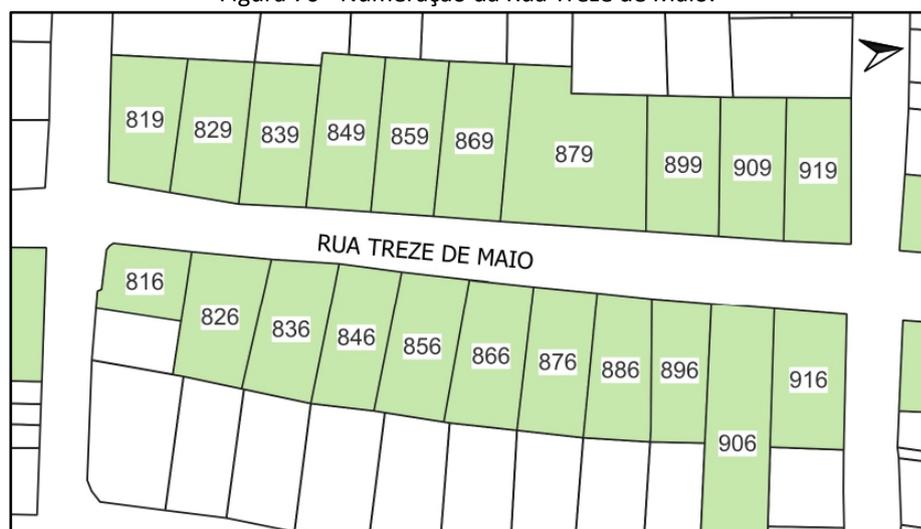


Fonte: Lotes e numeração-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, 2024.

Assim, algumas diretrizes foram seguidas e aplicadas, o representante dos Correios sugeriu que a numeração fosse realizada em um intervalo de 10 metros (Figura 70), para aqueles lotes com testada até 10 metros. Nos casos em que as testadas fossem maiores, foi considerada a possibilidade de desmembramento, com maior intervalo na numeração dos lotes.

A numeração inicia pela parte da rua que está mais próxima do centro da cidade, que fica ao sul, sendo crescente na direção norte, portanto. A numeração par encontra-se do lado direito da rua e a ímpar do lado esquerdo.

Figura 70 - Numeração da Rua Treze de Maio.



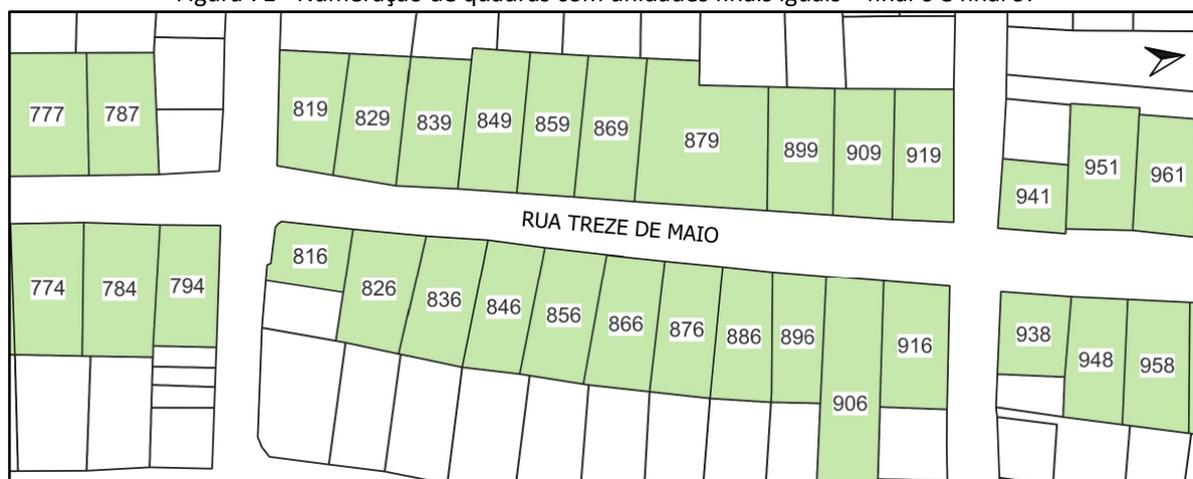
Fonte: Lotes-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, adaptado pelos autores, 2024.

Assim, nos casos em que o terreno possui uma testada maior que 10 metros (indicativo de que poderia ser desmembrado em mais lotes), foi considerada uma numeração a cada 20 ou 30, dependendo da situação, de forma a contemplar um futuro desmembramento, como no caso da numeração 879 e 899 (Figura 70). Nas situações nas quais havia mais de uma edificação no lote, as famílias devem se organizar internamente para identificar os imóveis com letras, em conformidade com o número do lote (exemplo: 879-A, 879-B e 879-C), uma vez que são os lotes que recebem a numeração e não as edificações.

Ainda, cada quadra apresenta um número de unidade final diferente e sequencial – seja ímpar ou par, dependendo do lado – como forma de diferenciá-las (Figura 71). No que se refere às ruas que cruzam as quadras, foram considerados 12 metros de largura como padrão, assim pode-se observar que a numeração no final da quadra vai de 919 para 941 no início da outra quadra, por exemplo (Figura 71).

Os lotes de esquina são um caso específico, uma vez que há a possibilidade da numeração seguir uma ou outra rua, já que apresenta duas testadas. Assim, a testada principal, aquela considerada na numeração, foi escolhida baseada no uso atual pelos residentes. Caso a frente da casa já estivesse consolidada para determinada rua, considerou-se tal lado como testada principal. Nesse sentido a vivência no local é fundamental para que essas escolhas sejam realizadas de forma a se adequar à realidade no território.

Figura 71 - Numeração de quadras com unidades finais iguais – final 6 e final 9.



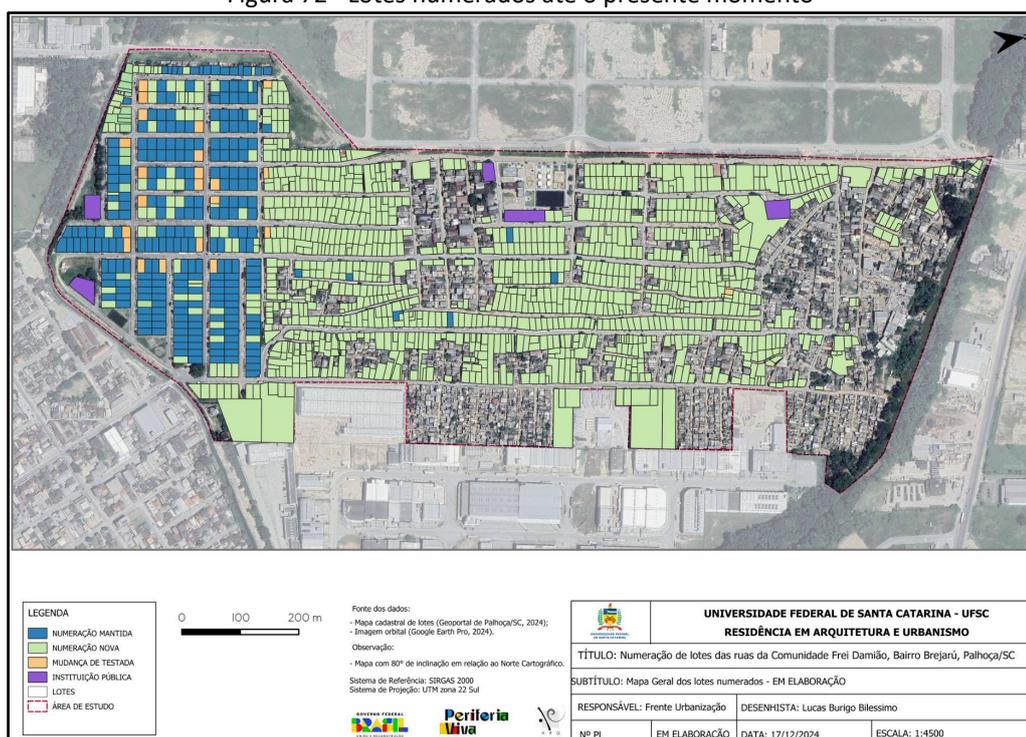
Fonte: Lotes-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, adaptado pelos autores, 2024.

A numeração dos lotes está em processo de elaboração pela Frente de Urbanização. Até o presente momento já foram concluídas as numerações dos lotes de 33 ruas, o que representa

1365 lotes numerados, de um total de cerca de 1800 lotes que estão em área passível de numeração regular pela Prefeitura de Palhoça (Figura 72).

Destaca-se que não estão incluídos os 382 lotes situados nas ocupações, pois estas áreas estão em litígio e não farão parte do Projeto de Lei, por decisão da Prefeitura, até que a situação judicial seja resolvida.

Figura 72 - Lotes numerados até o presente momento



Fonte: Lotes-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, adaptado pelos autores, 2024.

Na metodologia de trabalho, após finalizada a nova numeração dos lotes de cada via, é elaborada uma prancha em formato A3 com as informações necessárias para a Prefeitura incluir no processo do Projeto de Lei (Figura 73).

Figura 73 - Prancha A3 com numeração de duas ruas



Fonte: Lotes-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, adaptado pelos autores, 2024.

4.1.3. Estudo piloto na Rua Treze de Maio

A partir do momento que foi selecionada como estudo piloto, a Frente de Urbanização iniciou o processo de renumeração da Treze de Maio. Alguns lotes apresentavam a numeração correta, sem que houvesse necessidade de alteração, mas a maioria necessitou de adequações. Num primeiro momento foi realizada a numeração baseada nas imagens do Geoprocessamento da Prefeitura de forma a adequá-las no papel para posterior conferência no local. Após esse processo, um mapa preliminar (Figura 74) foi encaminhado à Prefeitura para sanar algumas dúvidas e, posteriormente, a numeração final foi conferida e aprovada tanto pela Prefeitura quanto pelos Correios (Figura 75).

a) Planejamento da oficina de endereçamento

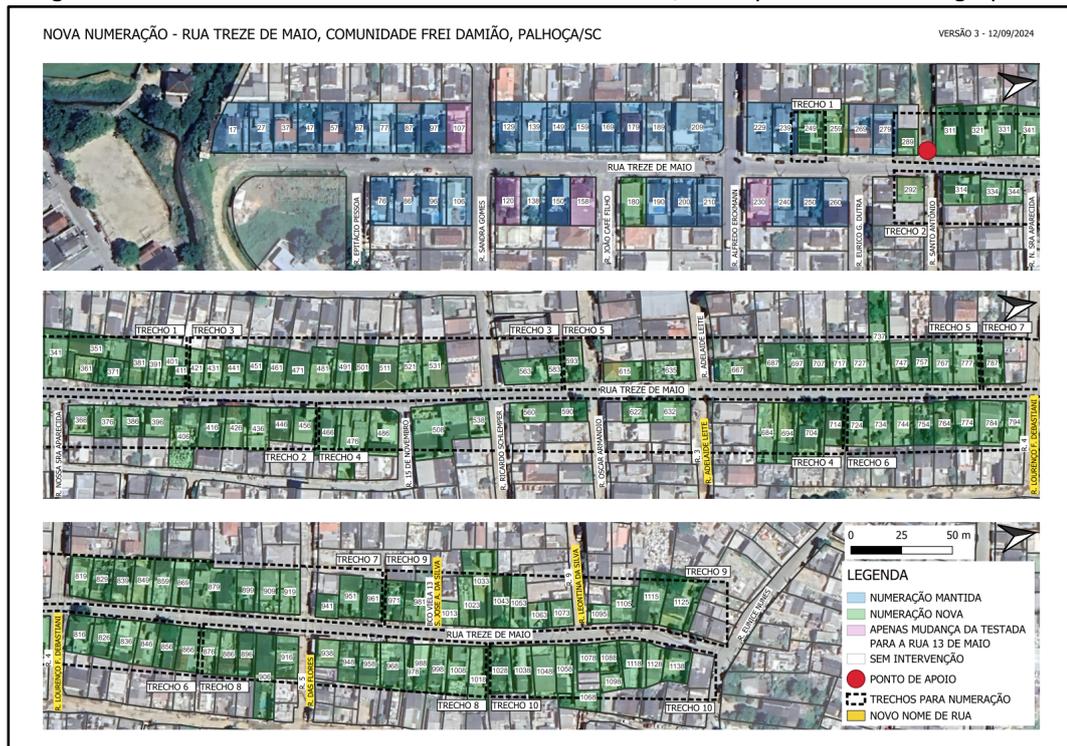
Concomitantemente com o trabalho de numeração da Rua Treze de Maio, iniciou-se a organização da Oficina do dia 14 de setembro, que foi realizada por todas as Frente da Residência UFSC, sob organização da Frente de Urbanização. Nesse sentido, foram realizados estudos para decidir a forma e os materiais empregados na numeração dos lotes. Considerou-se três opções:

1. numeração adesivada previamente em placas de Poliestireno (PS) e instaladas no dia da oficina;
2. numeração pintada previamente em placas de PS e instaladas no dia da oficina;
3. numeração pintadas com molde estêncil nos muros e casas no dia da oficina.

Todas as opções foram orçadas levando em consideração toda a Frei Damião e optou-se pela primeira, comparando o orçamento, o prazo e o trabalho necessário.

No que se refere à organização dos grupos de trabalho da oficina, os residentes foram divididos em 10 grupos de até três integrantes, sendo necessariamente um deles da Frente de Urbanização para suporte e auxílio. Havia 139 lotes para numeração, cada grupo ficou responsável por até 14 lotes sequenciais de um lado da via (Figura 76). Foi também montado um guia para facilitar a localização de seus respectivos trechos e lotes a serem numerados (Figura 77). Cada grupo recebeu um *kit* de material para realizar a aplicação dos números nas fachadas dos lotes.

Figura 76 - Subdivisão da Rua Treze de Maio em 10 trechos, correspondentes aos 10 grupos.



Fonte: Lotes-Geoprocessamento Prefeitura de Palhoça, adaptado pelos autores, 2024.

Figura 77 - Material de Endereçamento

(Trecho-Grupo 3)

Guia de Endereçamento da Rua Treze de Maio - Grupo Trecho 3

LADO ÍMPAR - ESQUERDO - DA RUA TREZE DE MAIO - 421, 431, 441, 451, 461, 471, 481, 491, 501, 511, 521, 531, 563, 583

Nº	Nome morador	Observações	Check
421			
431			
441			
451			
461			
471			
481			
491			
501			
511			
521			
531			
563			
583			

Lote inicial, número 421:

Lote final, número 583:

ATENÇÃO

Para lotes que tiverem mais de uma casa: a numeração é por lote. Neste caso, recomenda-se que a divisão seja feita pelos próprios moradores, como por exemplo Casa A e Casa B.

Fonte: Os autores, 2024.

Nos dois dias que antecederam a oficina, circulou uma moto de som anunciando a atividade, que seria no sábado pela manhã, dia com maior probabilidade de os moradores estarem em casa.

A aplicação da numeração dos lotes foi realizada de acordo com algumas diretrizes, a primeira diz respeito à abordagem dos moradores. A equipe apresentou-se aos moradores informando-os acerca da importância do endereçamento e entregando-lhes a carta de apresentação do trabalho de endereçamento (Apêndice B) e o folder da Residência em ATHIS -UFSC (Anexo B). Seguiu-se com a permissão para que a nova numeração fosse fixada na fachada. Essa abordagem foi uma constante preocupação da equipe. No contato, a entrega e fixação da numeração foi acompanhada de esclarecimentos e de consentimento, de forma a não ser invasiva, minimizando possíveis conflitos.

A segunda diretriz refere-se a observação se no lote onde a numeração seria aplicada, existe mais de uma residência, em caso positivo foi explicado que a organização em letras seria definida pelos moradores, posteriormente (ex: 304A; 304B). As placas são referentes aos lotes e não às residências as quais foram, preferencialmente, fixadas próximas à caixa de correio e/ou próximo a numeração já existente, que deveria permanecer devido ao período de transição.

A terceira diretriz diz respeito ao fato de as residências possuírem fachadas diferentes, variando entre cerca, muro, alvenaria e madeira. Cada grupo, juntamente com o morador, escolheu a melhor forma de fixação da placa de numeração: colada, fixada com abraçadeiras ou arame e, em poucos casos específicos, foi também utilizada a fixação com pregos.

Nos casos de ausência de moradores foram deixadas a carta de apresentação da UFSC e o folder sobre ATHIS em um envelope, juntamente com um bilhete⁷ para que pudessem realizar a retirada da placa de numeração no Posto Territorial. Em alguns casos essas cartas foram deixadas com algum vizinho.

⁷ Mensagem apresentada no bilhete: “Estivemos aqui e não o encontramos em casa. Apresente esta carta e retire a placa com o número do seu lote (*a preencher com o número do lote correspondente*) no Posto Territorial da UFSC, no CADI – Rua Afonso Pena, s/n - Brejaru. De segunda a quinta das 9h às 12h.”

b) Preparação do material

No dia anterior à Oficina as equipes prepararam os materiais. As placas foram previamente cortadas nos tamanhos adequados para três ou quatro algarismos (20cm X 10cm ou 25cm X 10cm) e furadas (Figura 78 e 79) para que, posteriormente, fossem preparadas e adesivadas com os números (Figura 80), dessa forma foram montados os *kits* para cada equipe (Figura 81).

Figura 78 - Processo de corte das placas.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 79 - Placa já cortada e perfurada e modelo de adesivo



Fonte: Acervo Residência em ATHIS UFSC, 2024.

Figura 80 - Preparação e Adesivação das Placas.



Fonte: Acervo Residência em ATHIS UFSC, 2024.

Figura 81 - Material disponível no kit



Fonte: Acervo Residência em ATHIS UFSC, 2024.

c) A oficina-

Os grupos reuniram-se no ponto de encontro no cruzamento da Treze de Maio com a Rua Santo Antônio (Figura 82), e iniciaram o processo de endereçamento por volta das 9h30h e finalizaram todos antes das 12h. O endereçamento foi considerado um sucesso, uma vez que teve boa receptividade da população, inclusive vários foram os casos nos quais vizinhos auxiliaram na intermediação e no contato com os moradores. Foram poucos os lotes não numerados, aqueles onde não foi encontrado nenhum morador.

Figura 82 - Ponto de Apoio da atividade onde ficavam os materiais e a equipe de apoio.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 83 - Exemplo da planilha de Endereçamento preenchida por cada equipe.

CASA NÃO PREVISTA, se considera parte do Lote 431

Guia de Endereçamento da Rua Treze de Maio - Grupo Trecho 3

LADO ÍMPAR - ESQUERDO - DA RUA TREZE DE MAIO - 421, 431, 441, 451, 461, 471, 481, 491, 501, 511, 521, 531, 563, 583

Nº	Nome morador	Observações	Check
421	Ana Paula Novaes	ótima recepção	✓
431	Iraci da Silva Walter	ótima recepção	✓
441	Acemi A. Vidal		✓
451	Munilo José da Silva	boa recepção	✓
461	Eronidas Correa Larissa Padilha	boa recepção	✓
* 471	Nilson Mesquita	ótima recepção veio abraçar a mãe e da água	✓
481	Mauvel B. Filho	ótima recepção frade	✓
491	Sidneu Iachitzchi	boa recepção	✓
* 501			
511	Julio Hames	conta resistência por imóvel e da mulher não presente	✓
* 521	Neiva R. Freitas		✓
* 531	Leuci Dias	boa recepção horta	✓
563	Carlos Alberto Gueno	boa recepção	✓
583	boa recepção	Dailda Santos	✓

Lote inicial, número 421:

Lote final, número 583:

ATENÇÃO

Para lotes que tiverem mais de uma casa: a numeração é por lote. Neste caso, recomenda-se que a divisão seja feita pelos próprios moradores, como por exemplo Casa A e Casa B.

marc da gislaine

Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 84 - Abordagem dos moradores pelas equipes



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 85 - Aplicação da placa no muro.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

Figura 86 - Numeração

a) exemplo de fixação de placa na fachada da residência, ambos os números permanecem devido ao período de transição. b) família com equipe de endereçamento. c) morador em frente ao seu lote.



Fonte: Acervo Residência UFSC, 2024.

d) Sistematização e acompanhamento

Após a oficina, foi realizada a sistematização dos dados baseada nas planilhas entregues pelos grupos. Ainda, foi solicitado aos grupos que compartilhassem as fotos, assim como preenchessem o relato da oficina com suas experiências quanto ao material, a abordagem dos moradores e observações gerais (Apêndice C).

Os relatos dos grupos também foram sistematizados (Apêndice D), esse trabalho foi extremamente relevante para a organização das futuras oficinas. Assim foi possível tirar algumas conclusões, o material de organização da oficina foi fundamental para a agilidade do processo, uma vez que os grupos concluíram a atividade em aproximadamente duas horas, porém houve relatos de que deveria ter sido disponibilizado mais espaço para anotações, assim como mais folhetos e panfletos para serem entregues. De forma geral, a receptividade dos moradores foi essencial ao sucesso da oficina, assim como o auxílio destes em contatar os vizinhos.

Destaca-se a ausência da carta-certidão do novo endereço que deveria ter sido emitida pela Prefeitura e entregue aos moradores, mas devido ao período eleitoral, não foi viabilizada, o que teria sido relevante para melhor legitimar o trabalho da UFSC. Dentre os pontos positivos da oficina, foi relatado o estreitamento da relação entre residentes e a comunidade e a

satisfação em fazer um trabalho que impacta sobremaneira no cotidiano da comunidade, nesse sentido a satisfação e felicidade dos moradores foi perceptível.

No dia 19 de setembro voltou-se à Rua Treze de Maio para observar como estava a situação das placas de numeração, também foi feita a conferência das retiradas das placas dos lotes nos quais os moradores não foram encontrados. Notou-se que a maioria das placas continuavam no local onde foram fixadas. Algumas placas foram, posteriormente, retiradas no Posto Territorial pelos moradores. Ainda, havia residências sem a nova numeração, assim como em alguns casos as placas foram fixadas em locais com pouca visibilidade ou de forma errônea, questões a serem resolvidas na retomada do trabalho de endereçamento.

Figura 87 - Excerto da tabela de sistematização das guias de endereçamento.

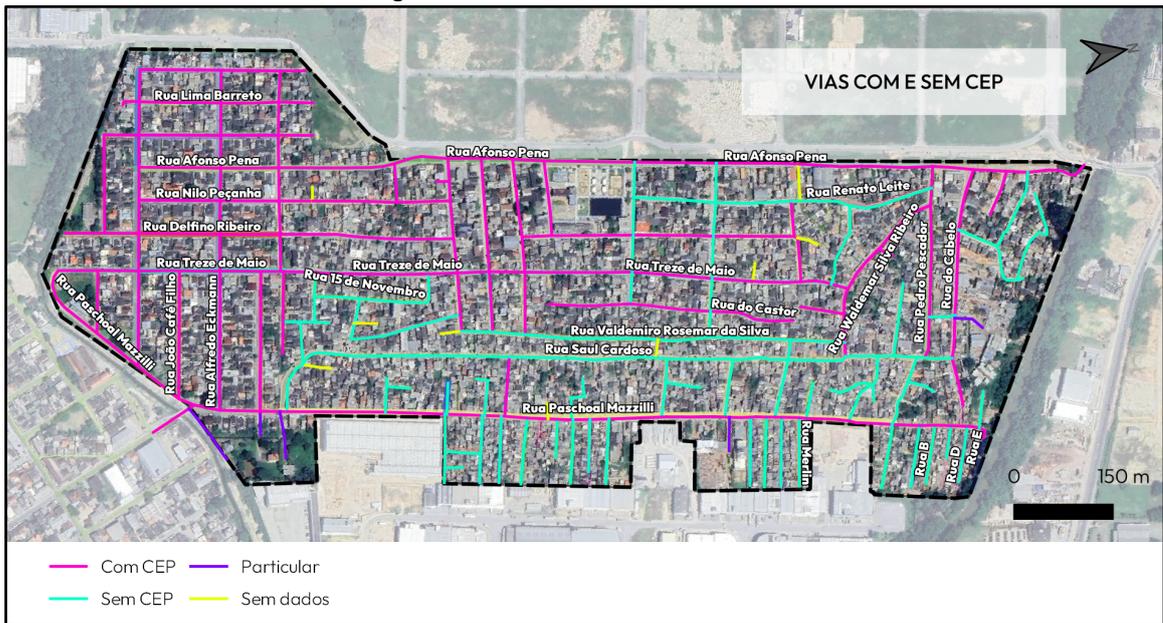
Grupo 1	331	David	varias casas no lote + barbearia	Entregue
Grupo 1	341	Arlene (Dona Baixinha)	identifica-se como entre os 1º moradores// há 38 anos// desde o início da ALS	Entregue
Grupo 1	351	Proprietária: Andreia // Aluga: Ana Carla (irmãs)	alugado // proprietária recebeu a placa para colocar	Entregue
Grupo 1	361	Camila (recebeu) // Marisa de Fátima (mãe e dona do lote) está viajando	A filha Camila irá morar no lote 361 (esse lote)	Entregue
Grupo 1	371	Dalva	colocado	Entregue
Grupo 1	381		foi colocad a carta na caixa de correio	Não entregue
Grupo 1	391	Tais Medeiros	irá colocar	Entregue
Grupo 1	401		terreno vazio// colocado no portão	Entregue
Grupo 1	411	Terezinha/Andrés		Entregue
Grupo 2	292	Auto Mec GC	Comercial Fechado // Notificação pela Janela	Não entregue
Grupo 2	314	Mercado Chaves conveniência Jayson	fechado - notificação baixo da porta // Várias casas de aluguel em cima	Entregue
Grupo 2	334	Ana Carla	não estava sabendo mas gostou // moradora há 3 anos. casa com número repetido	Entregue
Grupo 2	344	Vagner		Entregue
Grupo 2	366	Quiosque do Sabor // Rita de Castro Ferr	2 irmãs	Entregue
Grupo 2	376	Célia ferreira	irmão não estava, célia autorizou (irmã e vizinha do proprietário)	Entregue
Grupo 2	386		não atendido// carta deixada no correio // não fixada // atingida pela enchente de 2024 (>1m)	Não entregue

Fonte: Os autores, 2024.

4.1.4. Projeto de Lei dos nomes das ruas

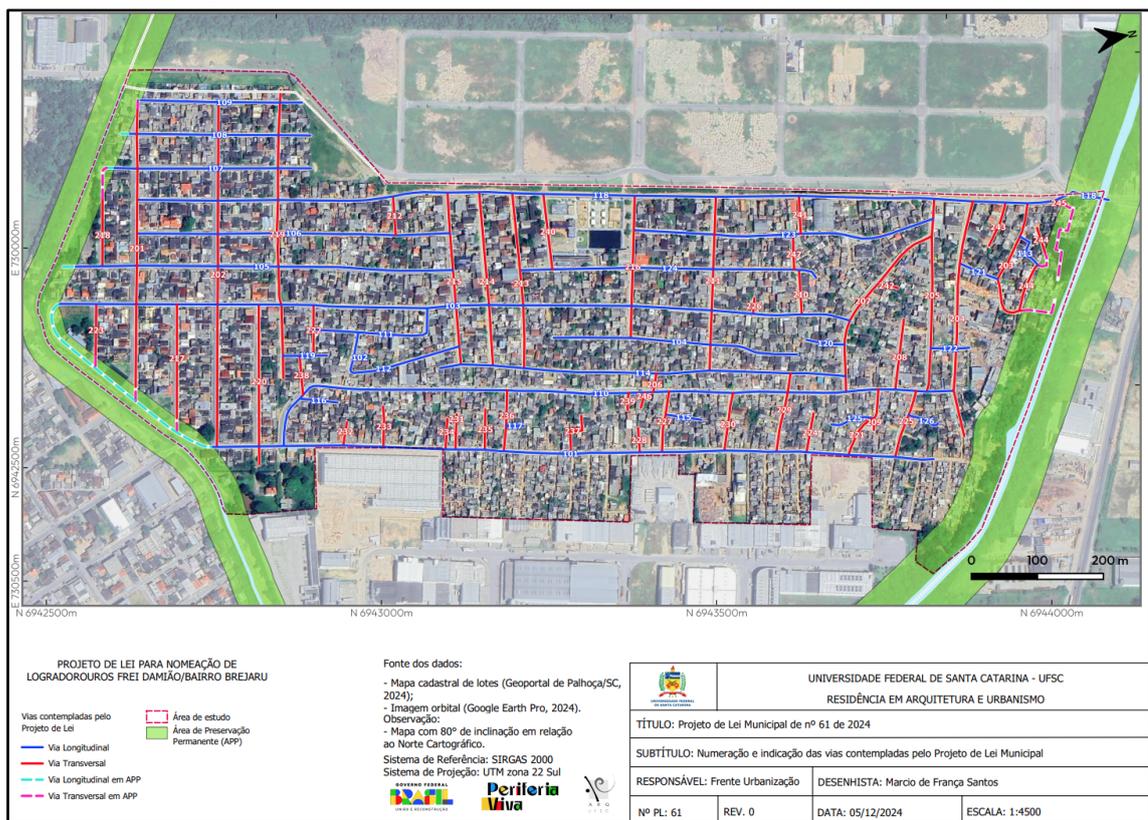
A elaboração do Projeto de Lei (PL) com os nomes das ruas foi realizada concomitantemente ao processo de numeração dos lotes e em parceria com a Prefeitura de Palhoça e a Associação de Moradores. Para tanto, foi feito um mapeamento das ruas com CEP cadastrados (Figura 88), assim como aquelas a serem nomeadas (Figura 89), que abrange 73 ruas a serem regularizadas, sendo 25 longitudinais e 48 transversais, e uma tabela para controle das alterações e dos dados (Figura 90).

Figura 88 - Ruas com CEP cadastrados.



Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

Figura 89 - Mapeamento das vias a serem nomeadas pela comunidade.



Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

Figura 90 - Excerto da tabela organizativa das numerações e dos novos nomes.

PROJETO DE LEI VIAS PÚBLICAS - COMUNIDADE FREI DAMIÃO, BAIRRO BREJARÚ, PALHOÇA/SC		
TIPO DE VIAS	NUMERAÇÃO NO MAPA	NOME DAS RUAS PROJETO DE LEI
via longitudinal	117	RUA 16 DE JUNHO
via longitudinal	118	RUA AFONSO PENA
via longitudinal	119	RUA PROFETA ISAÍAS
via longitudinal	120	RUA ARISTIDES DA SILVA
via longitudinal	121	RUA 7 DE FEVEREIRO
via longitudinal	122	RUA FREI DAMIÃO
via longitudinal	123	RUA RENATO VALDINEI LEITE
via longitudinal	124	RUA LAURA MARIA DOS SANTOS
via longitudinal	125	RUA TOYOTA
via longitudinal	126	SERVIDÃO PORTO
via transversal	201	RUA SANDRA GOMES
via transversal	202	RUA ALFREDO ERCKMANN
via transversal	203	RUA TIO PUB
via transversal	204	RUA JACKSON ALEXANDRE
via transversal	205	RUA DO ALEMÃO

Fonte: Os autores, 2024.

Figura 91 - Excerto do projeto de lei da Prefeitura Municipal de Palhoça.



PROJETO DE LEI Nº _____/2024.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS. Bairro Brejarú (Frei Damião).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as vias públicas na localidade do Bairro Brejarú (Frei Damião), neste Município, com os seguintes nomes:

I – RUA 101 – RUA PASCOAL MAZZILLI, via pública municipal com extensão total aproximadamente 1522,00 (um quilômetro e quinhentos e vinte e dois metros) e 7,50 (sete metros e cinquenta centímetros metros) aproximadamente de largura. – (Lei nº 2.009, de 19 de julho de 1990);

II – SERVIDÃO 102 – SERVIDÃO 7 DE SETEMBRO, via pública municipal com extensão total aproximadamente 18,12 (dezoito metros e doze centímetros) e 4,00 (quatro metros) aproximadamente de largura. – (Lei nº 2.170, de 19 de outubro de 2005);

III – RUA 103 – RUA 13 DE MAIO, via pública municipal com extensão total aproximadamente 1199,00 (um quilômetro e cento e noventa e nove metros) e 8,00 (oito metros) aproximadamente de largura. – (Lei nº 2.009, de 19 de julho de 1990);

Fonte: Prefeitura de Palhoça, 2024.

Foi um processo que ocorreu por meio do grupo de trabalho no qual os residentes estabeleceram um contato estreito e periódico com o corpo técnico da Prefeitura para que as

alterações no texto do PL e informações nele contidas fossem constantemente atualizadas e compatíveis com o mapeamento produzido na UFSC.

4.2. Propostas de rotas de transporte coletivo

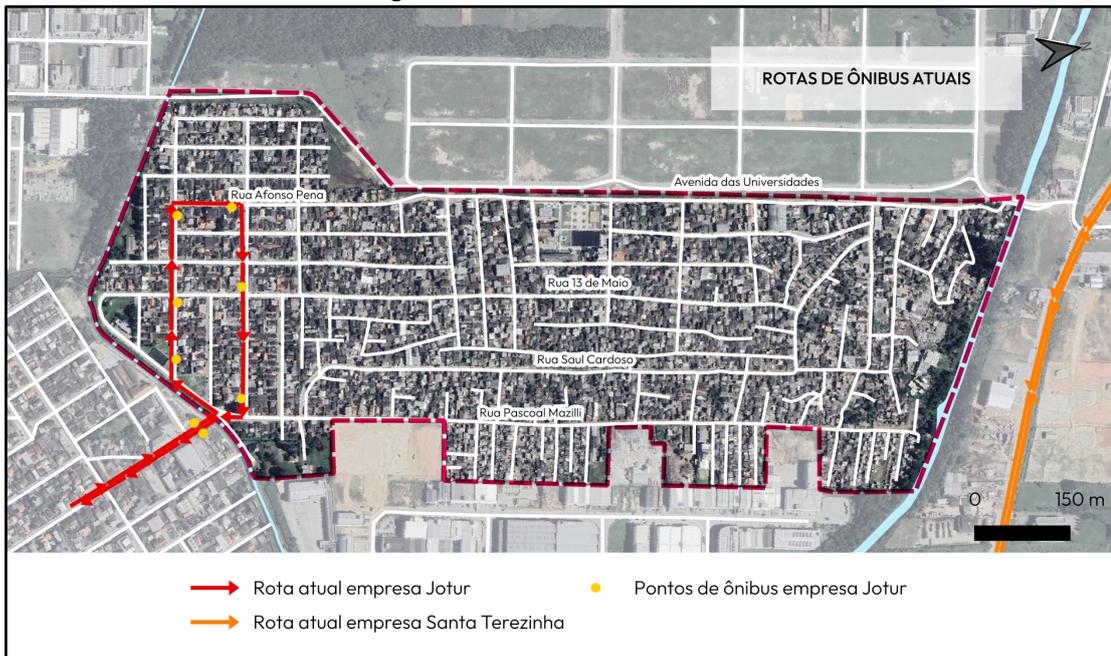
A Empresa Jotur é responsável pelo transporte coletivo que atende apenas uma parte do território, sendo insuficiente para a demanda comunitária (Figura 92), como já foi apresentado na Leitura Técnica. Nesse sentido, torna-se necessário que o transporte coletivo seja implementado de forma a possibilitar a mobilidade urbana e, conseqüentemente, que a população exerça seu direito à cidade.

Assim, foram elaboradas algumas alternativas de rota, que visam suprir tal demanda. No dia 21 de novembro essas propostas foram apresentadas em reunião na Prefeitura e tiveram uma recepção positiva⁸. A necessidade de maior capilaridade do transporte coletivo no território também se justifica pelo fato de, na mesma reunião, ter sido discutida a implantação de uma nova Unidade Básica de Saúde na comunidade.

Dessa forma, foram apresentadas duas propostas. A Proposta 1 (Figura 93), passaria na porção leste do terreno onde será implantada a nova UBS e a Proposta 2 (Figura 94) a oeste. Foi realizada também uma simulação da distância percorrida a pé até o ponto de ônibus mais próximo, sendo necessário percorrer no máximo 500 metros (Figura 95), distância considerada adequada para deslocamento a pé.

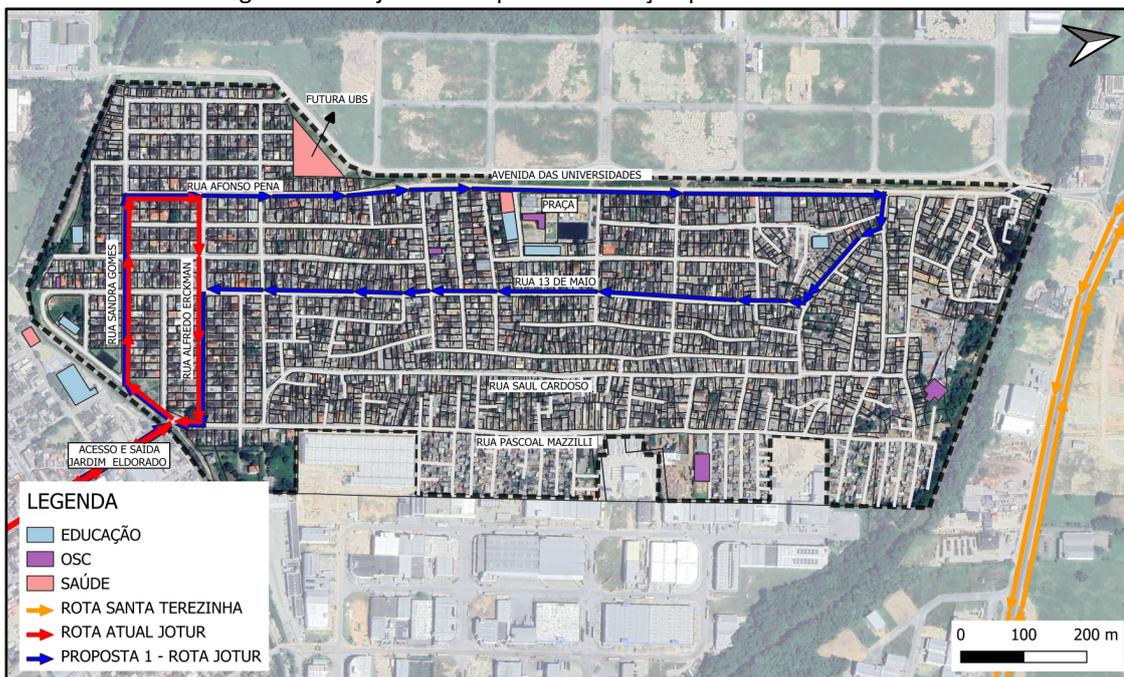
⁸ Estavam presentes na reunião o Prefeito, assim como os secretários da saúde, da educação e de infraestrutura e equipe da Residência UFSC.

Figura 92 - Rotas de ônibus atuais.



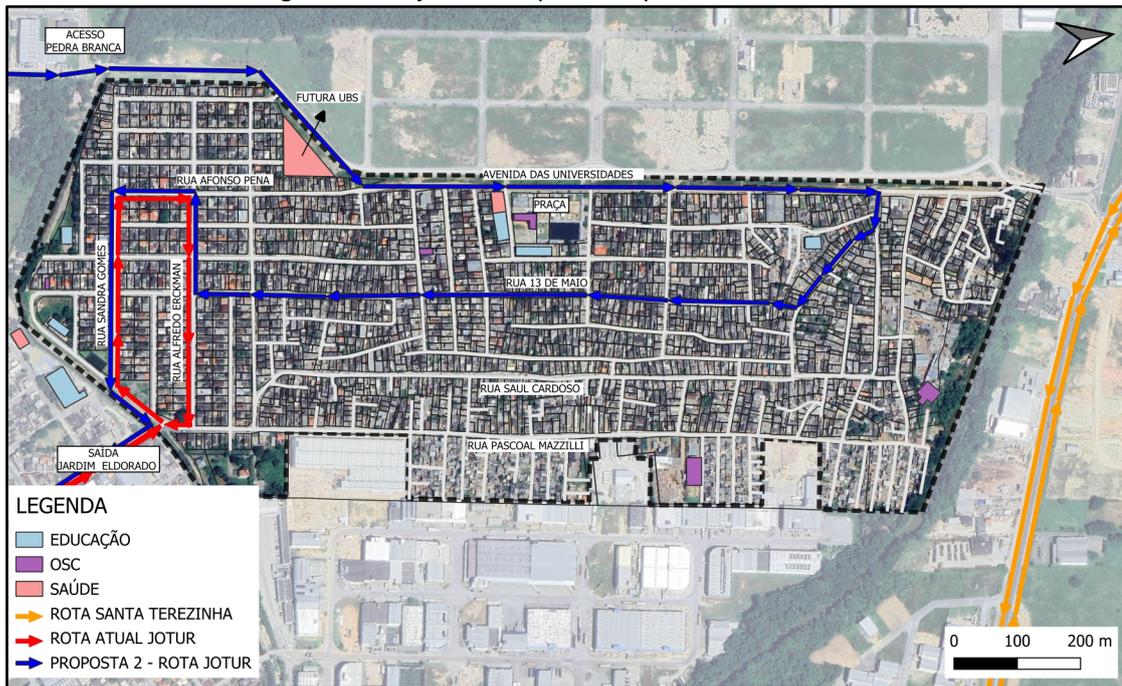
Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 93 - Trajeto da Proposta 1 e relação pontos de interesse.



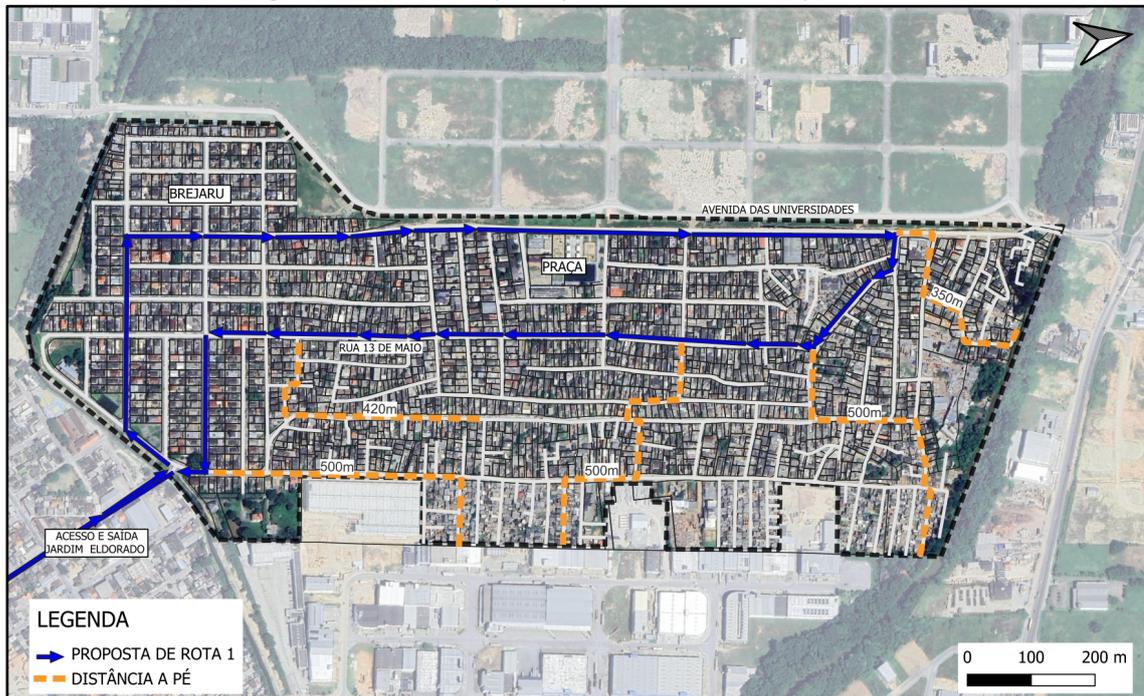
Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 94 - Trajeto da Proposta 2 e pontos de interesse.



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 95 - Distância a pé ao ponto de ônibus mais próximo.

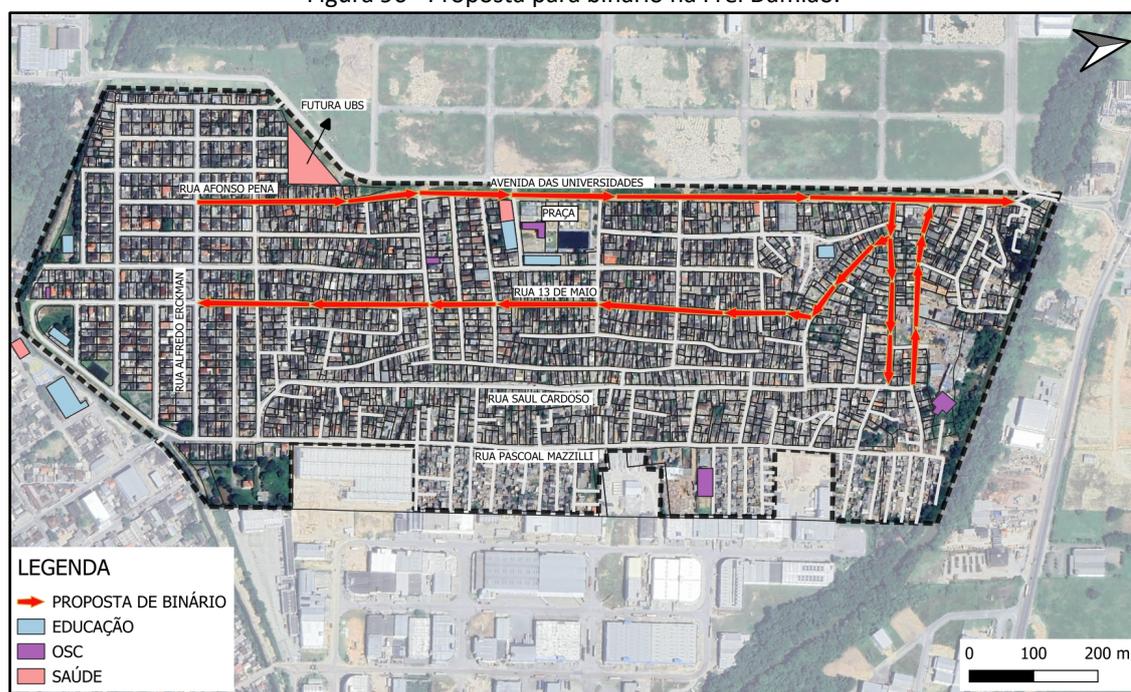


Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Para a elaboração das possíveis novas rotas de ônibus foram considerados diversos fatores, como a hierarquia e a largura das vias, a distância percorrida a pé pelo passageiro até o ponto de ônibus, a localização dos equipamentos públicos, o atual uso do espaço público das vias pela população (em especial o lazer, com segurança das crianças), a possibilidade de

conformar um sistema binário para transformar algumas vias em mão-única, entre outros. Nesse sentido, realizou-se um estudo propositivo para um binário (Figura 96) de forma a melhorar o fluxo de trânsito e facilitar a passagem dos ônibus, uma vez que as ruas possuem alguns pontos de estreitamento. A conversão de vias em mão-única para a conformação de um binário é importante tendo em vista a largura das vias, de modo a possibilitar a circulação dos ônibus e ao mesmo tempo garantir a segurança e o conforto dos pedestres, bem como a acomodação de pontos de ônibus.

Figura 96 - Proposta para binário na Frei Damião.



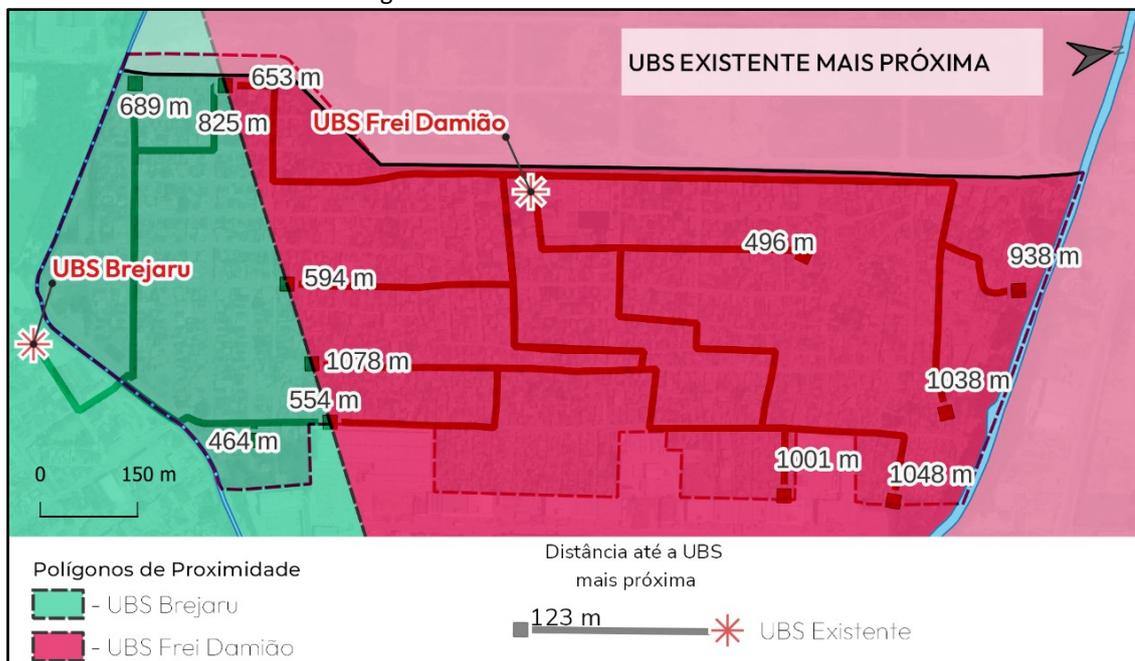
Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

4.3. Estudo para implantação de Unidade Básica de Saúde

Há duas UBS existentes nas proximidades que não são suficientes para atender toda a população (Figura 98). Nesse sentido, em reunião com a Secretaria de Saúde de Palhoça, em junho de 2024, foi solicitado um estudo para implantação de uma nova UBS. Para tanto foram propostos dois possíveis locais de implantação, considerando os terrenos livres, de forma a não provocar deslocamentos maiores que 500 metros de distância. Vale ressaltar que as propostas (Figura 97) considera a transferência da UBS existente para um local que comporte

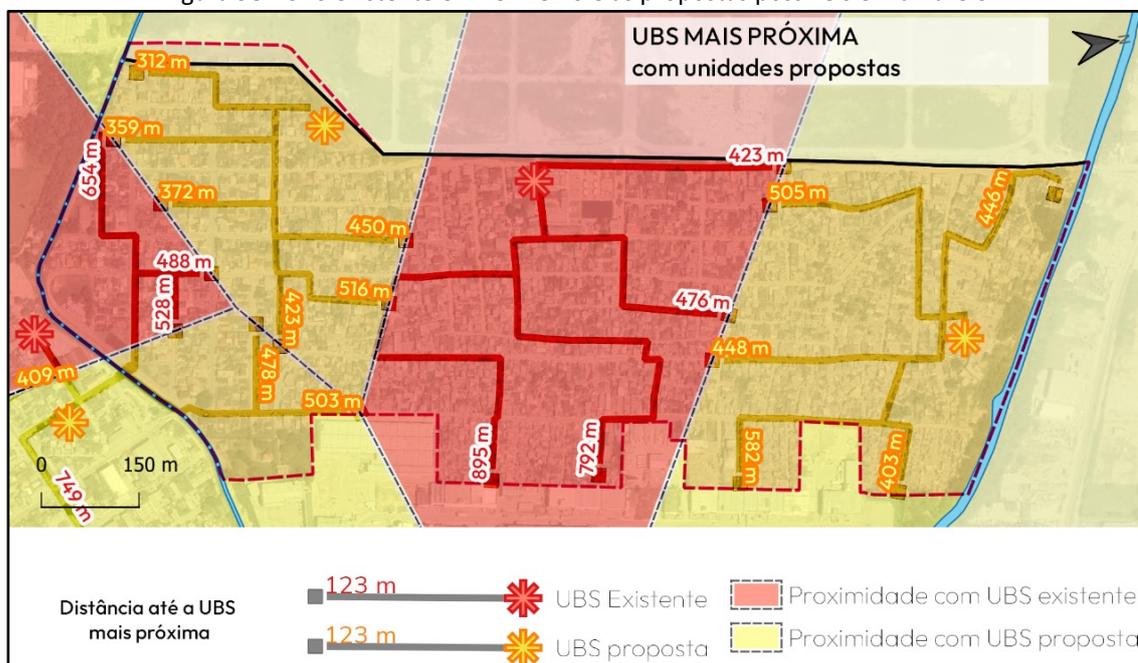
mais equipes de saúde. Assim a Figura 100 apresenta o cenário ideal para a localidade, baseado na distância percorrida pelos moradores até a UBS mais próxima.

Figura 97 - UBS existentes no território.



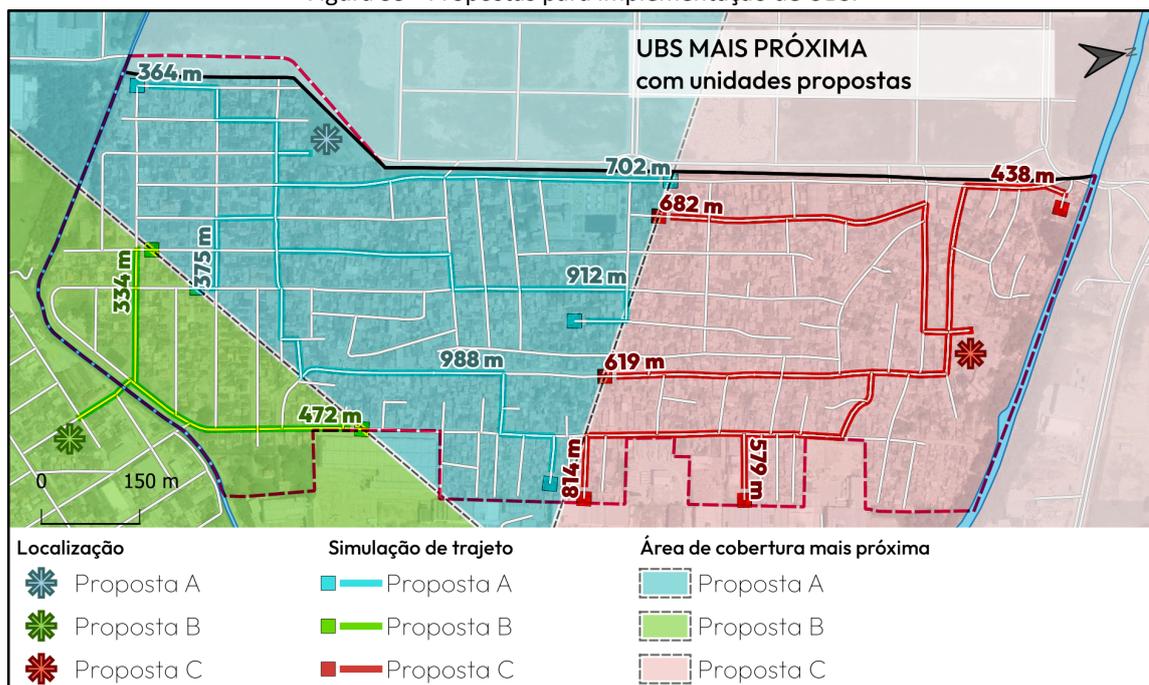
Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

Figura 98 - UBS existente em vermelho e as propostas possíveis em amarelo.



Fonte: Google Earth modificado pelos autores, 2024.

Figura 99 - Propostas para implementação de UBS.



Fonte: Google Earth, modificado pelos autores, 2024.

As tratativas internas da Prefeitura sobre a localização do equipamento de saúde continuam evoluindo, ressalta-se mais uma vez a importância de um planejamento integrado e participativo para harmonizar as diversas interfaces entre equipamentos urbanos, o sistema viário e o transporte coletivo, além de outros aspectos igualmente relevantes.

4.4. Divulgação e compartilhamento das experiências

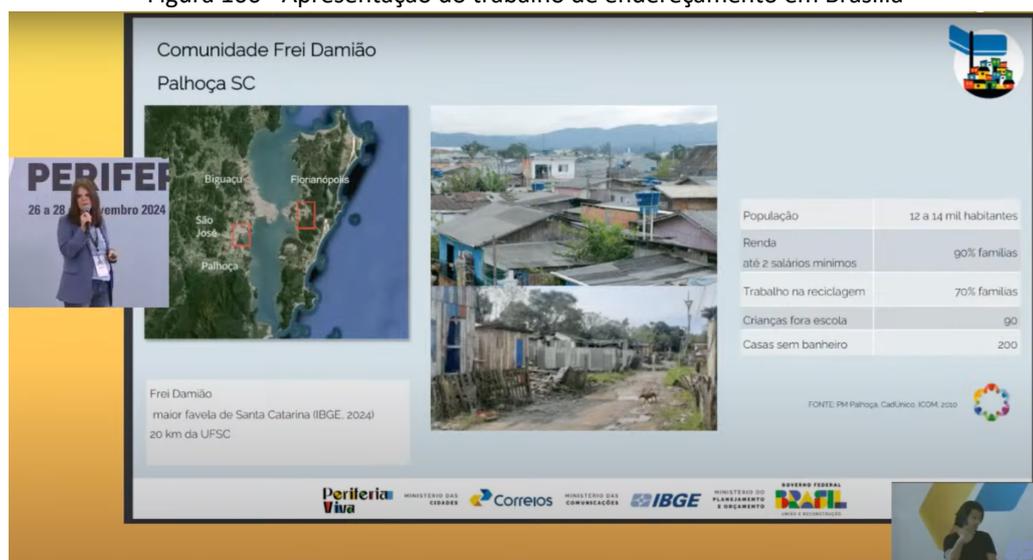
Em adição aos projetos e propostas apresentados neste relatório, também foram elaborados um resumo e um artigo para congressos, fato este que confere visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente de Urbanização, desvelando o papel transformador da Residência da UFSC no território.

O primeiro deles foi apresentado no Congresso Brasileiro de Arquitetos Sul - CBA Sul, em outubro de 2024, em Florianópolis, cujo título é “Cidadania Postal: Quando o endereço oficial coloca pessoas e casas no ‘Mapa’” (Nór et. al, 2024). O segundo artigo foi submetido para ser apresentado nos XXI Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XXI ENANPUR), que será em Curitiba em 2025, possui como título “Endereçamento e Cidadania: a construção do endereço formal como

instrumento de inclusão na Comunidade Frei Damião” (Rossetto et. al, no prelo). Ambos os artigos são acerca da experiência com o endereçamento na Frei Damião.

Além dos artigos e resumos apresentados, a Frente de Urbanização foi convidada a apresentar a exitosa experiência com o endereçamento em Brasília, no Encontro Nacional de Endereço nas Periferias, em novembro de 2024 (Figura 100).

Figura 100 - Apresentação do trabalho de endereçamento em Brasília



Fonte: Correios Oficial, 2024.

4.5. Considerações acerca dos projetos elaborados

Todos os processos dos projetos e propostas propiciaram ensinamentos relevantes para a Frente de Urbanização. A leitura comunitária respaldou a compreensão das necessidades da população possibilitando o desenvolvimento de um processo participativo que indicou tanto o endereçamento, a mobilidade urbana e a saúde como prioritários. Além disso, destaca-se a importância de uma refinada articulação institucional, fundamental também na agilidade dos processos, uma vez que os prazos limitados são um desafio tanto para a reflexão quanto para o amadurecimento das vivências.

No que se refere ao endereçamento, o projeto desvelou a relevância da valorização do processo, da construção comunitária, visto que a oficina do projeto piloto demonstrou a receptividade e o envolvimento dos moradores e significativa vivência para a equipe da UFSC.

4.6. Exercícios acadêmicos

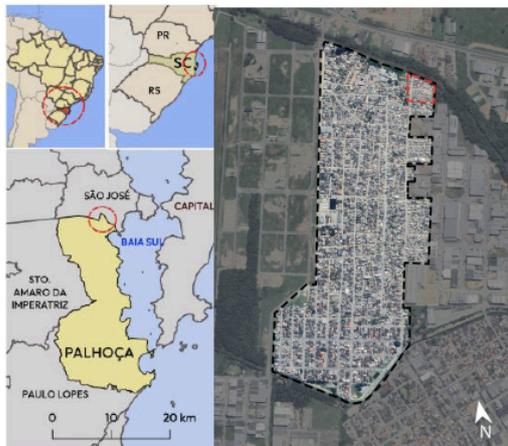
No âmbito do Curso de Especialização Residência em Arquitetura e Urbanismo - ATHIS, durante o ano de 2024, foram realizados exercícios acadêmicos na disciplina “Urbanização de territórios precários II”. Os estudantes foram divididos em cinco grupos para desenvolvimento de propostas urbanísticas que promovessem a qualificação do território da Frei Damião.

A seguir, são apresentadas as sínteses dos exercícios acadêmicos de anteprojeto: “Espaços públicos e urbanização da Rua Elza Soares”; “Espaço livre residual na Rua Pascoal Mazzilli”; “Proposta para rua Antônio de Souza”; “APPs e margem do rio Imaru”; “Entorno da Praça Geremias”.

- GRUPO 1



Área de intervenção



A comunidade Frei Damião, situada no município de Palhoça, abrange uma área de aproximadamente 0,47 km² e apresenta características geográficas de isolamento, sendo delimitada ao norte pelo rio Imarú, ao sul pelo canal do Peixe, a leste por um loteamento industrial e a oeste pelo Aeroclube de São José. O desenvolvimento da comunidade teve início na década de 1990, em terrenos de posse da extinta COHAB, por migrantes, principalmente do oeste de Santa Catarina. Atualmente, a população da comunidade é estimada em 13 mil habitantes, com um crescimento contínuo devido à chegada de novas famílias.

Elza Soares



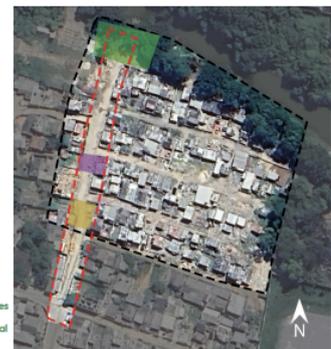
A rua principal da elza existiu desde o início da ocupação!

Iniciou em 18 de janeiro de 2022, com 30 famílias reivindicando moradia digna.

Atualmente moram na Elza Soares em torno de 100 famílias. Entretanto é necessário fazer um censo detalhado da comunidade para saber se há moradias com coabitação e quantidade exata.

3 pontos de permanência da comunidade são: A Beira do Rio Imarú; o Bar das Amigas; praçinha da Elza.

- Beira do Rio Imarú
- Bar das Amigas
- Praçinha da Elza
- Limite Elza Soares
- Limite R. principal

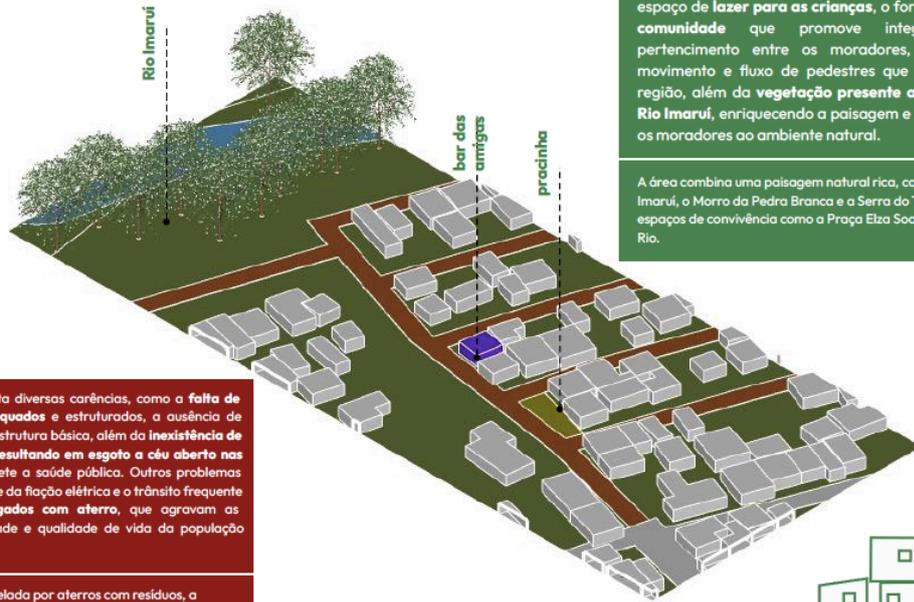


Levantamento fotográfico

Os levantamentos fotográficos ocorreram durante a etapa de aproximação com o território com o objetivo específico de fazer uma requalificação urbanística na rua principal da Elza Soares. Foram feitas duas visitas específicas para coleta de dados



Levantamento



As potencialidades da área incluem a presença da **Praça Elza Soares**, que oferece um espaço de lazer para as crianças, o forte **senso de comunidade** que promove integração e pertencimento entre os moradores, o intenso movimento e fluxo de pedestres que dinamiza a região, além da **vegetação presente ao longo do Rio Imaruê**, enriquecendo a paisagem e conectando os moradores ao ambiente natural.

A área combina uma paisagem natural rica, com o Rio Imaruê, o Morro da Pedra Branca e a Serra do Tabuleiro, a espaços de convivência como a Praça Elza Soares e a Beira Rio.

A área apresenta diversas carências, como a **falta de espaços públicos adequados** e estruturados, a ausência de pavimentação e infraestrutura básica, além da **inexistência de saneamento básico**, resultando em **esgoto a céu aberto nas ruas**, o que compromete a saúde pública. Outros problemas incluem a precariedade da fiação elétrica e o trânsito frequente de **cominhões carregados com aterro**, que agravam as condições de mobilidade e qualidade de vida da população local.

A topografia nivelada por aterros com resíduos, a poluição do ar e as ruas estreitas refletem os desafios ambientais e de infraestrutura local.



zoneamento e boas práticas



Fonte: Educação e Território. Danilo Mekari.



Fonte: Archdaily. Camilla Ghisleni.



Fonte: Pinterest. Contemporist.



Fonte: Pinterest. Margit Blaskó.



Fonte: O Município.



Fonte: Acervo da Residência.

Projeto



Referenciais

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Palhoça (SC). Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/palhoca.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. Mapa de Conflitos - Ocupação Elza Soares. Mapa Despejo Zero, 2022. Disponível em: <https://mapa.despejzero.org.br/conflito/palhoca-sc/ocupacao-elza-soares/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. TJ suspende mandado de desocupação no bairro Frei Damião. Correio SC, 2022. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/tj-suspende-mandado-de-desocupacao-no-bairro-frei-damiao/>. Acesso em: 14 nov. 2024

- GRUPO 2

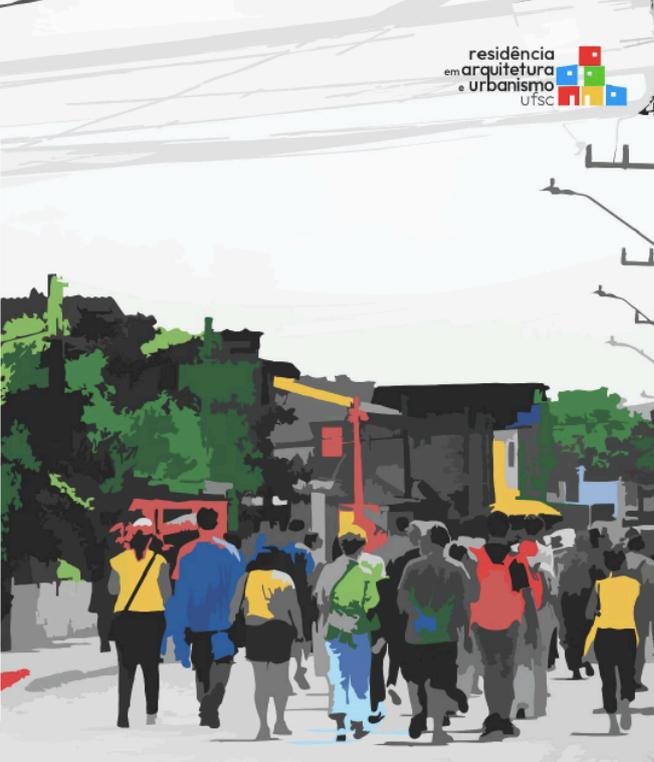
Periferia Viva

Anteprojeto urbanístico:
Espaço livre residual na Rua Pascoal Mazzilli

Urbanização de Assentamentos Precários II

Grupo 2
Artur Hugo da Rosa
Ayia Nishimuta Fonseca
Giulia Haack Tavares
João Alberto de Camargo Armondi
Lucas Burigo Bilessimo

Dezembro de 2024



residência em arquitetura e urbanismo UFSC

Área de intervenção e entorno

Situação

A área de intervenção deste projeto está situada na Avenida Pascoal Mazzilli, comunidade Frei Damião, bairro Brejaru, em Palhoça/SC.

Esta é uma via local, com tráfego moderado de veículos, e que possui grande importância pois conecta o território de sul a norte.



Localização da área de intervenção

Área de intervenção e entorno

Situação

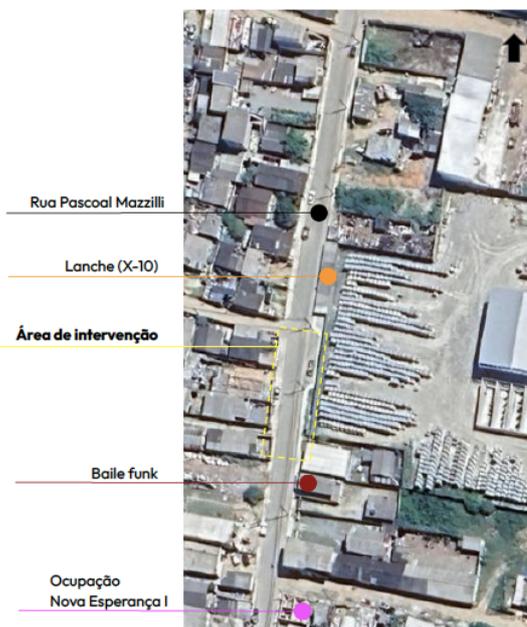
Trata-se de uma área livre residual que atualmente está subutilizada:

- Uma parte da área é utilizada como estacionamento;
- O restante da área está sem uso.

Está localizada entre dois estabelecimentos importantes do bairro: o Xis 10, que vende lanches e o Baile Funk, ambos com funcionamento noturno.



Visual da área de intervenção



Potencialidades | Problemas

Situação atual

Potencialidades

- Lanche (X-10)
- Baile funk
- Juventude
- Pequenas áreas permeáveis

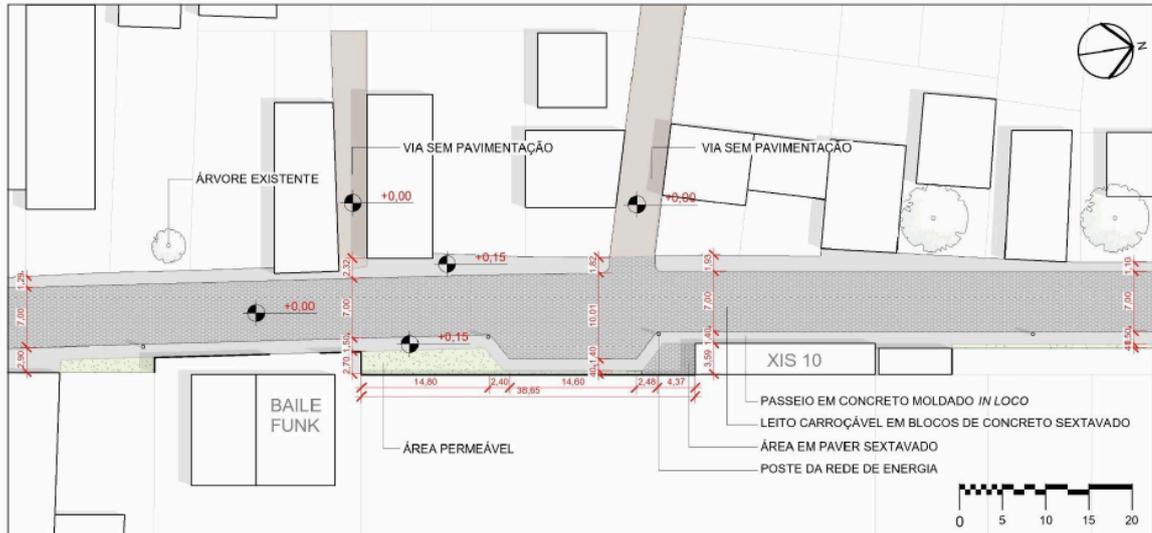
Problemas

- Drenagem
- Falta de cuidado
- Área diminuindo dos dois lados (avanço da vizinhança)
- Incômodo com sol da tarde
- Alta velocidade dos veículos na via, com isso as crianças acabam não ocupando a rua
- Área sujeita a alagamento

Área de intervenção e entorno

Levantamento

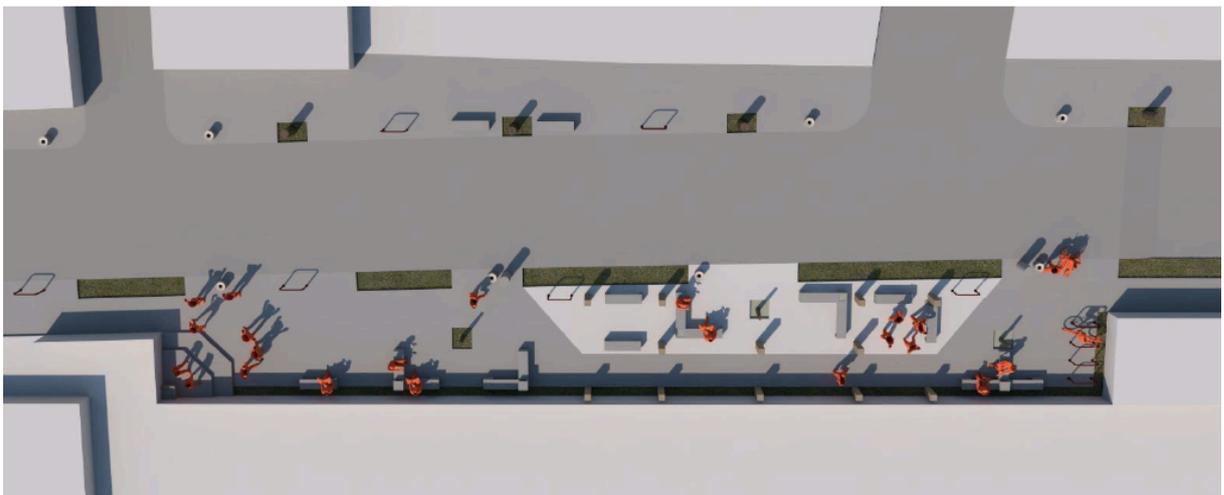
Além da área objeto de intervenção, foi realizado levantamento do espaço viário do entorno.



Planta baixa - Levantamento da área de intervenção e entorno

Proposta

Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D

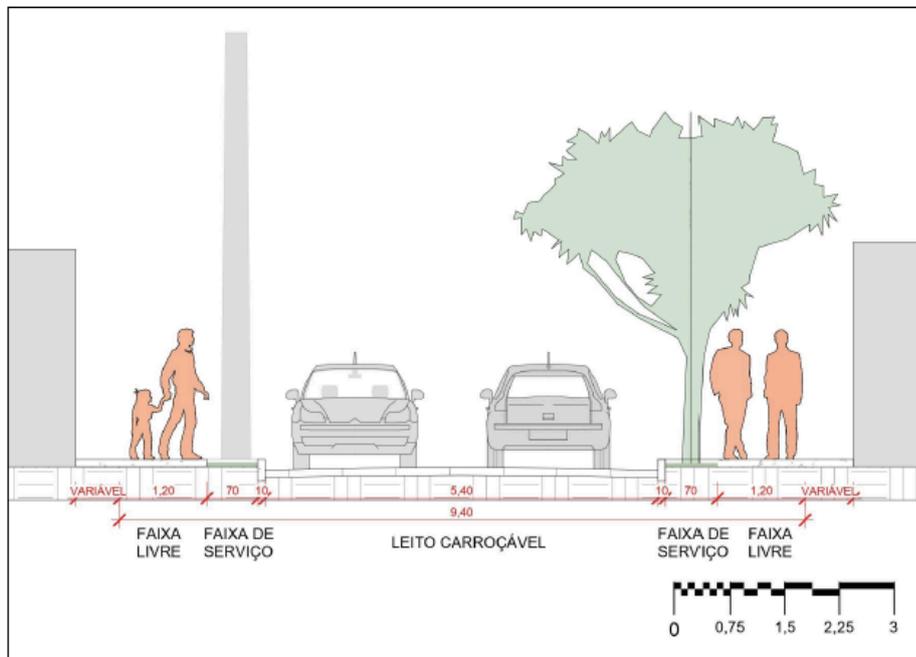


Perspectiva Isométrica - Visual da área de intervenção

Proposta

Redesenho da Rua Pascoal Mazzilli

Redistribuição do espaço da rua: calçadas acessíveis, confortáveis e seguras.



Corte da via - Trecho da Rua Pascoal Mazzilli

Proposta

Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D



Perspectiva Isométrica

Proposta

Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D



Perspectiva - Áreas cobertas e bicicletário

Proposta

Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D



Perspectiva - Bancos projetados e pergolado

Proposta

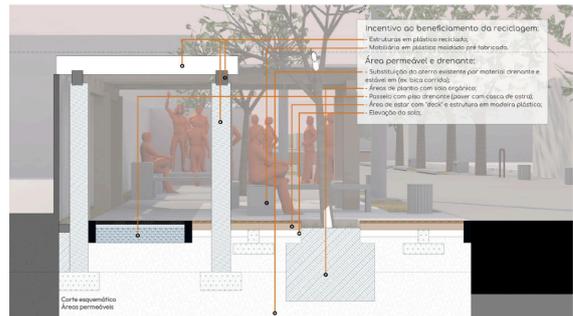
Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D



Perspectivas - Áreas cobertas e bicicletário

Proposta

Corte esquemático - detalhe das áreas permeáveis



Proposta

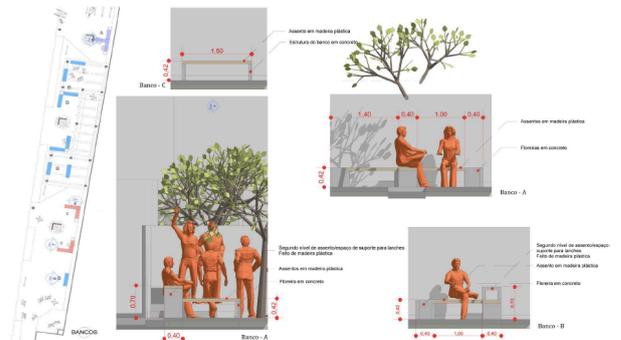
Novo espaço de lazer e convivência - Maquete 3D



Perspectiva - Área com palco

Proposta

Mobiliário urbano



• GRUPO 3

Periferia Viva

Urbanização de Assentamentos Precários II

Grupo de Trabalho 3

Amanda Cristina Padova (202402137)
 Ana Paula Rossato Balke (202402924)
 Dyene Mafioletti (202402149)
 Gabriel Sappino Sala (202402143)
 Luiz Gonzaga Philippi Filho (202402135)

Dezembro de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 frei damião
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 GOVERNO FEDERAL
 BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

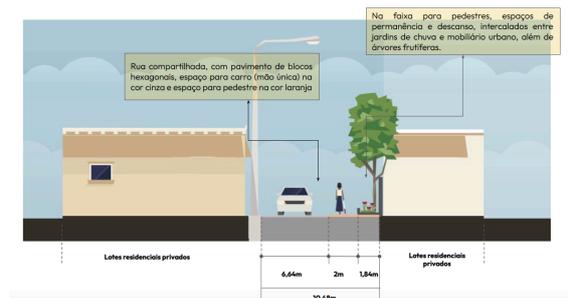
Entorno



Localização



Perfil da Via



Potencialidades

- Rua com largura favorável e recuos;
- Rua sem saída, menor trânsito de veículos, principalmente na fachada da Casa da Tia Leila, onde há maior fluxo de crianças
- Usos dos edifícios lindeiros misto: residencial, Casa da Tia Leila, serviços locais, comércio local.

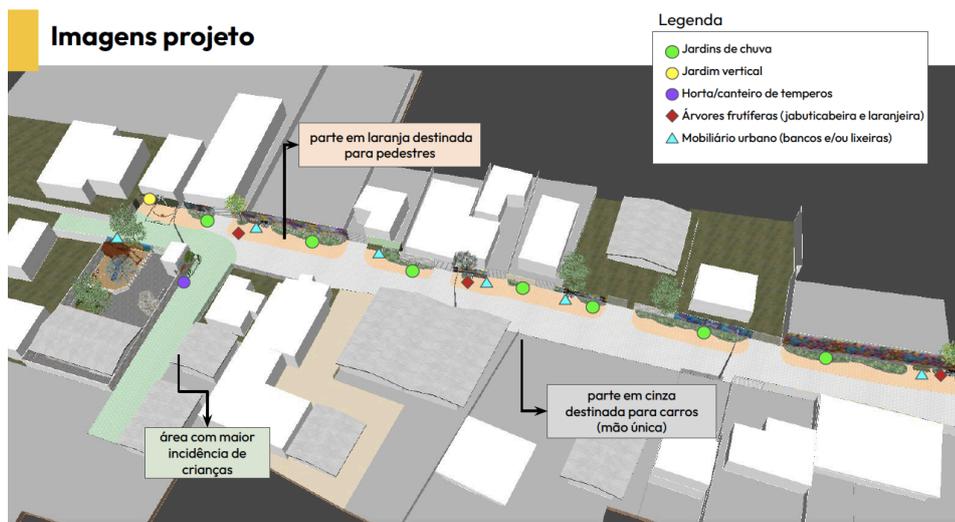


Problemas

- Ausência de pavimentação;
- Ausência de saneamento;
- Ausência de drenagem;
- Coleta de lixo só no início da rua;
- Problemas com o tratamento dos resíduos sólidos;
- Pontos de descarte de resíduos;
- Pouco movimento da rua na maior parte do tempo, mas em alguns momentos, há movimento mais intenso de máquinas empilhadeiras trabalhando nos centros de reciclagem;
- Ausência de definição dos espaços na rua



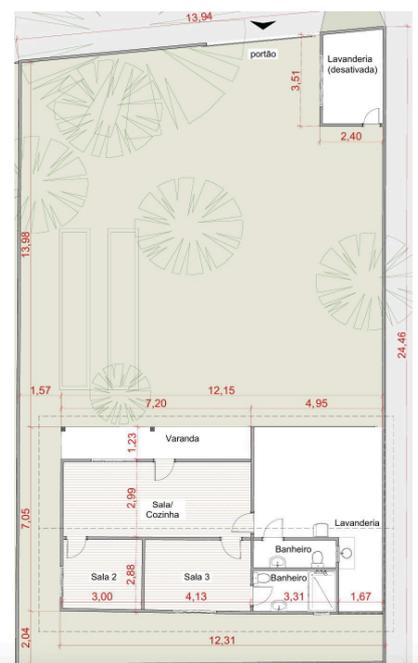
Imagens projeto



Imagens projeto



Planta atual



Potencialidades e problemas

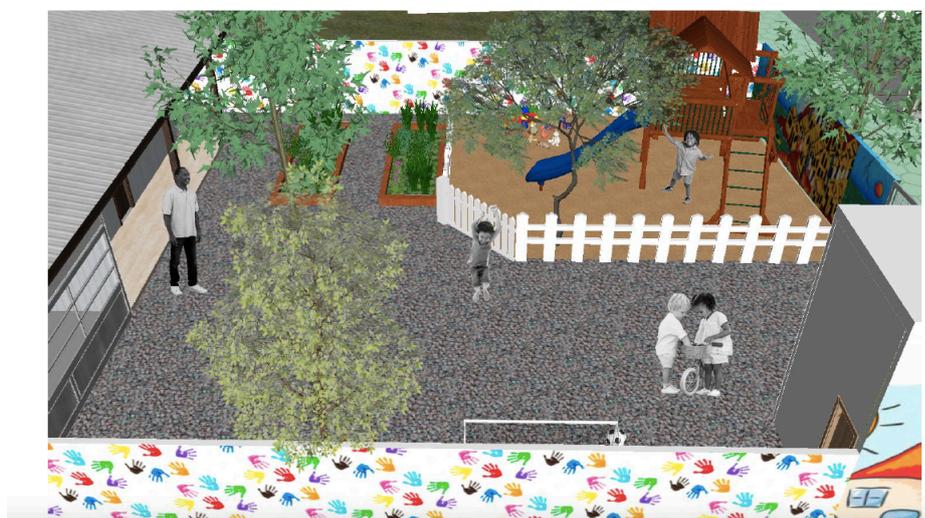
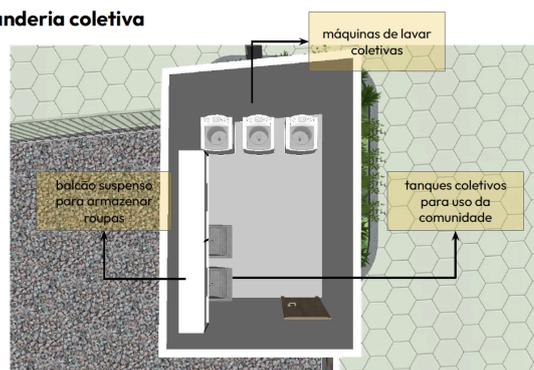
- Terreno amplo
- Há recuo entre a casa e a via
- Existe arborização interna (mesmo que dispersa)
- Existem dois canteiros para horta
- Boa estrutura
- Muros baixos
- Espaços amplos na residência
- Além da casa, outra construção que seria destinada a uma lavanderia coletiva

- Ausência de setorização dos espaços (tanto internos quanto externos)
- Ausência de espaços para lazer das crianças (parquinho)
- Crianças brincando no meio da rua (não há delimitação de usos)
- Acúmulo de resíduos/lixo no entorno
- Ausência de espaços externos que possam ser locais de permanência

Planta



Lavanderia coletiva



• GRUPO 4

Periferia Viva

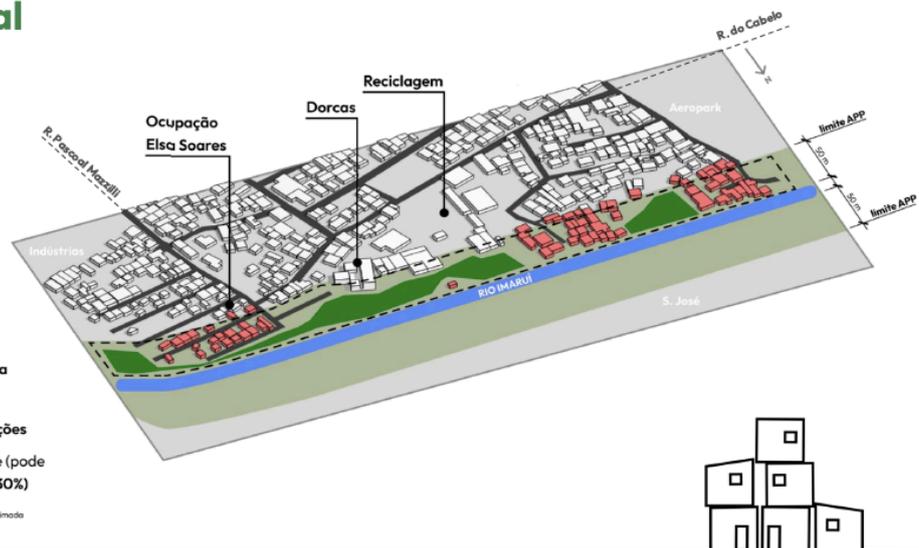
GT 04 - APP e margem de Rio Imaruí

Ana Luiza Fontoura Cartana, Nathália Sander, Ícaro Coppio da Costa, Susan Natali Oliveira Lecuona e Tanise de Góes Maia

Dezembro de 2024

residência em arquitetura e urbanismo UFSC

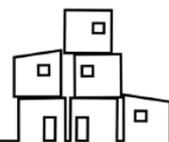
Situação atual



LEGENDA

- APP
- Área de intervenção = **aprox. 3 ha**
- Ocupação em APP na área de intervenção = **aprox. 100 habitações**
- Cobertura vegetal remanescente (pode estar degradada) = **aprox. 1 ha (30%)**

Os dados referentes as áreas foram obtidos de forma aproximada através de imagem de satélite.



Área de estudo:



Periferia Viva

Área de estudo:



Perímetro:	1,39	Quilômetros
Área:	3,02	Hectares

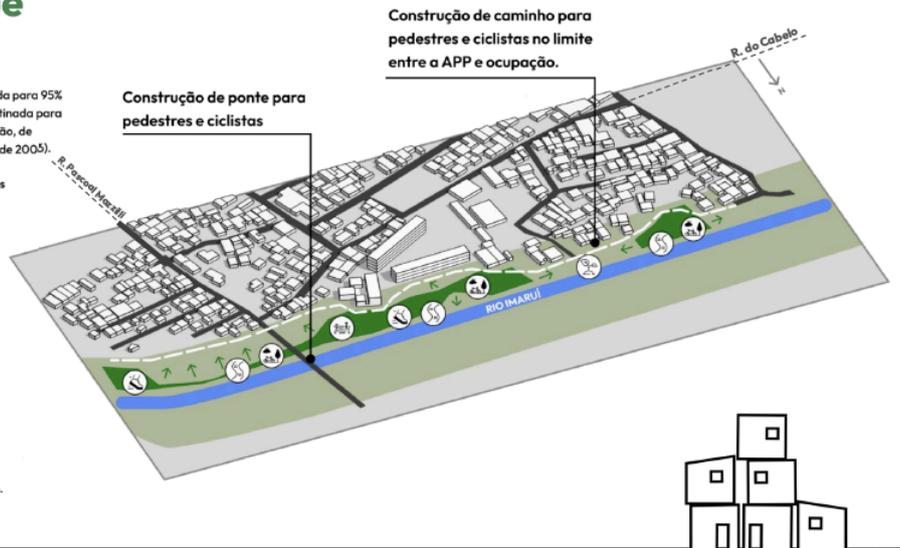
Periferia Viva

Implantação projeto



Etapa 1 - parque

-  Recuperação e ampliação da área vegetada para 95% da área de intervenção (sendo até 15% destinada para ajardinamento e 5% para impermeabilização, de acordo com a Resolução CONAMA nº 369 de 2005).
-  Desassoreamento e suavização dos taludes nas margens do Rio Imaruj.
-  Implementação de zonas de raízes como estratégia de tratamento de esgoto e elemento paisagístico.
-  Abertura de trilhas na floresta que conectem pontos de interesse.
-  Construção de elementos para prática de esportes e atividades de lazer como churrasqueiras, mobiliários, parquinhos e banheiros.
-  Implementação de hortas e compostagem.





Referências

PALHOÇA. *Plano de Zoneamento de Palhoça*. Palhoça, SC: Prefeitura Municipal de Palhoça. Disponível em: <https://www1.palhoça.sc.gov.br/zoneamento/zoneamento.html>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SÃO JOSÉ. *Plano Diretor Participativo de São José*. São José, SC: Prefeitura Municipal de São José, 2024. Disponível em: <https://saiose.sc.gov.br/plano-diretor-participativo/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SILVEIRA, Beatriz Goulart da; BORGERT, Mariana Adami; MORENO, Sarah; BENCZ, Sara; LIMA, Renato Fiacador de; SILVA, Gabriela Moraes da; DECHOUM, Michele de Sá. **Alternativas - Guia ilustrado para reconhecimento e substituição de plantas exóticas invasoras por espécies nativas no litoral de Santa Catarina**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254155>. Acesso em: 28 nov. 2024.

WETLANDS. *UGL - Wetlands: tratamento de lodos*. [s.l.]: Wetlands Construídos. Disponível em: <https://www.wetlands.com.br/ugl-wetlands-tratamento-de-lodos>. Acesso em: 29 nov. 2024.

- GRUPO 5

Periferia Viva

Urbanização de assentamentos precários
Trabalho final da disciplina

Cláudia, Juçara, Marcio, Paloma

Novembro de 2024

residência em arquitetura e urbanismo UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

frei damião

MINISTÉRIO DAS CIDADES

GOVERNO FEDERAL BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Área de intervenção

Potencialidades



Área de intervenção

Problemas

- Aspectos de degradação e poluição do rio;
- Área verde sendo usada de estacionamento;
- iluminação insuficiente;
- ponte insegura (desmoronamento e falta de espaço de caminhabilidade);
- gradeamento da quadra insuficiente;
- sem elementos de acessibilidade (rampas);
- sinalização insuficiente (indicação de área escolar, faixa de pedestre, etc)
- falta de arborização das margens (mata ciliar);



GOVERNO FEDERAL

GOVERNO FEDERAL

lixo a céu aberto



vegetação apenas na
vertente da calha



conflito entre os direitos de:
infância, saneamento e
dignidade

uso como estacionamento



gradeamento baixo ou insuficiente



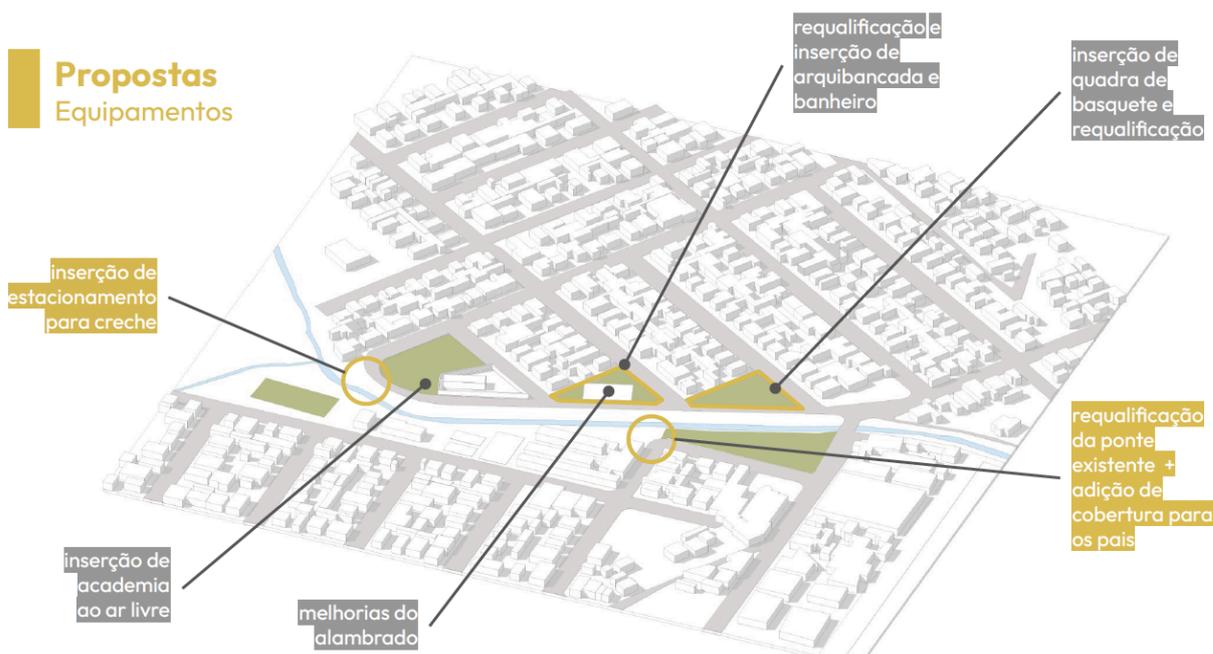
Área de intervenção

Potencialidades

- Proximidade de equipamentos urbanos: Escola, praças, quadra, creche e horta;
- Proximidade de elementos viários: Ponte de pedestre e ponte do sistema viário (conexões);
- Proximidade com o rio (elemento central);
- Espaços livres;
- Área movimentada por pedestres;
- arborização incipiente;
- velocidade dos carros reduzida;
- espaços de lazer e práticas esportivas;



Propostas Equipamentos



Propostas

Inserção de travessias elevadas



Propostas

Inserção de arborização



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Receita Federal**. Organizações da Sociedade Civil. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>. Acesso em: 6 out. 2024.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. *Cartilha Reurb: Regularização Fundiária Urbana - Lei nº 13.465/2017*.

Brasília: Ministério das Cidades, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/cartilha_reurb.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

CORREIOS OFICIAL. **Encontro Nacional de Endereço nas Periferias**. YouTube, 26 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UYmJDfSX18>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

GEOPROCESSAMENTO PREFEITURA DE PALHOÇA. GEOMAIIS. Disponível em:

<http://geo.palhoca.sc.gov.br/>. Acesso em: 23 out. 2024.

GOOGLE RESEARCHING. **A dataset of building footprints to support social good applications1**.

Google, 2023. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: 23 out. 2024.

IBGE. **Panorama - Palhoça, SC**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/palhoca/panorama>. Acessado em 31 de outubro de 2024

ICOM, 2023. **Diagnóstico do Território da Frei Damião**. ICOM, Palhoça, SC, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITOLES, Maicon Lincon. **PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO O CASO DA RUA XV DE NOVEMBRO EM CURITIBA**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:

<https://1library.org/document/y6x4xm5y-permanencias-transformacoes-espaco-publico-caso-rua-novembro-curitiba.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

DATA FAVELA/INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Pesquisa Economia das Favelas: Renda e Consumo nas Favelas Brasileiras**, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE – Censo 2022**. Rio de Janeiro, 2023.

Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 set. 2024.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil**. 2024.

Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 29 de setembro de 2024.

NÓR, Soraya; ROSSETTO, Adriana Marques; CHAVES, Larissa Siqueira; VANZIN, Marindia Ingrid.

Cidadania Postal: Quando o endereço oficial coloca pessoas e casas no “Mapa”. **Congresso Brasileiro de Arquitetos - Sul e 179ª Reunião do COSU**. Florianópolis, 2024.

OLIVEIRA, Israel Montesuma. **A região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica das áreas de pobreza: o caso da comunidade Frei Damião**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFSC, Florianópolis, 2011.

ROFEAL, Marcel. **Prefeitura descobre ligações clandestinas de esgoto no bairro da Penha**. Blogspot, 13 abr. 2012. Disponível em: <https://marcelrofeal.blogspot.com/2012/04/prefeitura-descobre-ligacoes.html>. Acesso em: 22 out. 2024.

ROSSETTO, Adriana Marques; DEMOS, Maria Eduarda Viana; VANIN, Marindia Ingrid; NÓR, Soraya. Endereçamento e Cidadania: a construção do endereço formal como instrumento de inclusão na Comunidade Frei Damião. XXI ENANPUR – Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Curitiba, no prelo.

SDE; UFSC. **PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS - Bacias do Rios Cubatão, Madre e Bacias Contíguas**. 2018. Disponível em https://www.aguas.sc.gov.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1904&Itemid=248&jsmallfib=1&dir=JSROOT/DHRI/Planos+de+Bacias/Plano+da+Bacia+Hidrografica+do+Rio+Cubatão+e+do+Rio+da+Madre. Acesso em: 15 de out. de 2024.

SGB - Serviço Geológico do Brasil. **Geodiversidade do estado de Santa Catarina**. Organização: Ana Claudia Viero e Diogo Rodrigues Andrade da Silva. [s.l: s.n.]. 2012

SGB - Serviço Geológico do Brasil; IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações: município de Palhoça - SC**. 2016. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/15148>. Acesso em: 23 out. 2024.

VAKINHA. Ajuda para o bairro Frei Damião pós-enchente. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajuda-para-o-bairro-frei-damiao-pos-enchente>. Acesso em: 22 out. 2024.

UFSC. **ELABORAÇÃO DE CARTAS GEOTÉCNICAS DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA**. 2014. Disponível em <http://mapgeo.cfh.ufsc.br/palhoca>. Acessado em agosto de 2024.

UFSC. **ELABORAÇÃO DE CARTAS GEOTÉCNICAS DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ESTADO DE SANTA CATARINA**. 2016. Disponível em <http://mapgeo.cfh.ufsc.br/saojose>. Acessado em agosto de 2024.

UFSC, 2023. **Estudos sobre melhorias habitacionais e urbanísticas**. Comunidade Frei Damião, Palhoça, Santa Catarina.

APÊNDICE A - Presença Encontro Comunitário

Nº de Participantes	Nome
1	Silvia Siqueira Pinheiro
2	Alessandra Navegante
3	Lara Kristian Scheun
4	Edna do Santos Pires
5	Aline de C. Scherer
6	Giovana Santos
7	Júlio Cesar da Costa
8	Ricardo S. Cunha
9	Fernanda Guedes de Souza
10	Lucimara Monteiro
11	Cristiane F. Ralelo
12	Regina Alvino Cadial
13	Maria Margarida Bondan
14	Ramona Ester Alves
15	Maria Luz Duarte
16	Bernadete de Oliveira
17	Ana Maria Santos de Jesus
18	Camila Maria Santos de Jesus
19	Dilema Frigo
20	Selma Modesta Nunes
21	Bianca Pacheco
22	Olivia Jorgina Vieira
23	Maria José B. Silva
24	Clemair S. Xavier
25	Gilmar Ferreira Vicente
26	Roseli Machado
27	Adeison Rodrigues
28	Maria Aparecida da S. Lourenço
29	Maria Terezina A. Bispo (Comitê)
30	Lucimara Rodrigues
31	Ewelen Ketlen

32	Gabriela Corto
33	Maryuri Rivas
34	Genilda Ferreira
35	Ana Keyla
36	Orelia M.
37	Claudio Bombeiro
38	Brenda Luz
39	Agatha Liandra Navegante
40	Vanesa Bordes de Oliveira
41	Priscila Borges
42	Juliano Alves
43	Carlos Rogério
44	Vladimir B. Ribeiro
45	Luciano R. P. Junior
46	Maria Barbara Pacheco
47	Bento A. Ferreira
48	Luciana Ribeiro
49	Enoque Franços Freitas
50	Silmone Boreman
51	Maria Aparecida Orivo
52	Cauana Martins Oliveira
53	Gabriele Martins de Oliveira

APÊNDICE B - Carta de endereçamento

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

 residência em arquitetura e urbanismo UFSC

Palhoça, 14 de setembro de 2024.

Prezados Moradores,

Nós, do Curso “Residência em Arquitetura e Urbanismo”, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Palhoça, os Correios, a Associação de Moradores da Frei Damião e o Instituto Comunitário - ICOM estamos trabalhando para regularizar os endereços na comunidade – organizando os nomes das vias, os códigos de endereçamento postal (CEP) e a numeração dos lotes.

Iniciamos com a numeração da Rua 13 de Maio e gostaríamos de oferecer uma placa com o número do seu lote.

Caso seja de seu interesse, podemos ajudar a fixar a placa para que seja visível e auxilie na sua localização e na entrega de correspondências e encomendas.

Agradecemos por sua atenção e colaboração.

Com carinho,
EQUIPE DA UFSC

 MINISTÉRIO DAS CIDADES

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

 Periferia
Viva

 frei
damião

APÊNDICE C - Relatos dos grupos

Periferia Viva

residência em arquitetura e urbanismo UFSC

RELATO DE ENTREGA DA NUMERAÇÃO – TRECHO 02

Nome dos participantes deste trecho:

1. Tempo de duração da atividade, caso não tenha anotado na folha, conseguiria estimá-lo?

início _____ fim _____

2. Dificuldades encontradas em relação:

a) ao material de fixação:

b) ao kit de localização e campos de anotação de informações:

c) à abordagem com os moradores:

d) sugestões gerais quanto a essas dificuldades?

3. Pontos positivos da oficina:

4. Observações gerais (alguma história que queira compartilhar? História de trocas, encontros, interação com moradores, etc.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

frei damião

MINISTÉRIO DAS CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

APÊNDICE D - Sistematização dos relatos dos grupos

TEMPO ATIVIDADE (h)	DIFICULDADES				PONTOS POSITIVOS	OBSERVAÇÕES GERAIS
	<i>material</i>	<i>kit</i>	<i>abordagem</i>	<i>sugestões</i>		
aproximadamente duas horas	sem dificuldade (5)	Kit adequado, de grande auxílio e muito bem elaborado (9)	sem dificuldade (6)	Sem sugestões (1)	estreitamento de vínculo da residência com a comunidade (4)	as enchentes e até onde a água atingiu a residência, já desvelando que esse é um elemento preocupante para a comunidade; (3)
	cola foi material mais utilizado (3)	campo de observações muito reduzido (2)	moradores solícitos, simpáticos e interessados (2)	fornecer um contato na prefeitura para que o morador possa acompanhar a situação da numeração (1)	projeto relevante para a comunidade, impacto direto no cotidiano (3)	histórias do início da ocupação;
	cola não fixava bem em superfícies irregulares chapiscadas (2)	faltou panfleto para lotes com mais de uma residência (1)	moradores demonstraram estranheza ou relutância inicial (2)	ter mais espaço para anotações na guia (2)	Boa receptividade, visível satisfação e felicidade dos moradores (4)	abordagens e questionamentos acerca do endereçamento em outros locais da comunidade (3)
	cola secava com o tempo, alto desperdício (3)	Ausência de espaço para croquis sobre característica da ocupação dos lotes (número de edificações) (1)	um caso de resistência contornado com auxílio das professoras (1)	ter espaço para croqui na guia (1)	Ótima organização da oficina, proporcionou trabalho prático e ágil (5)	caso em que casas não foram numeradas porque já havia divisão em A e B (2)
	cola após a aplicação demorava a secar e placa deslizava na parede (2)		falta da carta-certidão emitida pela prefeitura para esclarecimento e validação (2)	ter panfletos extras para lotes com mais de uma casa e moradores interessados (1)	sentimento de estar contribuindo para que a população tenha uma vida mais digna (2)	lote sem edificação apesar de constar no mapa (1)

	abraçadeiras muito curtas (1)		peças não atendiam supostamente devido ao horário (1)	ter a carta-certidão da prefeitura (2)	importância dos vínculos de vizinhança, cooperação entre moradores auxiliou no trabalho das equipes da residência (3)	boa receptividade, gratidão (6)
			mencionar a parceria com a prefeitura e especialmente os Correios dava maior credibilidade (1)	disponibilizar cola em bisnaga para cada grupo (2)		O morador deixou fixar a placa e na volta não estava mais, porém em retorno ao local uma semana depois a placa voltou.
				disponibilizar rolo de dupla face para cada grupo (2)		moradora relatou que as crianças arrancam as coisas que ficam coladas ou penduradas no muro
				saco plástico para colocar a carta para não molhar (1)		moradores relataram que não recebe nada em casa
				ter apoio de pessoal da prefeitura e associação para dar segurança e respaldo ao trabalho (1)		relatos de intolerância religiosa com religiões de matriz africana
				realizar a oficina mais tarde, pessoas estavam ainda dormindo (1)		

ANEXO A - Mapas

Mapa de empresas de reciclagem



Fonte: Associação de Moradores Frei Damião, 2024.

Mapa de acesso à rede elétrica



Fonte: Associação de Moradores Frei Damião, 2024.

ANEXO B - Folder Residência ATHIS-UFSC

Assessoria Técnica É SEU DIREITO

Assessoria (ou Assistência) Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) são todos os serviços técnicos de arquitetura e urbanismo, engenharia, direito, serviço social, geografia, geologia, biologia e outras áreas afins, necessários para a garantia do **DIREITO À MORADIA DIGNA** das famílias de baixa renda.

Em 2008 foi aprovada a Lei Federal nº 11888, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica **PÚBLICA E GRATUITA** para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Quem tem direito à ATHIS?

- Famílias com renda de até 3 salários mínimos;
- Moradores das áreas urbanas e/ou rurais;

Periferia Viva

A UFSC na Frei Damião:

Conheça a Residência em Arquitetura e Urbanismo, o Programa Periferia Viva e a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

Objetivos da ATHIS

- Assegurar a construção de moradias em áreas adequadas, qualificando o espaço urbano;
- Incluir a população de baixa renda em políticas sociais e no mercado formal por meio da regularização de seus imóveis;
- Promover a construção civil de pequena escala associada à habitação popular, a partir da compra de materiais e contratação de mão de obra local;
- Melhorar a qualidade de vida e de produtividade da população, no ambiente escolar e no trabalho.

Como fazer acontecer?

- Exigindo que no seu município existam leis para orientar as ações dos gestores públicos, recursos financeiros no fundo de habitação e técnicos para atender as demandas da população;
- Exigindo que os municípios estabeleçam uma forma de atendimento das demandas por ATHIS e promovam ampla divulgação, informando as comunidades;
- Organizando e informando sua comunidade, e se unindo a outros atores, que defendem ATHIS, para juntos promoverem diálogos com os agentes públicos, visando materializar esse direito na vida de todos e todas.

O que é? Programa Periferia Viva

O Programa Periferia Viva é um programa que tem o objetivo de integrar ações do Governo Federal, melhorar condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e oportunizar a inclusão social e econômica nas periferias das cidades brasileiras.

GOVERNANÇA INTERMUNICIPAL
Arranjo federativo que garante o controle de ações planejadas.

Ações federais coordenadas

EIXOS DO PROGRAMA

- infraestrutura urbana
- equipamentos sociais
- fortalecimento social e comunitário
- inovação, tecnologia e oportunidades

Plano de ação Periferia Viva

Ações territoriais coordenadas

POSTO TERRITORIAL
Âncora local que promove a intervenção a partir de arranjo de Agentes Territoriais e Assessoria Técnica

O que é? Residência em Arquitetura e Urbanismo

A Residência em Arquitetura e Urbanismo da UFSC é um curso de Especialização que apresenta uma **forma de aprendizagem**, centrada no aprendizado recíproco e no conhecimento forjado na prática, na vivência e no trabalho.

O curso busca o **atendimento às demandas das parcelas empobrecidas** e em situação de vulnerabilidade social, para as quais o acesso à **Arquitetura e Urbanismo** pode se configurar como promotor de **segurança e dignidade**, por meio do reconhecimento de seus valores e respeito às suas demandas, de modo a **promover a qualificação de moradias e espaços de convivência**.

Conheça as frentes de trabalho da Residência em Arquitetura e Urbanismo na Frei Damião:

Frentes de trabalho

- intervenções
- habitação
- equipamentos comunitários
- urbanização

posto territorial

Fique por dentro das ações do Periferia Viva na Frei Damião

Siga nossas redes sociais

@athisufsc

Acesse nosso site

www.athis.ufsc.br

Salve nosso número

(48) 9 9150-0720

Quem saber mais?
Consulte: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assessoria-pac-relevo/periferia-viva-urbanizacao-da-favela>

CONHEÇA O POSTO TERRITORIAL - ANEXO AO CADI